

TÂNIA DA COSTA MENDES

REPRESENTAÇÕES MATEERNAS E DO SELF DE CRIANÇAS EXPOSTAS À
VIOLÊNCIA INTERPARENTAL EM CASA ABRIGO

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Porto, 2011

TÂNIA DA COSTA MENDES

REPRESENTAÇÕES MATEERNAS E DO SELF DE CRIANÇAS EXPOSTAS À
VIOLÊNCIA INTERPARENTAL EM CASA ABRIGO

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Porto, 2011

TÂNIA DA COSTA MENDES

Ass. _____

REPRESENTAÇÕES MATEERNAS E DO SELF DE CRIANÇAS EXPOSTAS À
VIOLÊNCIA INTERPARENTAL EM CASA ABRIGO

Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, por Tânia da Costa Mendes, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Jurídica, sob orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani.

Resumo

A exposição a conflitos violentos no seio das famílias é uma problemática silenciosa, que afecta física e emocionalmente inúmeras crianças e jovens e que no nosso país não tem expressão numérica devido a ausência de estudos de prevalência. Não obstante este facto, o interesse por compreender este fenómeno tem motivado a realização de estudos qualitativos que ao darem visibilidade ao problema nos têm igualmente ajudado a perceber o seu impacto e em como gerir construtivamente tais conflitos no seio familiar.

O estudo qualitativo que desenvolvemos teve como objectivo compreender a forma como as crianças representam a figura maternal e o self, ao presenciarem a violência interparental no seu ambiente familiar. Para tal desenvolveu-se uma entrevista semi-estruturada como forma de aceder, através das narrativas, ao mundo interno de nove crianças, com idades compreendidas entre os 8 e 15 anos e que estavam acolhidas juntamente com as mães numa Casa Abrigo na região do Norte do país.

Os dados analisados à luz da vertente teórica da *Grouded Theory* demonstram que as crianças representam a figura paterna num registo de afecto negativo, distanciamento e violência e descrevem a figura materna, maioritariamente com afecto positivo, proximidade, carinho e compreensão, sendo contudo, por vezes, idealizada. O ideal de família é desconstruído dando lugar a uma nova conceptualização de lar, a uma redefinição do suporte percebido, à reconstrução de narrativas sobre si, os outros e o mundo, as quais devem ser apreendidas visando a pacificação interior do sujeito e a reestruturação de um sistema familiar em crise.

Abstract

Exposure to violent conflicts within families is a silent problem that affects physically and emotionally countless children and adolescents, and which has no numerical expression in Portugal, as there are no prevalence studies. Despite this fact, the interest in understanding this phenomenon has motivated the implementation of qualitative studies, which by giving visibility to this issue also helped to understand its impact and how to constructively manage those conflicts within families.

The objective of our qualitative study was to understand how children represent maternal figure and their own self, after being subject to interparental violence within their family. For that purpose, a semi-structured interview was developed in order to access, by means of narratives, the internal world of nine children, with ages between 8 and 15 years that were in care with their mothers in a Shelter Home in the northern region of Portugal.

In light of the theoretical *Grounded Theory*, analyzed data demonstrated that children represent their paternal figure in a manner that is affectively negative, distant and violent, and described the maternal figure mainly as affectively positive, close, caring and understanding, being although sometimes idealized. The family model is deconstructed, giving place to new conceptualizations of home, to redefinitions of the perceived support, to reconstructed narratives about themselves, others and the world, which should be understood with focus on inner pacification of the individual and reorganization of a family system in crises.

Dedicatória

A todas as crianças que permanecem em casa Abrigo!

Agradecimentos

Finalizada uma etapa particularmente importante da minha vida, não poderia deixar de expressar o mais profundo agradecimento a todos aqueles que me apoiaram nesta caminhada, e contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Sani, pela competência, disponibilidade que generosamente me dedicou, transmitindo-me os melhores e mais úteis ensinamentos, pela amabilidade demonstrada ao longo desta caminhada, e acima de tudo pelo rigor científico que contribuíram para o engrandecimento profissional e pessoal.

A todas as crianças que acederam e colaboraram prontamente a partilhar comigo as suas histórias.

Aos meus pais, por todo o carinho, em especial, à minha mãe, pelas duas batalhas conseguidas com sucesso, por todas as lágrimas derramadas, e pelas forças que pareciam desvanecer mas pelas quais valeu a pena lutar.

Ao Hugo Filipe, pela força e carinho que sempre me apoiou nos momentos mais difíceis.

À Ana Isabel, à Selma e à Alice, pelas palavras amigas, carinho e incentivo para terminar esta etapa.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus colegas de curso e a todos os professores que comigo partilharam o seu saber.

A todos, o meu profundo agradecimento!

ÍNDICE

Resumo	IV
Abstract	V
Dedicatória	VI
Agradecimentos	VII
Índice de Siglas	XII
Índice de Anexos	XIII

Introdução Geral	1
------------------	---

PARTE I

ABORDAGEM CONCEPTUAL E TEÓRICA DA PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

CAPÍTULO I – VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

1.1.Introdução	4
1.2.Contextualização histórica: A problemática da Violência Interparental	4
1.3.Alguns dados para reflexão sobre a realidade Portuguesa e Internacional da Violência Interparental	9
1.4.Consequências da exposição à violência interparental	12
1.4.1.Efeitos Directos	13
1.4.2.Efeitos Indirectos	17
1.5.Impacto da violência conjugal sobre a criança	18
1.5.1.Idade	18
1.5.2.Género	23
1.6. Abordagens Teóricas – Resenha das teorias proeminentes para o tema em estudo	25
1.6.1.Modelo Cognitivo-Contextual de Grych e Fincham (1990)	25
1.6.2.Hipótese da Segurança Emocional de Davies e Cummings (1994)	27
1.7.Síntese Conclusiva	31

CAPÍTULO II – REPRESENTAÇÕES DE CRIANÇAS E A VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

2.1.Introdução	33
2.2.A formação das representações	33
2.3.A Representação do Self	36
2.4.Os significados e representações das figuras parentais e da relação conjugal	38
2.5.As narrativas como forma de aceder às representações das crianças	41
2.6.Síntese Conclusiva	42

PARTE II

ESTUDO EMPÍRICO ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES MATEERNAS E DO SELF DE CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO

3.1.Introdução	45
3.2.Fundamentação Metodológica: Metodologia Qualitativa	45
3.3.Objectivos do estudo	46
3.4.Método	47
3.4.1.Participantes	47
3.4.2.Instrumento	50
3.5.Leitura e Análise dos dados	53
3.5.1.Apresentação dos resultados	55
3.6.Discussão dos resultados	79
4.Conclusão	85

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
----------------------------	----

ANEXOS	110
--------	-----

Índice de Quadros

Quadro 1. <i>Principais características da violência interparental relacionadas com as experiências das crianças (adaptado de Holden, 2003).</i>	5
Quadro 2. <i>Efeitos da Exposição à Violência Interparental de acordo com os quatro estádios de desenvolvimento (adaptado de Summers, 2006).</i>	13
Quadro 3. <i>Impacto Potencial da Exposição à violência Interparental Bebés até aos 2 anos de idade (adaptado de Cunningham e Baker, 2004).</i>	19
Quadro 4. <i>Impacto Potencial da Exposição à violência Interparental na Idade pré-escolar dos 3 aos 5 anos (adaptado de Baker e Cunningham, 2009).</i>	20
Quadro 5. <i>Impacto Potencial da Exposição à violência Interparental na Idade Escolar dos 6 aos 12 anos (adaptado de Cunningham e Baker, 2004).</i>	21
Quadro 6. <i>Impacto Potencial da Exposição à violência Interparental na Adolescência, a partir dos 13 anos (adaptado de Cunningham e Baker, 2004).</i>	22
Quadro 7. <i>Caracterização breve da amostra</i>	48

Índice de Figuras

<i>Figura 1.</i> Modelo Cognitivo Contextual de Grych e Fincham, 1990.	26
<i>Figura 2.</i> Modelo da Segurança emocional de Cummings e Davies, 2002.	29

Índice de Siglas

APAV - Associação Portuguesa Apoio à Vítima	10
CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	12

Índice de Anexos

Anexo I – Declaração de Consentimento Informado às Mães	111
Anexo II – Guião de Entrevista	113
Anexo III – Grelha de apoio à codificação do cartão 12 do RATC	117
Anexo IV – Grelha de apoio à codificação da História do conflito à Hora de Jantar	119
Anexo V – Grelha de apoio à codificação das representações da criança sobre a violência interparental	121
Anexo VI – Placa 12-Narrativas do RATC	123
Anexo VII – Constructos emergentes	126

Introdução Geral

As crianças são seres vulneráveis, algumas crescem em lares pautados pela violência, sem responsabilidade alguma pela pertença a uma família desestruturada, incompreensível e incoerente para elas. Simultaneamente, podem-se deparar com situações de afecto deficitário, afastamento/separação de uma das figuras parentais (geralmente o pai), constituindo este facto experiências marcantes e, por vezes, difíceis de aceitar e compreender, do ponto de vista de quem as vivência.

A presente dissertação de mestrado tem como tema central as representações maternas e do self em crianças expostas a violência interpaparental em casa abrigo. O interesse por esta temática emergiu das preocupações sentidas ao longo da experiência de trabalho enquanto estagiária numa Casa Abrigo, entre estas a necessidade e motivação de compreender como as crianças representam a dinâmica familiar, as figuras parentais, mais concretamente a forma como representam a figura maternal e o self, ao presenciarem a violência interpaparental no seu ambiente familiar. Embora as crianças representem o maior grupo dentro de Casa Abrigo, tradicionalmente, este serviço dá prioridade às necessidades das mulheres, sendo que os estudos com as crianças estão pouco explorados. Assim esta investigação poderá ser um pequeno contributo para aprofundar o conhecimento sobre o mesmo e /ou abrir horizontes de investigação científica nesta área da vitimação infantil vicariante.

Esta dissertação está estruturalmente dividida em duas partes, uma parte teórica-conceptual e outra empírica.

A **primeira parte** subdivide-se em dois capítulos, referente à abordagem teórica - conceptual da problemática da violência interpaparental e às representações sobre a violência interpaparental. No primeiro capítulo, apresenta-se uma revisão da literatura acerca deste fenómeno. Aqui são discutidas questões conceptuais e a ambiguidade dos termos, e apresentam-se alguns dados nacionais e internacionais de reflexão sobre este fenómeno, bem como sobre os efeitos nefastos e respectivo impacto da violência

interpaparental de acordo com cada estágio de desenvolvimento. Ainda neste capítulo faz-se referência a dois modelos explicativos cruciais para a explicação deste fenómeno.

O segundo capítulo versa sobre a formação das representações das crianças, mais especificamente sobre os significados e representações das figuras parentais e da relação conjugal. Para tal abordam-se as narrativas como forma de aceder às representações das crianças, que são a base fundamental para compreender o significado das suas vivências.

Na **segunda parte**, apresenta-se o estudo exploratório efectuado no âmbito desta dissertação de mestrado. Esta parte inclui o terceiro capítulo que compreende o estudo empírico, de cariz qualitativo. Neste é descrita a metodologia, os objectivos, o método, designadamente a amostra, o instrumento e os procedimentos, finalizando-se com a análise dos dados recolhidos junto das crianças em Casa Abrigo.

O presente trabalho termina com a apresentação dos resultados e das principais conclusões, sem esquecer algumas limitações subjacentes ao mesmo, bem como as possibilidades de investigações futuras que a partir daqui pudemos vislumbrar.

PARTE I

ABORDAGEM CONCEPTUAL E TEÓRICA DA PROBLEMÁTICA DA
VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

CAPÍTULO I – VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

1.1. Introdução

O presente capítulo tem como principal objectivo abordar a questão da violência no seio da família, mais concretamente, a violência a que as crianças estão expostas no lar. Após apresentação da contextualização histórica da problemática, apresentam-se alguns dados de reflexão, nacionais e internacionais, da prevalência e incidência da violência interpaparental. De seguida, serão abordados os efeitos directos e indirectos da exposição à violência interpaparental, assim como o potencial impacto da violência interpaparental em cada estágio de desenvolvimento verificando-se os danos que esta acarreta na vida da criança. Por último, e como contributo fulcral, evidenciamos o Modelo Cognitivo-Contextual apresentado por Grych e Fincham (1990), e a Hipótese da Segurança Emocional sugerida por Cummings e Davies (1994), para a explicação deste fenómeno.

1.2. Contextualização histórica: A problemática da Violência Interparental

O fenómeno da violência entre pessoas ligadas por laços de intimidade é um problema que remonta desde há muitos séculos, mas apenas nas últimas décadas se considerou um grave problema social (Caridade e Machado, 2006). A violência familiar começou a constituir-se um problema social a partir da década de 60, quando alguns autores descobriram o “síndrome da criança batida¹” (Alarcão, 2006, p.294). No início dos anos setenta, o movimento feminista nos Estados Unidos, atraiu a atenção da sociedade para as diversas formas e consequências da violência contra as mulheres e começaram a dar especial atenção às crianças (Matos, 2002). Porém, foi apenas em meados dos anos 70 que a investigação sobre a exposição à violência interpaparental² se iniciou. Entre os anos de 1975 e 1995, foram publicados 56 artigos (Holden, 1998). Todavia, nessa época, pesquisas importantes apresentavam problemas metodológicos (Jouriles, McDonald, Norwood e Exell, 2001). O primeiro artigo sobre crianças expostas à violência

¹ Kempe define “síndrome da criança batida” como uma situação em que crianças pequenas receberam agressões físicas graves, geralmente provocadas pelos pais ou seus substitutos (Canha, 2008).

² O termo violência “interpaparental”, violência “conjugal” e violência “marital” serão utilizados como sinónimos de forma alternada ao longo do texto (Sani, 2002a), apesar de cada um ter a sua definição concreta, nomeadamente os seus actores.

interpaparental foi publicado numa revista científica em 1995 (Overlien, 2010). Mas foi a partir da década de noventa que emergiu uma maior consciencialização sobre a gravidade desta problemática, tornando-se um foco de estudo para inúmeros profissionais (Alarcão, 2006; Edleson, Ellerton, Seagren, Kirchberg, Schmidt e Ambrose, 2007a; Holden, 2003; Sani, 2002a).

A falta de terminologia e modelos comuns é um dos entraves ao desenvolvimento desta área (Overlien, 2010). Segundo Holden (2003, p.152), a maior parte dos investigadores têm dificuldade em apresentar uma terminologia concreta sobre este fenómeno. Para este autor, o termo mais correcto é “exposto”, comparativamente com “testemunhas” e “observadoras”, uma vez que incluiu vários tipos de experiências. O termo exposição é lato e refere-se às diversas formas que criança pode estar exposta num ambiente agressivo e violento entre os pais. Deste modo Holden (2003), apresenta um conjunto de características que podem estar inter-relacionadas com a exposição da criança à violência interpaparental (Cf. quadro. 1).

Quadro. 1 - Principais características da violência interpaparental relacionadas com as experiências das crianças (adaptado de Holden, 2003).

Características da Violência Interpaparental		Exemplos	
⇒	Tipo de Violência	⇒	Física versus Psicológica; Pouco grave versus Grave; "Violência comum no casal" versus "Patriarcal".
⇒	Natureza dos actos específicos	⇒	Ameaças; uso de armas; lançamento de objectos; intencional versus acidental.
⇒	Existência de lesões	⇒	Desde ferimentos até à morte; atendimento hospitalar desde muito grave a pouco grave.
⇒	Variáveis de “timing”	⇒	Frequência e intensidade da violência; idade da criança.
⇒	Escalada da Violência	⇒	Em que medida os episódios violentos aumentam.
⇒	Tipo de agressor	⇒	Familiar; anti-social; disfórico /borderline.
⇒	Relação do agressor com a Criança	⇒	Pai biológico; padrasto; namorado ou /em união de facto.
⇒	Papel da vítima na agressão	⇒	Se a vítima é passiva ou tenta defender-se.
⇒	Resolução	⇒	Desculpabilização, submissão ou continuação do conflito.

Segundo Jouriles et al., (2001) refere-se a este termo “exposição à violência interpaparental” definindo-a segundo os seguintes critérios: (a) observar a violência entre os pais; (b) ouvir a luta e “saber” que a sua mãe pode ficar ferida, não observar directamente o episódio; (c) ver as consequências da violência (e.g., os ferimentos causados pela violência); (d) a criança é informada da violência (e.g., pela mãe ou irmãos, mas não observa ou ouve directamente); (e) vive numa casa onde ocorre violência mas pode não ter consciência que ocorre no seu seio familiar. Várias investigações concluíram que a exposição ocorre quando as crianças ouvem, vêem e estão directamente envolvidas (ou seja, tentativa de intervenção), ou experienciam o final das agressões físicas ou sexuais que ocorrem entre os pais (Edleson, 1999; Jouriles et al., 2001; Margolin e Gordis, 2004; Wolak e Finkelhor, 1998). Também para Phillips e Phillips (2010) refere que nem todas as crianças precisam de observar, mas podem perceber posteriormente os efeitos físicos e emocionais. Normalmente, as crianças expostas perpetuam um conjunto de formas de violência que apesar de distintas estão interligadas: maus tratos físicos (e.g., empurrar, atirar, objectos), isolamento social (e.g., pouco contacto ou mesmo nenhum com a família e amigos, proibição do telefonar), maus tratos emocionais, verbais e psicológicos, ameaças e controlo económico (Walker, 1994 *cit. in* Matos, 2002).

É incorrecto pensar que as crianças não têm consciência do que acontece com a sua figura materna no ambiente familiar. Muitos pais acreditam que escondem a violência dos seus filhos, minimizando ou negando a presença dos conflitos, enquanto as crianças, na maioria das vezes, descrevem com detalhe e precisão a natureza dos incidentes (Baker e Cunningham, 2005; Jaffe, Wolfe e Wilson, 1990; Sudermann e Jaffe, 1999). Quando o ambiente é caracterizado pela hostilidade, agressão e os conflitos se tornam mais frequentes e intensos, são mais facilmente percebidos pelas crianças. A verdade é que as divergências entre as figuras parentais estão presentes no quotidiano destas crianças, devido à familiaridade e relacionamento com o perpetrador e a vítima. Grych e Fincham (1990) constataram que a exposição a situações conflituosas frequentes e intensas, envolvendo agressão física, acarreta mais sofrimento para a criança.

Contudo, cada criança compreende de maneira díspar a violência interpaparental, em função de aspectos relacionados com a forma como o conflito é resolvido, se este se

relaciona com ela ou com as figuras papentais e também de acordo com quem iniciou a situação, se a mãe ou o pai (Shelton e Harold, 2008).

É fulcral evidenciar alguns conceitos centrais para a realização do presente trabalho. Apesar da inexistência da conceptualização e operacionalização universal acerca do conceito, "exposição à violência interpapental", optou-se pela definição proposta por Sani (2006);

" (...) a violência entre o homem e a mulher que vivendo na mesma casa, podem não estar unidos por laços de conjugalidade (...)e.g., quando falamos numa situação de violência entre os pais naturais, os quais vivem juntos, podendo ou não estar casados"(p.852).

Esta definição é a que mais se enquadra no estudo, uma vez que se pretende retratar a violência a que as crianças assistem directamente e indirectamente entre os pais, e com quem realmente partilham o mesmo espaço. De forma a evitar fazer confusão com o termo jurídico "testemunho", optamos por não lhe fazer referência ao longo do texto (Sani, 2002a). Segundo Holden (1998), o termo testemunho não é o mais correcto porque a criança poderá não ter assistido de forma directa à violência entre os pais, apenas poderá constatá-la através das sequelas físicas. É de referir também que não se optou pelo termo, "exposição à violência doméstica", uma vez que este é mais abrangente, incluindo várias formas de violência, vejamos;

"Comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, directa ou indirectamente sobre qualquer pessoa no mesmo agregado familiar (cônjuge, companheiro/a, filho/a, mãe, pai, avó, avô) ou que mesmo não co-habitando seja companheiro, ex-companheiro ou familiar (Manita, Ribeiro e Peixoto, 2009, p.11).

Como podemos verificar, a definição apresentada é bastante ampla, identifica vários sub-universos de pessoas – vítimas, engloba, não só os cônjuges, como também toda a família ou cidadãos que podem estar legalmente inseridos no seio familiar, incluindo também várias formas de violência.

Outro conceito, importante de clarificar diz respeito à população que pretendemos ouvir na nossa investigação, sendo estas crianças em idade escolar. Segundo Piaget (1977a), a reconstrução ordenada de uma série de eventos ou de uma sequência narrativa só é possível com a aquisição do pensamento reversível, dada a incapacidade das crianças em idade pré-escolar de inferir relações causais e lógicas entre acções. Deste modo, optamos por crianças em idade escolar entre os 8 e os 15 anos, encontrando-se estas em dois estádios diferentes de desenvolvimento (idade escolar e adolescência), devidamente assinalados mais à frente.

Não obstante esta preocupação para o estudo, as crianças que vivem em segredo num ambiente onde a violência ocorre diariamente por vezes, não se conseguem expressar interna ou externamente sobre a violência (Alarcão, 2006), tornando-se inúmeras vezes vítimas ignoradas (Sani, 2003), criando um mundo confuso e assustador (Dias, 2002), são normalmente designadas por vítimas “escondidas”, “desconhecidas”, “esquecidas” ou “silenciosas” (Holden, 1998; Osofsky, 1999; Sani, 1999, 2006). As crianças são, sem sombra de dúvida, vítimas vulneráveis afectadas pelo contexto da intimidade em que a violência ocorre. Sentimentos de medo, impotência perante o conflito e decepção fazem parte do seu quotidiano, colocando-as num cenário de antítese entre ódio e amor.

É necessário lembrar, ao focarmos este conceito (violência interpapental), que a exposição de uma criança à violência dos pais é considerada legalmente para efeitos de agravação do limite mínimo da pena do agressor, isto de acordo com o previsto no artigo 152º do *Código Penal*³, no qual se explicita que se “agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos”.

³ Alterações introduzidas pela Lei nº59/2007, de 4 de Setembro, que institui o crime de violência doméstica, considerado desde 2000 (lei 7/2000) um crime público, o que significa que há procedimento criminal independentemente da queixa da vítima, basta para tal que haja denúncia ou conhecimento do facto por parte do ministério público para este promover o processo.

1.3. Alguns dados para reflexão sobre a realidade Portuguesa e Internacional da Violência Interparental

Abuse in the home is hidden behind closed doors.
(Cunningham e Baker, 2007)

Os dados reais sobre este fenómeno são difíceis de contabilizar e estão longe de ser rigorosamente conhecidos. Não existe informação oficial em Portugal acerca da prevalência⁴ e incidência da violência interparental (Sani, 2003, 2006). Um dos entraves à contabilização deste fenómeno é a falta de terminologia concreta bem como instrumentos adequados (Edlson, Johnson e Shin, 2007b). Os números, por vezes, são contabilizados apenas com base nos casos denunciados que transparecem uma pequena parcela da realidade, fora das estatísticas oficiais ficam as intituladas cifras negras⁵ por desvendar. É difícil de conhecer e contabilizar também devido ao carácter privado (Almeida, André e Almeida, 1999) que persiste nas famílias, proporcionando uma forma de protecção em relação ao exterior. Deste modo, o número exacto de crianças expostas à violência interparental em todo o mundo é desconhecido (Holden, 1998; Overlien, 2010; Wolaw e Finkellor, 1998).

Ao reflectirmos sobre esta problemática, abordamos a realidade internacional através de vários estudos que ilustram a dimensão deste fenómeno (McDonald, Jouriles, Ramisset-Mikler, Caetano e Green, 2006b). Este estudo aponta para 15,5 milhões de crianças americanas⁶ estão expostas à violência conjugal anualmente. O estudo foi realizado em famílias com e sem filhos, concluindo que a prevalência da violência é maior nos casais com filhos do que em casais sem filhos (McDonald et al., 2006b). Thompson, Saltzman e Johnson (2003), fazem referência a um inquérito nacional em que 33,2% mulheres no

⁴ **Prevalência** refere-se à “percentagem em que o evento ocorre num determinado momento (e.g., ao longo da vida)”. **Incidência** refere-se à “frequência em que um evento ocorre pela primeira vez (e.g., o testemunho de e / ou envolvimento num acto violento)” (Edmond, Fitzgerald e Kracke, 2005, p.6).

⁵ Cifras negras referem-se aos crimes não conhecidos, estes incluem os crimes não descobertos; crimes sem vítimas; crimes contra vítimas sem poder; crimes “triviais”; crime em que a vítima não confia na polícia e os crimes de agentes poderosos.

⁶ Este estudo ultrapassa valores apresentados por Carlson (1984, *cit. in* McDonald et al., 2006b) onde apresenta valores de 3 milhões de crianças nos Estados Unidos expostas à violência conjugal. Carlson (2000, *cit. in* Edlson et al., (2007b), estima que 10 % a 20% de crianças americanas estão, anualmente, expostas à violência conjugal.

Canadá e 40,2% nos E.U.A responderam que os seus filhos estavam presentes nos episódios de violência. Um estudo realizado junto de estudantes universitários por Silver et al., (1995, *cit. in* Overlien, 2010) revelou que 37% relataram que estiveram expostos aos conflitos entre os pais.

Em Espanha, num estudo realizado por Corbalán e Patró (2003, *cit. in* Hernández e Grãs, 2005) em casas abrigo, os investigadores concluíram que 85 % das crianças estiveram expostas à violência conjugal e 66 % sofreram de violência física e psicológica. No Canadá, os resultados apresentados apontam para 2.500 crianças a viver em Casas Abrigo com idade inferior a 10 anos (Cunningham e Baker, 2007). Na Inglaterra e País de Gales, mais de 34.000 crianças anualmente passam por casas abrigo (Shankleman, Brooks e Webb, 2000 *cit. in* Shelton e Harold, 2008).

Segundo o relatório da Unicef (2006, *cit. in* Jiménez, 2009), o primeiro número conhecido em Espanha estima que 188 mil crianças anualmente estiveram expostas aos conflitos conjugais. Além de estarem expostas à violência familiar, aumenta a probabilidade de serem alvo directo de abuso (Edleson, 2001). No entanto, segundo Fantuzzo e Mohr (1999), 70% de crianças expostas à violência conjugal também são vítimas de maus-tratos na infância.

A realidade portuguesa quanto ao número de crianças expostas tem vindo a ser estimada a partir de estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vitima (APAV), de dados das polícias ou estudos recentes sobre vitimação. No entanto de acordo com o relatório de administração interna das forças policiais demonstra que em termos globais, cerca de 45,2% das ocorrências foram presenciadas por menores (*até 18 anos*). Em (2007) o inquérito nacional de “Violência de Género”conclui que cerca de uma em três mulheres com 18 anos ou mais, diz ter sido vítima no último ano, ou em anos anteriores pelo menos uma vez. (Lisboa, Barroso, Patrício e Leandro, 2009). No entanto estes valores não nós apresentam dados específicos quanto ao numero de crianças que presenciaram esta situação.

A Violência Doméstica é líder das estatísticas criminais, representando cerca de 90% dos casos. No que concerne ao número de processos relacionados com a violência doméstica, foram registados um total de 6682 crimes, onde os maus tratos físicos e

psicológicos predominam com cerca de 57%, ultrapassando os valores de 55% do total de situações registadas que ocorrem entre cônjuges/companheiros. Relativamente às características dos intervenientes, as vítimas são maioritariamente mulheres (88%) e os autores do crime são, na sua maioria, homens (84%). O local escolhido para a prossecução deste crime é a residência comum. Os dados resultantes da APAV não demonstram números referentes à vitimação indirecta, mas apenas resultados que evidenciam a vitimação directa (APAV, 2009).

Um estudo efectuado por Lourenço e Lisboa (1992) concluiu que 61% em 205 crianças de escolas oficiais confirmaram ter visto o pai bater na mãe. Outro estudo português referenciado por Almeida, André e Almeida (1997, *cit. in Sani 2002a*, p.41) concluiu que mais de metade das famílias onde predominaram situações de maus tratos foi confirmada a presença de sinais de violência conjugal entre os responsáveis pela criança.

Efectivamente, os dados abordados permitem-nos concluir que a magnitude do problema é realmente oculta em muitos seios familiares e justifica a necessidade de investir em políticas sociais, estratégias preventivas e serviços especializados, para diminuir a curto e a longo prazo este fenómeno. Deste modo, é importante um olhar mais atento e gradual das entidades competentes pelas crianças, uma vez que estas são seres mais vulneráveis sob o ponto de vista físico e psicológico, e o estatuto de dependência perante os pais gera situações mais propícias a actos de vitimação, colocando-as numa posição com menor capacidade de poder e decisão. Os resultados atrás referidos também apresentam pouca informação sobre quais as formas de violência a que as crianças estão expostas e como estão envolvidas nos episódios de violência. É impossível delimitar e preannunciar números sucintos nos vários países. O contributo de estudos nesta área é uma mais-valia para o reconhecimento do fenómeno, de forma a não o tornar invisível.

As casas abrigo⁷ e programas de prevenção têm expandindo as suas respostas de forma a apoiar, crianças e mulheres que as integram (Poole, Beran e Thurston, 2008; Saathoff

⁷ De acordo com o decreto de lei 323/2000, publicado em diário da República n.º 291 (1.ª Série) em 19 Dezembro de 2000 entende-se no artigo 2, alínea b) que as casas abrigo são “*unidades residenciais destinadas a proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência acompanhadas ou*

e Stoffel, 1999), esta é uma das respostas sociais existentes para dar resposta a este fenómeno em Portugal, tal como em outros Países. Em Portugal, estima-se que existam cerca de 34⁸ casas de abrigo, espalhadas pelos diversos distritos, estando em concordância com a Lei nº 107/99, de 3 de Agosto, que estipula que a rede pública deve ser constituída por, pelo menos, uma casa de apoio constituída por uma casa abrigo e um ou mais centros de atendimento, em cada distrito do continente e nas Regiões Autónomas, e pelo menos, duas nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa. No entanto, muitas casas abrigo possuem “lista de espera” e a sua extensão é ainda necessária, de forma a promover condições e oportunidades para uma autonomização fortalecida e saudável (CIG, 2010).

1.4. Consequências da exposição à violência interparental

Children who are victims of domestic violence suffer in silence.

(Dobson, 2007 cit. in Overlien e Hydén, 2009)

Um substancial corpo de pesquisa apresenta resultados em que a experiência da violência conjugal tem efeitos directos e indirectos na vida criança e do adolescente, colocando em risco o seu desenvolvimento saudável (Grych e Fincham, 1990; Grych, Jouriles, Swank, McDonald e Norwood, 2000b; Margolin, 2005), mesmo não sendo o alvo directo da violência (Amato, 2008). Como defendem diversos autores, as crianças podem sofrer de problemas comportamentais, sociais, emocionais, psicológicos, cognitivos, físicos e efeitos a longo prazo denotando-se diferenças em cada estágio de desenvolvimento (Coutinho e Sani, 2008; Du Rocher Schudlich e Cummings, 2003; Edlson, Ellerton, Seagren, Schmidt, Kirchberg e Ambrose 2007a ; Kitzman, Gaylord, Holt e Kenny 2003; Margolin e Gordis, 2004; McDonald e Grych, 2006a; Sani, 2002a; Wolf, Crooks, Lee, McIntyre-Smith e Jaffe 2003).

não de filhos menores”. Em cumprimento do disposto do artigo 4 do decreto de lei citado compete a estas unidades proporcionar a todos os utilizadores um espaço securizante, onde estejam garantidas todas as necessidades básicas elementares; concomitantemente é também prestado apoio psicológico, social e jurídico no processo de reformulação dos seus projectos de vida.

⁸ Este dado foi recolhido através do site (www.cig.pt) mas é importante salientar, que estas estruturas são de carácter confidencial e poderão reabrir ou fechar, a qualquer momento do ano.

O quadro 2 resume os resultados de vários estudos, explorando os efeitos da exposição à violência interparental de acordo com cada estágio de desenvolvimento nas várias dimensões (comportamental, social, emocional/ psicológico e cognitivo).

Quadro 2. *Efeitos da Exposição à Violência Interparental de acordo com os quatro estádios de desenvolvimento (adaptado de Summers, 2006).*

	<i>Bebés</i>	<i>Idade Pré-escolar</i>	<i>Idade escolar</i>	<i>Adolescentes</i>
Comportamental	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em dormir e comer • Choro • Baixo peso 	<ul style="list-style-type: none"> • Agressão • Problemas de comportamento • Enurese nocturna • Dores de estômago e cabeça • Regressão de comportamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Ansiedade • Depressão • Agressividade • Distúrbios de sono • Fraco desempenho escolar 	<ul style="list-style-type: none"> • Violência no namoro • Delinquência • Actividade sexual precoce • Fugas de casa precoce • Altos níveis de agressão • Uso de álcool e drogas
Social		<ul style="list-style-type: none"> • Ansiedade • Problemas na interacção com os colegas 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca qualidade com os pares 	<ul style="list-style-type: none"> • Violência no namoro • Aumento de risco para engravidar
Emocional / Psicológico	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de afecto 	<ul style="list-style-type: none"> • Medo • Ansiedade de separação maternal 	<ul style="list-style-type: none"> • Queixas somáticas • Medo e ansiedade • Depressão • Baixa auto-estima • Distúrbio de Stress Pós-Traumático • Resposta emocional limitada • Sentimentos de tristeza 	<ul style="list-style-type: none"> • Abuso de substâncias • Depressão • Ideação suicida • Distúrbio de Stress Pós-Traumático • Raiva • Vergonha
Cognitivo	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de compreender o todo 	<ul style="list-style-type: none"> • Auto-culpabilização 	<ul style="list-style-type: none"> • Auto-culpabilização • Problemas escolares • Atitudes pró-violentas 	<ul style="list-style-type: none"> • Défices de atenção • Atitudes pró-violentas

1.4.1. Efeitos Directos

Os efeitos directos da exposição à violência interparental são causados pela observância dos conflitos entre os pais que conduz a que criança desenvolva um conjunto de sintomas desadaptados (Davies e Cummings, 1994; Sani, 1999). A violência afecta a visão da criança sobre si mesma e sobre o mundo, as suas ideias, suas expectativas e o significado do mundo (Margolin e Gordis, 2000).

Vários estudos evidenciam os efeitos prejudiciais das experiências ocorridas durante a exposição à violência conjugal (Grych e Fincham, 1990; Sturge-Apple, Davies e Cummings, 2006) a literatura aponta para uma maior propensão a problemas de externalização (*e.g.*, agressividade, raiva, delinquência) e internalização (*e.g.*, ansiedade, medo, isolamento), desenvolvendo problemas de ajustamento a vários níveis (Esfandyari, Baharudin e Nowzari, 2009; Graham-Bermann e Levendosky, 1998; Jiménez, 2009; Margolin e Gordis, 2004; Wolf et al., 2003). As crianças expostas aos conflitos parentais apresentam um risco acrescido de sofrer de abuso emocional (Jaffe et al., 1990), físico e sexual (Buckley, Holt e Whelan, 2007). De acordo com Holt, Buckley e Whelan (2008) estas crianças e adolescentes estão em maior risco de sofrer de diversas formas de abuso, sendo que ao nível do impacto importa também considerar factores de protecção, como sejam por exemplo, a ligação de afecto com a sua mãe.

A nível emocional, é frequente que as crianças manifestem reacções de evitamento, medo, agressividade, culpa, vergonha, baixa auto-estima, tristeza, ansiedade, insegurança e confusão (Esfandyari et al., 2009). O estudo de Sani (2003) indica que as crianças apresentam significativamente uma ambivalência de sentimentos, devido a toda a situação stressante existente no lar, como por exemplo, exibem em simultâneo preocupação com o bem-estar do pai e medo relativamente a este, ao passo que com as mães, podem sentir-se ressentidas e desrespeitarem as suas escolhas, mas continuam a sentir simpatia e apoio por elas. Por vezes, as crianças acreditam que são culpadas e responsáveis pelo abuso que está a acontecer e por protegerem os seus irmãos e a sua mãe; outras vezes tentam acabar com o conflito e algumas enfrentam o agressor de forma a defender a vítima (Sani, 2003). Num estudo quantitativo, realizado com crianças em casa abrigo, os resultados apontaram que estas crianças apresentavam significativos problemas emocionais e comportamentais (Coutinho e Sani, 2008).

A nível social as rupturas na vida das crianças surgem como consequência da violência marital e a sua vida normal pode ser alterada quando entram numa Casa Abrigo, alterando-se todos os seus hábitos e rotinas, nomeadamente a mudança da localização geográfica, perda de amigos, pertences pessoais e, em alguns casos, a perda dos animais de estimação, tornando-se para muitas crianças difícil de lidarem com esta situação (Maclean, 2004). Durante a mudança, as crianças também podem sentir uma diminuição de disponibilidade da sua mãe, devido a toda a alteração de deixar a sua residência e as

próprias emoções negativas e exigências impostas por esta situação (Graham-Bermann, 1996). Num estudo de Rossmam e Rosemberg (1992), realizado com crianças em Casa Abrigo comparativamente com crianças que não estão em Casa Abrigo, aquelas apresentaram mais problemas de externalização, menor competência social e actividade social.

Relativamente a problemas do foro comportamental, a observação dos comportamentos dos pais no seio familiar tem uma grande influência sobre as crianças, visto que algumas reproduzem nos seus relacionamentos sociais essas mesmas estratégias de resolução de problemas. Sustentando a hipótese da teoria de transmissão intergeracional, a criança corre o risco de internalizar crenças de género erróneas e fazer uso da violência para resolver os conflitos (Esfandyari et al., 2009) nos seus relacionamentos íntimos e mesmo com os seus irmãos (Reese-weber e Kahn, 2005). Também segundo Pepler, Catallo e Morre (2000), uma das consequências do testemunho da violência conjugal é a aprendizagem acerca das tradicionais diferenças entre os homens e as mulheres. Os adolescentes, ao observarem o conflito conjugal, podem retirar mensagens informativas acerca de como são os relacionamentos íntimos e comportarem-se de forma similar (Simon, Bouchey e Furman, *cit. in* Simon e Furman 2010; Kinsfogel e Grych, 2004).

Várias investigações (Overlien e Hydén, 2009; Moretti, Obsuth, Odgers e Reebye, 2006) concluíram que crianças expostas à violência interparental estão mais propensas a usar a agressão como resposta ao conflito. Hutch-Bocks (2008) concluiu que o stress parental tem efeitos negativos sobre o comportamento da criança.

De acordo com outros autores Buckley et al., (2007) também se destaca o desenvolvimento de sentimentos de remorso, vergonha e medo. Para Renahy, Guernec, Lesieur, Parizot e Chauvin (2009), a exposição à violência parental está associada à depressão, tentativas de suicídio, transtornos de conduta e dependência de álcool na vida adulta. Crianças que estiveram expostas à violência parental têm maior risco de desenvolver problemas de saúde mental na vida adulta comparativamente com aqueles que nunca presenciaram esta situação. A exposição ao conflito interparental, sem uma resolução construtiva, pode resultar numa mensagem confusa para os relacionamentos íntimos (Davies e Cummings, 1994). Assim, o ambiente em que as crianças crescem e

as relações conflituosas que observam ou em que participam pode influenciar as representações mentais acerca dos relacionamentos amorosos.

Já de acordo com Rossman (2000, *cit. in* Overlien, 2010), as crianças expostas a episódios recorrentes de violência têm mais probabilidade de desenvolver sintomas de pós-stress traumático⁹. Podemos considerar o testemunho da violência conjugal como uma forma de abuso psicológico, que afecta o desenvolvimento do self da criança, bem como as suas competências sociais (Sani, 2003). As crianças mais novas estão mais propensas para testemunhar o abuso visualmente e sofrem mais consequências negativas, uma vez que não têm grande capacidade de lidar e compreender os problemas (Graham-Bermann, 2002).

Para Bourassa (2007), os adolescentes expostos à violência conjugal apresentam problemas mais frequentes de internalização e externalização comparativamente com crianças que nunca foram vítimas desta situação. Becker-Lausen e Mallon Kraft (1997, *cit. in* Sani, 2002b) enunciam que as crianças que experienciam frequentemente a violência verbal estão mais propensas a desenvolver problemas ao nível do álcool, abuso físico e delinquência comparativamente àquelas que não assistem ao abuso verbal. Um dos efeitos mais prejudiciais no desenvolvimento da criança é de ordem psicológica, ou seja, muitas das crianças são afectadas na percepção delas próprias, nos objectivos e nas estratégias de sobrevivência, assim como nos relacionamentos interpessoais (Sani, 2002a).

Quanto aos problemas de competência social estes incluem os défices no rendimento escolar, dificuldades em actividades, défices de comportamento na escola e défices nas relações com os outros (Rhea, Chafey, Dohner e Terragno, 1996). Dificuldades em resolver conflitos e no desenvolvimento de empatia foram encontrados em crianças que testemunhavam a violência intrafamiliar (Edelson, 1999; Fantuzzo e Mohr, 1999; Jaffe et al., 1990; McCloskey e Stuweg, 2001; Rossman e Rosenberg, 1992; Sox, 2004).

⁹ Segundo o manual de diagnóstico e estatístico de doenças mentais - DSM-IV-TR- a Perturbação Pós-Stress Traumático (PPST), é uma perturbação de ansiedade que consiste no desenvolvimento de sintomas característicos cuja origem pode estar num presenciar de um evento traumático que evoque sentimentos intensos de horror, medo ou impotência (DSM-IV-TR, 2004, p.463).

Os efeitos do convívio com a violência são diversos e variam muito de criança para criança, mesmo pertencendo à mesma família, são influenciados por uma conjugação de factores, incluindo a proximidade e a gravidade do evento, o género, a idade, a relação com a vítima e agressor, características da personalidade da própria criança e a presença de outros stressores (Margolin e Gordis, 2000; Cummingham e Baker, 2007). Importa sublinhar que nem todas as crianças expostas à violência interpaparental apresentam os problemas acima referenciados, devendo considerar-se as características de resiliência apresentadas por cada criança

Segundo Mcloskey e Lichter (2003), a resiliência é definida como um processo dinâmico envolvendo uma adaptação positiva no contexto de adversidades significativas. Resiliência é um mecanismo que a criança utiliza para superar as adversidades nas múltiplas esferas do quotidiano, tal como a exposição à violência interpaparental. Os factores de protecção que servem para atenuar os efeitos negativos da exposição à violência referem-se às características individuais da criança, auto-estima elevada, temperamento tolerante, competência social, bom relacionamento com os colegas e irmãos. De acordo com as diferenças individuais de cada criança, tal como das representações e significados construídos por ela, as reacções da criança são diversas a cada situação a que está exposta (Sani, 2002a). As crianças podem ser resistentes a alguns acontecimentos e não a outros, isto varia em função dos diversos contextos e ao longo do tempo, sendo este um conceito evolutivo e interactivo (Gonçalves, 2003).

1.4.2.Efeitos Indirectos

De acordo com o exposto anteriormente, pode-se constatar que os efeitos directos são inúmeros podendo surgir da exposição à violência conjugal, mas é pertinente mencionar que não são independentes, existem outros, designados de efeitos indirectos. Os efeitos indirectos são um resultado da disrupção criada pela existência da violência interpaparental, designadamente na forma de funcionamento familiar, traduzidos por exemplo, práticas e estilos educativos parentais desadequados, stress parental entre outros (Nighswander e Proulx, 2007).

As crianças podem ser afectadas em várias áreas, como por exemplo nas respostas afectivas na relação com os pais. Sendo que estes pais tendem a ter menos interacções com os seus filhos e estar emocionalmente menos estáveis e disponíveis, geram hostilidade e falta de resposta à criança (Graham-Bermann, 2000). Além disso, estas crianças podem receber menos afecto, carinho, propício a todo o contexto em que a violência ocorre. As circunstâncias que afectam o exercício da parentalidade são diversas e complexas em famílias onde ocorre a violência (Sani, 2008).

Exercer o papel de mãe torna-se complicado, uma vez que os episódios de violência envolvem todo o quotidiano e afectam-na ao nível da sua saúde física e mental (Sani, 2008). Segundo Nomura et al. (2002, *cit. in* Dehon e Weems, 2010) estas tendem a ser mulheres deprimidas e por isso estar menos sensíveis e rersponsivas às necessidades dos filhos e a sua relação com as crianças é descrita com hostilidade e disciplina severa comparada às mães que não são deprimidas. O álcool é outro dos factores que pode comprometer as práticas parentais como modelo de identificação para os filhos, no que diz respeito ao relacionamento interpessoal (Klostermann e Kelley, 2009).

A investigação mostra-nos ainda que as características da personalidade do pai e o seu comportamento influenciam a identificação dos filhos adolescentes. Por sua vez, esta identificação é determinante na formação da personalidade e na adaptação do comportamento dos filhos às diferentes situações. As necessidades básicas da criança podem ser colocadas em causa pela falta de disponibilidade parental centrando-se toda a atenção no agressor. O agressor, por sua vez, também pode estar atento aos comportamentos da vítima e deixar de prestar a atenção merecida às crianças (Holden, 1998).

1.5. Impacto da violência conjugal sobre a criança

1.5.1. Idade

As crianças são capazes de compreender e lidar de forma distinta, como que acontece entre as figuras parentais em função das estratégias de *coping* que possuem (Sani, 2006) e que são diferentes consoante a idade. Neste sentido o nível etário representa uma

variável mediadora importante para a compreensão do impacto. De seguida, apresenta-se uma síntese das principais características de cada estágio de desenvolvimento e do potencial impacto da exposição à violência interpaparental na criança (Cunningham e Baker, 2007).

Quadro 3. *Impacto Potencial da Exposição à violência Interparental Bebés até aos 2 anos de idade (adaptado de Cunningham e Baker, 2004).*

Aspectos Principais de Desenvolvimento da Criança	Impacto Potencial da Violência interpaparental
⇒ Percepção do mundo através dos sentidos.	⇒ Barulhos intensos; imagens associadas à violência podem ser perturbantes.
⇒ Formação do vínculo seguro.	⇒ Os pais podem ter dificuldades em responder consistentemente às necessidades da criança, podendo afectar a ligação entre ambos.
⇒ Exploração do espaço que os rodeia através da brincadeira.	⇒ O medo e a instabilidade podem inibir a exploração e a brincadeira; as brincadeiras da criança podem imitar ou estar relacionadas com a violência interpaparental.
⇒ Aprendizagem sobre a interacção social e das relações a partir do que ouvem ou observam na família.	⇒ Aprendem a agressão a partir das interacções observadas.

As experiências na infância são a base para um desenvolvimento social competente e adaptativo das crianças. Através das interacções com os cuidadores, elas aprendem e adquirem um estado emocional que em estádios posteriores se vai reflectir na forma como são reguladas as emoções e comportamentos (Cunningham e Baker, 2007).

Quadro 4. *Impacto Potencial da Exposição à violência Interparental na Idade pré-escolar dos 3 aos 5 anos (adaptado de Baker e Cunningham, 2009).*

Aspectos Principais de Desenvolvimento da Criança	Impacto Potencial da Violência interpaparental
⇒ Manifestação de sentimentos de raiva e outras emoções de forma apropriada.	⇒ Aprendem formas inadequadas de expressar raiva e agressão.
⇒ Experiências e observações mais importantes no significado do mundo.	⇒ Podem ficar confusos com mensagens ambíguas (e.g., aquilo que vejo versus aquilo que me dizem).
⇒ Pensamento egocêntrico.	⇒ Podem atribuir à violência a algo que fizeram.
⇒ O resultado é mais importante do que o processo.	⇒ Podem ficar perturbados por sentirem situações de injustiça (e.g., a mãe vai para uma casa abrigo e o pai pode ser preso).
⇒ Ideias sobre papéis de género são formadas com base em mensagens sociais.	⇒ Aprendizagem dos papéis de género associado à violência e vitimização.
⇒ Aumento da independência física	⇒ A instabilidade pode inibir a independência e poderá despoletar comportamentos regressivos. (e.g., regressão no vestir-se sozinho/a).

As crianças em idade escolar podem sentir-se responsáveis pela infelicidade, ter raiva dos pais ou possuir sentimentos conflitantes em relação ao pai devido ao modo como este se comportou de forma violenta. Huetteman (2004) refere que, crianças em idade pré-escolar num ambiente familiar pautado pela violência, têm sentimentos positivos pelas suas mães, e sentimentos positivos e negativos pelos pais. No entanto, quando os pais são fisicamente e emocionalmente indisponíveis, o desenvolvimento de confiança será prejudicado, o que irá afectar negativamente o seu comportamento exploratório e independência (Osofsky, 1999).

Quadro 5. *Impacto Potencial da Exposição à violência Interparental na Idade Escolar dos 6 aos 12 anos (adaptado de Cunningham e Baker, 2004).*

Aspectos Principais de Desenvolvimento da Criança	Impacto Potencial da Violência Interparental
⇒ Aumento de consciência emocional do self e dos outros.	⇒ Maior consciência das suas próprias reacções à violência no lar, ficam mais conscientes do impacto sobre os outros (<i>e.g.</i> , segurança da mãe e o pai ser acusado pela agressão).
⇒ Aumento da complexidade dos pensamentos sobre o certo e o errado, maior ênfase na justiça e intenção.	⇒ Mais susceptíveis à racionalização que justifique a violência (<i>e.g.</i> , usar o álcool como causa; a vítima de alguma forma merece ser maltratada) ou podem pôr em causa a racionalização que não seja vista como justa ou certa; conseguem ver as discrepâncias entre as acções e as palavras e as justificações que envolvem as crianças podem levar à auto-responsabilização ou culpa acerca do conflito.
⇒ O sucesso académico e social tem impacto no conceito do self.	⇒ A capacidade de aprendizagem pode estar diminuída (<i>e.g.</i> , distorcida); podem não conseguir identificar afirmações positivas e selectivamente prestar mais atenção às mensagens negativas ou feedback negativo.
⇒ Aumento da influência de outros membros da família, competência assume nova importância no grupo de pares.	⇒ As crianças são possivelmente mais influenciadas por mensagens do que por atitudes e comportamentos associados ao abuso; podem usar agressão como meio de competição; maior propensão de se tornarem agressores ou vítimas de agressão.
⇒ Maior identificação com crianças do mesmo sexo.	⇒ Aprendem papéis de género associados com os abusos que presenciaram (<i>e.g.</i> , agressor é do sexo masculino); possibilidade de ocorrer o ciclo geracional da violência.

Nesta idade há um desdobrar de apreciação das perspectivas e sentimentos dos outros, e as crianças tornam-se conscientes e têm mais recursos cognitivos para enfrentar e compreender a situação de violência, especificamente, como a violência afecta a mãe (Cunningham e Baker, 2004). Ou seja, a atenção da criança na idade escolar muda das consequências físicas do conflito (*e.g.*, nódoas negras, sangue) para uma apreciação do mal-estar emocional, medo e outras consequências menos concretas ou imediatamente óbvias. Conseguem antecipar e preocuparem-se com assuntos como a segurança da mãe, a saúde e o seu bem-estar. Eles são capazes de pensar sobre as possíveis razões para a violência, e tentar prever e prevenir o abuso e essas crenças erróneas não são detectadas imediatamente, a criança pode ter no futuro, ideias irracionais sobre os seus próprios comportamentos agressivos (Cunningham e Baker, 2004).

Nesta faixa etária desenvolvem um senso de insegurança e desconfiança de seu ambiente, na forma como eles vêem o mundo como imprevisível e perigoso (McAlister-Groves, 1999; Wolak e Finkelhor, 1998). As crianças aprendem a acreditar que a violência é uma parte normal do relacionamento e uma forma de obter poder e controle. Também nesta faixa etária, as crianças tem pobres percepções acerca de si próprias, e apresentam maiores problemas de comportamento (Jaycox e Repetti, 1993).

Quadro 6. *Impacto Potencial da Exposição à violência Interparental na Adolescência, a partir dos 13 anos (adaptado de Cunningham e Baker, 2004).*

Aspectos Principais de Desenvolvimento da Criança	Impacto Potencial da Violência Interparental
⇒ Aumento do sentimento do self e autonomia relativamente à família.	⇒ Responsabilidade e autonomia prematura; abandono escolar; capacidades de comunicação no seio da família podem ficar comprometidas; e saída precoce de casa dos pais.
⇒ Alterações físicas resultantes da puberdade.	⇒ Uso de formas físicas para parar a violência; tentam impor a sua vontade através da intimidação e agressão.
⇒ Influência do grupo de pares e desejo de aceitação.	⇒ Sentimentos de embaraço relativamente à família, podem resultar em vergonha, secretismo, insegurança, susceptíveis a comportamentos de alto risco (e.g., roubo, drogas). Saídas frequentes de casa; desenvolvimento de estratégias de <i>coping</i> defensivas (e.g., drogas) ou ofensivas (e.g., uso de agressão ao próprio agressor) que visam lidar com a violência e o seu estigma.
⇒ A sensação de mérito e valor está intimamente ligada à atracção física.	⇒ A forma com se vê a si própria pode estar distorcida devido a forma como o agressor trata a mãe e/ou co-ocorrência de maus-tratos à criança; ocorrência de distúrbios alimentares e utilização de processos de modificação corporal com (e.g., piercing e tatuagens).
⇒ Relação do namoro levanta questões relativas à sexualidade, intimidade e capacidade para desenvolver relações.	⇒ Pode ter dificuldade em estabelecer relações saudáveis; medo de sofrer abusos ou ser abusivo em relações íntimas especialmente em situações de conflito; pode evitar a intimidade ou ter relações íntimas prematuramente e ter filhos como forma fugir e criar o seu próprio sistema de apoio.

⇒ Aumenta a capacidade de raciocínio abstractos, bem como de novos horizontes.	⇒ Interpretações de “tudo ou nada” das experiências; maior capacidade para ver tons cinzentos (<i>e.g.</i> , são todos vítimas ou perpetradores da violência); predisposição para atitudes e valores associados à violência e/ou vitimação.
⇒ Maior influência dos media.	⇒ Maior influência de mensagens negativas dos media, (<i>e.g.</i> , comportamento violento ou estereótipos de género).

Nesta faixa etária, muitos dos adolescentes começam a sentir-se menos responsáveis pela violência interparental. Quando eles percebem que o conflito é entre os pais sentem-se com raiva, mágoa e confusos sobre os seus sentimentos em relação aos seus progenitores (Nighswander e Proulx, 2007). Alguns iniciam os seus relacionamentos precocemente como forma de obter carinho.

A adolescência é uma fase de alterações físicas e psicológicas. Os jovens são levados para mais perto do seu grupo de pares e a forma como eles são percebidos pelos outros é extremamente importante. Nesta idade, os adolescentes que vivenciam a violência interparental podem sentir embaraço, forte necessidade de privacidade, necessidade de projectar uma imagem da sua família como "normal", raiva de um ou ambos os pais, e preocupação com o bem-estar de sua mãe (Nighswander e Proulx, 2007).

1.5.2. Género

O género é uma das características individuais considerada por alguns autores como mediadora do impacto da violência interparental. Estudos relativos ao género na compreensão das avaliações acerca do conflito interparental mostram que as crianças do sexo feminino reagem com maior culpabilidade (Kerig, 1998), preocupação, ansiedade e tristeza (Hughes e Luke, 1998). Os rapazes, por outro lado, são mais susceptíveis a reagir ao conflito parental com ameaça e com agressividade (Kerig, 1998).

Estes resultados sublinham a importância de considerar o género da criança como uma variável contextual que afecta as percepções das crianças acerca do conflito interparental (Kerig, 1998).

Sobre os diferentes efeitos da exposição à violência interparental nos dois géneros, os resultados são contraditórios; alguns estudos apontam que os rapazes expostos à violência interparental apresentam mais problemas de externalização como agressividade e problemas de comportamento do que as raparigas (McIntosh, 2003; Davies e Lindsay, 2004; Yates, Dodds, Sroufe e Egeland 2003; Martin e Clements, 2002). No entanto, outros estudos salientam que as raparigas são mais propensas que os rapazes de apresentar tanto problemas de externalização como de internalização (Holden e Ritchie, 1991; Cummings, Pepler e Moore, 1998).

Um resultado mais conclusivo é o de Sternberg, Cordeiro, Gutterman, Abbott e Dawud-Noursi, (2006); de facto, este estudo não encontra diferenças de género nos efeitos da violência interparental, o que é consistente com os resultados da meta-análise realizada por Kitzmann et al., (2003); Wolfe et al., (2003) e outros investigadores (Gordis, Margolin e John, 1997; Kerig, 1998). As crianças mais novas são susceptíveis de serem mais afectadas, mas à medida que crescem os sintomas vão atenuando (Sternberg et al., 2006). Outros estudos ainda concluíram que as crianças do sexo feminino apresentam maior envolvimento e tentativa de evitar os conflitos interparentais (Davies, Harold, Goeke-Morey, Cummings, Shelton e Rasi, 2002b; El-Sheikh e Reiter, 1996) e na prevenção de conflitos conjugais (Goeke-Morey, Cummings, Harold e Shelton, 2003), no entanto, os resultados de Grych, Harold e Miles (2003) apresentam que os rapazes e as raparigas sentem-se ameaçados pelos conflitos e que os rapazes tendem a agir no sentido de controlar a situação. Também Ablow, Measelle, Blow, Cowan e Cowan (2009) não verificaram diferenças de género na forma como as crianças percebem os conflitos conjugais.

Em suma, vários estudos acerca das diferenças de género nos efeitos da exposição à violência interparental, tendem a apresentar resultados distintos embora se verifique uma maior evidência para ausência de diferenças significativas entre os rapazes e as raparigas. Sternberg et al., (2006) sugerem que os mecanismos para explicar o risco de psicopatologia entre rapazes e raparigas é diferente, e este poderá ser explicado pela inconsistência dos resultados encontrados até agora. No entanto, podemos afirmar que existe necessidade de mais pesquisas sobre questões de género, bem como estudos de meta-análise sobre as reacções das crianças perante os conflitos conjugais.

1.6. Abordagens Teóricas – Resenha das teorias proeminentes para o tema em estudo

O impacto dos conflitos interparentais é melhor compreendido se atendermos às interpretações que a criança elabora acerca desse mesmo acontecimento, tal como propõem os modelos Cognitivo- Contextual apresentado por Grych e Fincham (1990) e o Modelo de Segurança Emocional de Davies e Cummings (1994). Estes modelos são indubitavelmente os mais utilizados para guiar a investigação relacionada com o ajustamento da criança e o conflito parental. Surgem como abordagens compreensivas acerca dos conflitos interparentais centrando-se na ideia de que o significado do conflito determina o seu impacto e conduz a comportamentos consequentes.

1.6.1. Modelo Cognitivo-Contextual de Grych e Fincham (1990)

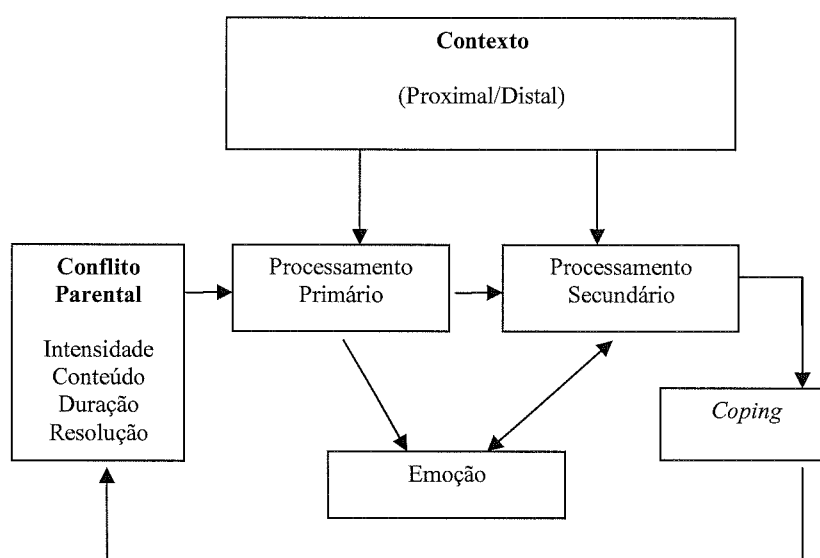
No modelo cognitivo-contextual desenvolvido por Grych e Fincham (1990), a criança é vista como um sujeito activo que se esforça por compreender e lidar com o stress vivenciado no conflito entre os pais. Este modelo evidencia a importância do contexto do conflito interparental, o processamento cognitivo que a criança faz do conflito e seu nível desenvolvimental, sem, no entanto, invalidar o papel da resposta afectiva da criança ao conflito.

Grych e Fincham (1990) apontam que tanto a cognição como a emoção estão intimamente ligadas e são usadas na apreciação do conflito e no desenvolvimento de estratégias de *coping*. Dentro deste modelo, as estratégias de *coping* podem ser compreendidas como processos de regulação das emoções e comportamentos em que a cognição tem um papel central.

O conflito interparental constitui um stressor que leva a criança a tentar compreender e lidar com o conflito. Numa primeira fase, denominada de processamento primário, a criança apercebe-se da ocorrência de um conflito que lhe causa mau estar e experiência uma reacção afectiva inicial. Segundo Grych e Fincham (1990), a criança avalia subjectivamente essa ameaça baseada nas características do conflito (*e.g.*, intensidade,

conteúdo, duração e resolução) e o contexto em que se desenrola o conflito (*e.g.*, pensamentos e sentimentos da criança) e nos factores contextuais que podem ser proximais ou distais. Os proximais incluem expectativa da criança e humor naquele momento ou mais distais que abarcam o clima familiar, experiência prévia dos conflitos, temperamento, género que influenciam o estágio inicial da apreciação do conflito (*Cf.* Figura. 1).

Figura 1. Modelo Cognitivo-Contextual de Grych e Fincham (1990).



Este processamento primário pode ser seguido de um processamento secundário durante o qual a criança tenta compreender porque é que o conflito ocorre e o que é que deve fazer em resposta, este processamento é mais elaborado. No processamento secundário a criança tenta compreender as causas do conflito atribuindo responsabilidade e gerando expectativas sobre a eficácia de potenciais respostas de *coping*. O processamento primário é influenciado pelo estágio emocional da criança que serve de mediador dos efeitos do conflito. Tanto o estágio emocional como o processamento primário servem de base para a criança tentar lidar com o conflito (*coping*). Quando as estratégias de *coping* desenvolvidas são bem sucedidas há uma redução do impacto negativo do conflito, enquanto que as estratégias de *coping* “mal adaptativas” podem levar a um aumento do mau estar da criança (Grych e Fincham, 1990; Grych, Fincham, Jouriles e McDonald, 2000a).

Quando a criança vê os pais a discutir e se sente incapaz de lidar com o conflito tem maior probabilidade de sentir medo e ansiedade, podendo atribuir a si mesma ou a um dos cuidadores, a responsabilidade pelos conflitos. Esta situação conduz a estados afectivos de culpa, vergonha, tristeza e baixa auto-estima (Grych e Fincham, 1990; Grych et al., 2000a), medo de perder um dos seus cuidadores e ter dúvidas sobre a sua própria segurança dentro da família (Grych e Fincham 1990; Fosco, DeBoard e Grych, 2007). Em suma, não é o conflito interparental em si, mas as avaliações e percepções interpessoais das crianças sobre as causas e as consequências do conflito que determinam se o conflito é ou não prejudicial à criança e que posteriormente poderão conduzir a problemas emocionais e comportamentais.

1.6.2. Hipótese da Segurança Emocional de Davies e Cummings (1994)

A Hipótese da segurança emocional foi desenvolvida por Davies e Cummings (1994) é uma perspectiva teórica que explica a forma pelo qual a segurança emocional de uma criança poderá ficar comprometida quando exposta aos conflitos interparentais.

De acordo com vários autores, a preservação da segurança é um objectivo imperioso que organiza as experiências emocionais da criança (e.g., medo) as formas como resolvem os conflitos (e.g., retira-se ou envolve-se nos conflitos) e a avaliação do self e das relações interpessoais (e.g., percepções de ameaça do self e dos outros) (Davies, Harold, Goeke-Morey e Cummings, 2002). De acordo com esta teoria, o principal tema assenta no impacto dos conflitos conjugais no processo de regulação emocional da criança, ou seja, as reacções emocionais negativas regulam e são reguladas com o objectivo de preservar a segurança emocional (Davies e Cummings, 1994). Com base numa perspectiva funcionalista, as emoções servem como um monitor do estado psicológico interno e da experiência da segurança emocional, quando estão presentes numa situação stressante. Quando a criança se sente emocionalmente insegura este sentimento vai promover uma capacidade de *coping* eficaz e competente, estando assegurado um ajustamento positivo. A segurança emocional (insegurança) experienciada pela criança é o produto de várias experiências dos conflitos entre os pais

é e desenvolvida com base em vários alicerces tendo em conta a qualidade e o relacionamento das figuras parentais (Davies e Cummings, 1994).

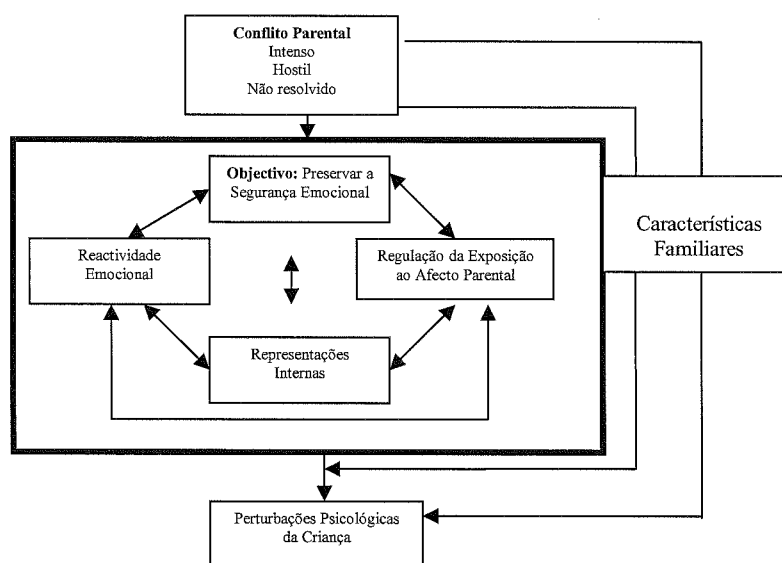
Numa revisão da teoria os autores classificaram o conflito como destrutivo e construtivo. Quando as figuras parentais lidam com o conflito de forma positiva, é, com responsabilidade, estabilidade das relações pai-criança, e calor emocional positivo, o conflito é considerado construtivo (Goeke-Morey et al., 2003), preservando assim no seio familiar a segurança das crianças, aumentando a sua confiança, de que as dificuldades entre os pais vão ser resolvidas com harmonia, a criança vai encontrar-se mais apta para regular a estimulação emocional negativa (Davies e Cummings, 1998). O conflito caracterizado por agressão física, verbal e hostilidade verbal ou ameaças incita um conflito destrutivo (McCooy, Cummings e Davies, 2009). A segurança emocional da criança torna-se abalada quando assiste a este tipo de conflito. O conflito interparental representa uma ameaça à segurança emocional da criança (*e.g.*, o conflito destrutivo) e motiva e organiza as suas respostas emocionais e comportamentais e as suas representações internas do relacionamento conjugal (Cummings, Schermerhorn, Davies, GoekMorey e Cummings, 2006). Embora essas respostas possam ser adaptativas a curto prazo, permitindo que as crianças mantenham ou reconquistem uma sensação de segurança emocional, essas respostas podem evoluir para padrões de comportamento ou pensamentos inadequados ao longo do tempo. Segundo a hipótese da segurança emocional, as respostas emocionais, comportamentais e cognitivas das crianças vão mediar os efeitos do conflito conjugal no seu ajustamento.

Quando as crianças estão emocionalmente seguras acerca dos cuidadores esperam que o conflito conjugal seja bem resolvido, estão confiantes acerca da disponibilidade emocional e física dos seus pais. Por outro lado, para as crianças que não estão emocionalmente seguras sobre os seus pais, a sua relação pode ter maior sensibilidade para conflito e desregulação emocional quando confrontados com conflitos com os pares, como por exemplo, em situações de interação social com colegas podem generalizar o excesso de representações negativas internas (*e.g.*, levando a distorções cognitivas) (Davies e Cummings, 1994; Grych e Fincham, 1990). Por sua vez, os comportamentos negativos dos pais para com a criança podem ameaçar cada vez mais o sentido global da segurança das crianças (Davies et al., 2002; Harold, Shelton, Goeke-Morey e Cummings, 2004; Smith, Calkins e Keane, 2006). Um nível elevado de

exposição aos conflitos conjugais predispõe a criança a dar respostas mais intensas e emocionalmente negativas (Davies e Cummings, 1998).

A segurança emocional é conceptualizada como um objectivo latente que pode ser demonstrado a partir de três componentes de resposta observáveis e de que forma a segurança e insegurança emocional influenciam o funcionamento da criança, nomeadamente a reactividade emocional, a regulação da exposição ao afecto paparental e as representações internas das relações paparentais. Os três componentes estão enraizados biologicamente de forma a obter protecção física e psicológica, e portanto, a segurança encontram-se inter-relacionados (Cf.Figura.2).

Figura 2. Modelo da Segurança emocional de Cummings e Davies (2002).



O primeiro componente, a reactividade emocional, é caracterizado por reacções emocionais intensas, prolongadas e desreguladas (e.g., medo e angústia) quando está em face do conflito paparental. Neste contexto, as crianças podem sentir raiva, medo, felicidade dependendo da forma como o conflito entre os pais é gerido e expresso. As implicações para o ajustamento da criança é determinado pela forma como esta se sente triste ou com raiva, ou outras reacções emocionais, e como a criança pode regular activação dessas mesmas emoções (Davies et al., 2002).

O segundo componente, a regulação da exposição ao afecto parental, enfatiza as respostas da criança ao comportamento do conflito demonstrado pelos pais de forma a restabelecer a segurança emocional. As crianças podem tentar regular a exposição ao conflito tentando intervir activamente ou alternativamente evitar o cenário do conflito parental (*e.g.*, pedir auxílio a outras pessoas) (Davies et al., 2002).

O terceiro componente, as representações internas das crianças em relação aos conflitos maritais e familiares são caracterizadas pela forma como a criança avalia a expressão de um dado conflito e o seu potencial efeito negativo para influenciar o seu bem-estar de si e da família. Como sinal de insegurança da criança, as representações interiores negativas, teoricamente, devem aumentar à medida que aumenta a exposição ao conflito. A compreensão da função das representações no sistema de insegurança emocional requer uma descrição da conceptualização de representações interiores. Em teoria, as representações internas não reflectem apenas a análise que a criança faz da frequência e características físicas do conflito, a criança analisa também as implicações que o conflito parental tem na preservação ou na deterioração da sua sensação de segurança (Davies et al., 2002).

Portanto, sistemas representacionais hostis que têm como fundamento o perigo (*e.g.*, expectativas pessimistas relativamente à resolução de conflitos parentais) podem ajudar as crianças provenientes de famílias com elevados graus de conflito a adquirir uma sensação de segurança ao contribuírem para reforçar a capacidade da criança se proteger a si própria e à família proactivamente. Como suporte a esta hipótese, os históricos dos conflitos interparentais prevêem que existam representações mais hostis das implicações negativas, que as dificuldades parentais têm no bem-estar do self e da família (Davies e Cummings, 1998; Grych, 2005; Grych, Fincham, Jouriles e McDonald, 2000a; Harold, Fincham, Osborne e Conger, 1997).

Em suma, esta hipótese tem um objectivo crucial, preservar a segurança da criança dentro da família, as respostas emocionais, comportamentais e cognitivas das crianças vão mediar os efeitos do conflito conjugal no seu ajustamento. Uma analogia é pensar na segurança emocional como uma ponte entre a criança e o mundo (El-Sheikh, Cummings, Kouros, Elmore-Staton e Buckhalt, 2008), quando o conflito destrói a

ponte, as crianças podem tornar-se hesitantes em avançar e desenvolver falta de confiança, podem progredir de uma forma desregulada, serem incapazes de fornecer o fundamento adequado dentro de si ou em interacção com outras pessoas, aumentando o risco para comportamentos problemáticos. As crianças de famílias intactas, uma das principais ameaças colocadas pelo conflito é a possibilidade de divórcio dos pais (Grych, 2005).

1.7.Síntese Conclusiva

Este capítulo permitiu-nos conhecer que esta é uma problemática disseminada e complexa, uma vez que são os mais frágeis que estão expostos a este cenário. Além disso, o conflito interparental frequente e intenso associa-se a uma grande variabilidade de problemas nas crianças e adolescentes, prejudicando o seu desenvolvimento psicológico e o relacionamento com as figuras parentais (Cummings e Davies, 2002). Este impacto difere em termos de cada estágio de desenvolvimento e vários estudos apresentam resultados contraditórios sobre o impacto do género da criança.

No entanto, foram supra-mencionadas algumas teorias como forma de ajudar a compreender esta problemática. As crianças avaliam o conflito em termos das suas implicações para a sua sensação de segurança e respondem em conformidade (Cummings e Davies, 1994). As estratégias de *coping* adoptadas por cada criança para lidar com as situações stressantes no contexto familiar vão minimizar o impacto, e as suas implicações para o seu bem-estar (Grych e Fincham, 1990). Os recursos internos da criança favorecem as repostas positivas às situações de adversidade. Contudo, as crianças não reagem apenas ao facto dos seus pais estarem em desacordo, mas também ao significado e consequências do conflito em termos das suas implicações para o bem-estar do self e da família (Davies e Cummings, 1994; Davies, Sturge-Apple, Winter, Cummings e Farrell, 2006). A literatura apresenta-nos que as crianças representam mentalmente as suas experiências do conflito sobre a forma de esquemas (Grych e Cardoza-Fernandes, 2001) no entanto podem-se alterar de acordo com a maior ou menor exposição face a estes, e com o avançar da idade a sua compreensão sobre o conflito vai se alterando.

A pesquisa longitudinal é essencial, uma vez que, alguns efeitos da exposição à violência interparental podem não ser imediatamente perceptíveis. Crianças e adolescentes que sofrem de problemas na infância e na adolescência podem não ter problemas mais tarde, sendo difícil verificar o quadro somático, podendo variar ao longo do desenvolvimento do ciclo vital (Evans, Davies e DiLillo, 2008; Stemberg et al., 2006). Em suma, o estado de arte de conhecimento sobre o fenómeno tanto a nível nacional e internacional, é ainda insuficiente daí a importância de estudos nesta área. No seu conjunto a informação obtida sobre a violência interparental, acaba por ser a ponta do icebergue, muitos dados continuam por não ser denunciados, bem como os tipos de violência que as crianças sofrem, por vezes este acontecimento, também não é denunciado devido à falta de reconhecimento do acto como violência ou crime, contribuindo para o crescimento e desconhecimento desta violência não declarada.

CAPÍTULO II – REPRESENTAÇÕES DE CRIANÇAS E A VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

2.1. Introdução

No decurso deste capítulo, procuramos abordar alguns conceitos proeminentes que orientam esta investigação, começando pela formação das representações e as representações do self. Posteriormente, vamos analisar os significados e representações atribuídas pelas crianças às figuras parentais e à relação conjugal. Por último, e com base na revisão da literatura, discutimos a forma como as narrativas são um meio privilegiado de aceder as representações das crianças, mencionando alguns instrumentos e metodologias como forma de aceder as respectivas.

2.2. A formação das representações

“Sem representação a vida mental ficaria condenada ao imobilismo dos reflexos ou às flutuações do estímulo resposta. As representações garantem a regularidade das reacções afectivas, pois o afecto fixa-se não no objecto exterior, mas na sua representação mental...” (Luzes, 2004, p.60).

As representações das crianças constituem um conceito multidimensional, que tem sido patenteado à luz de diversas linhas teóricas, dando ênfase a teoria cognitivista. O estudo das representações é crucial no desenvolvimento da criança, estas surgem como mecanismo chave para a compreensão das relações com as figuras parentais e o *self*¹⁰ tendo em conta toda a exposição à violência interpaparental envolta em situações stressantes.

Ao abordarmos a formação das representações parece-nos pertinente referenciar Piaget, que foi pioneiro no estudo da concepção das crianças sobre a vida mental. Segundo

¹⁰ Optamos por utilizar o termo self, cuja tradução literal deste termo é “si memo” ou “eu” por se tratar de um termo consagrado na língua portuguesa (Atkinson, Atkinson, Smith e Bem, 1995). É importante não o confundir com ego, que é uma das instâncias intra psíquicas de carácter funcional, articulador do id, do superego e da realidade. Este construto será referenciado mais adiante.

Piaget (1977a), a representação inicia-se quando os dados sensório-motores actuais são assimilados a elementos simplesmente evocados e não perceptíveis num determinado momento, mas são sempre o resultado de uma interpretação de dados (p.351). Assim, Piaget (1964) constrói uma teoria que assenta na acção, esta acção está presente desde o início da vida não apenas sobre simples reflexos, mas também na elaboração sucessiva de esquemas mentais (inicialmente sensório-motores).

Segundo Piaget (1977a) é só a partir dos dois anos, estágio sensório-motor, que se começam a formar as representações através de imagens mentais¹¹. Nesta fase, a cada afecto corresponde um estado mental, que, por sua vez, permitirá à criança evocar o objecto na sua ausência.

Piaget (1977b) atribui às imagens mentais um carácter estático e descontínuo, o que as afasta da fluidez e dinamismo, características atribuídas pelos autores psicanalistas. Para estes últimos a imagem mental é sempre uma representação do real própria de cada sujeito que se liga aos seus desejos.

Contudo, o que é representado pela criança *“depende do modo como a criança percebe, interpreta e compreende os eventos que observa. As representações incluem também respostas emocionais relacionadas com a situação e definem igualmente a maneira de nos comportarmos e relacionarmos com os outros”* (Sani, 2004,p.120).

Ou seja, a forma como cada criança interpreta os acontecimentos na família depende da forma como ela percebe a realidade envolvente, abrangendo não só as experiências mas também toda a matriz social e cultural onde se encontra inserida (Ribeiro e Sani, 2008).

As representações configuram-se como grelhas de leitura, interpretação e significado da realidade, integrando todo um conjunto de ideias, e expectativas do seu self e dos outros, que ao funcionarem como guias para previsão e interpretação de experiências

¹¹ As imagens mentais só poderão surgir quando houver uma clara distinção entre o significante e o significado. Esta distinção implica não só a percepção como também a apreensão e a compreensão, promovendo a criança uma assimilação do real. Ou seja, a cada objecto passa a corresponder uma imagem mental que vai permitir à criança evocar este objecto na sua ausência (Piaget, 1977b).

relacionais e efectivas, influenciam a forma como os indivíduos se relacionam com o mundo e a qualidade das relações afectivas que vêm a desenvolver ao longo da vida, com figuras emocionalmente significativas. Evidências empíricas apontam que as representações das crianças podem ser afectadas pelo historial de exposição ao conflito conjugal (Cummings e Davies, 2002; Grych e Fincham, 1990; Shamir, Du Rocher Schudlich e Cummings, 2001). Porém, quando a criança observa o conflito papental, podem surgir um conjunto de crenças sobre a resolução dos conflitos papentais, estabilidade marital, previsibilidade da relação conjugal e a ameaça representada pelo conflito para o seu próprio bem-estar (Davies e Cummings, 1994). Deste modo, as crianças internalizam aspectos importantes na experiência com os seus pais e essas internalizações podem moldar a forma e a qualidade das relações estabelecidas no seu mundo interpessoal.

Ao longo do processo de maturação, os indivíduos representam o mundo que os rodeia através de modelos mentais que desempenham um papel central na forma como representam as coisas, sequências de eventos, que permitem perceber e interpretar os acontecimentos que os rodeiam. Quando as crianças experienciam situações típicas de conflito, tendem a desenvolver vinculações inseguras ao contrário de crianças que têm maior sensibilidade e disponibilidade por parte dos pais e desenvolvem uma vinculação segura (Cummings e Davies, 1994). As interacções positivas com os seus pais e pares vão contribuir para que a criança/adolescente desenvolva uma melhor percepção das pessoas, objectos e símbolos, moldando o seu comportamento e adquirindo conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento (Bronfenbrenner e Ceci, 1994). A indisponibilidade física e emocional das figuras papentais, causada pela ocorrência da violência entre os pais, pode afectar o relacionamento entre os pais e os filhos. A forma como as crianças representam e perspectivam as experiências vividas no contexto familiar pode assumir-se como um importante mediador do seu desenvolvimento nos diversos contextos de socialização. O afecto negativo dos pais (e.g., estarem zangados, exaustos, desmoralizados) resultante do conflito papental, pode diminuir a qualidade afectiva das interacções com a criança (Fincham et al., 1994 *cit in*. Fincham e Hall, 2005).

2.3.A Representação do Self

Segundo Harter (1998), a representação do self é um processo cognitivo baseado na construção de uma orientação, que se vai desenvolvendo na infância e na adolescência, em termos concretos sobre as características observáveis, tais como atributos físicos, comportamentos e preferências.

A noção do self implica o reconhecimento de si próprio, com natureza própria, e como alguém diferenciado do outro. O self diz respeito, então, à consciência de uma identidade física, emocional e cognitiva, estável no tempo e no espaço, que vive a sua própria experiência. O self assume a ideia de indivíduo como sendo constituído por disposições internas e mentais (Harter, 1998).

No que respeita especificamente ao desenvolvimento do self como processo activo ele é dirigido pelo indivíduo. À medida que as crianças avançam na idade, vão diversificando e aumentando os modelos de apreciação, circunstância que conduz a uma maior complexificação e refinamento da auto-imagem (Cicchetti e Tucker, 1994).

A opção por este referencial teórico prende-se com o facto de tratar um modelo conceptual que responde às exigências da investigação: encarar o self como uma construção cognitiva com manifestações diferentes ao longo do desenvolvimento, que valoriza a natureza das relações estabelecidas com os outros. Harter (1998) segue a linha piagetiana, que é uma perspectiva estrutural cognitiva. O modelo de Harter assenta no pressuposto de que o desenvolvimento do self se efectua em torno de duas dimensões distintas: o conteúdo e a estrutura. O self é organizado e reorganizado à medida que a criança se vai desenvolvendo quer biologicamente quer psicologicamente.

Assim, no que se refere ao conteúdo, Harter (1998) afirma que se assiste a uma sequência no desenvolvimento do self, com a inclusão de aspectos que remetem para os atributos físicos (*e.g.*, tamanho, idade, género, aparência), à descrição de características comportamentais (*e.g.*, competências, acções, práticas e preferências), à descrição de aspectos psicológicos, (*e.g.*, emoções, motivações e cognições). O desenvolvimento da descrição de si mesmo faz-se através da mudança de foco de características físicas

observáveis e comportamentais, para construtos internos e psicológicos, referenciando também as características observáveis.

De forma oposta, crianças muito inseguras tendem a desenvolver ou uma concepção muito negativa acerca de si próprias, ou uma representação idealizada do self, que é visto como perfeito (Toth, Sheree, Cicchetti e Macfie, 2000). As representações das crianças acerca do self podem desenvolver-se negativamente a partir das interações parentais negativas ou relações inseguras afectivas (Grych e Fincham, 1990).

Muitos autores construcionistas têm proposto um novo entendimento sobre o self, onde este é visto como um discurso, uma construção social, produto das práticas discursivas nas quais as pessoas dão sentido ao mundo e às suas próprias acções.

A associação entre a construção de identidade e a configuração narrativa é assumida por vários autores. Polkinghorne (1988) defende esta ideia de uma forma muito clara ao afirmar que a nossa existência se torna num todo através da compreensão narrativa. É atendendo a esta dimensão que escreve: *“o self não é uma coisa ou substância estática, mas uma configuração de acontecimentos pessoais numa unidade histórica que inclui o que a pessoa foi, mas também o que irá ser”* (p.150).

Gergen (1985, *cit. in* Gonçalves, 2000) considera o self enquanto realidade interna irreduzível como uma das “vacas sagradas” da psicologia numa perspectiva mais narrativa é reconhecida uma vivência do self que corresponde à experiência de continuidade e unicidade. Esta experiência é real não porque corresponda a uma estrutura (cognitiva), mas porque a pessoa constrói esta continuidade e unicidade recorrendo ao processo narrativo.

2.4. Os significados e representações das figuras parentais e da relação conjugal

A família¹² é o primeiro contexto de socialização com o indivíduo, surgindo como um dos sistemas mais importantes, desempenhando papéis e valores no desenvolvimento humano (Alarcão, 2006). Na família, espera-se que a criança encontre um ambiente de segurança, capaz de satisfazer as suas necessidades básicas, onde se inclui o afecto, carinho, protecção e conforto, tal como padrões, valores e normas de conduta (Machado e Matos, 1999; Margolin, 2005), para que, desta forma, a criança desenvolva mecanismos de regulação emocional e um sentimento de confiança pessoal (Margolin e Gordis, 2000).

Todavia, nem sempre isso acontece, por vezes, o ambiente familiar é marcado pela disfuncionalidade, a instabilidade, episódios de violência e medo, que se vão repercutir no desenvolvimento da criança (Eisikovits, Winstok e Enosch, 1998). O meio em que estão inseridas, por mais disfuncional que seja, é o meio que as crianças conhecem, por isso, é este que elas referenciam traduzindo-se no seu mundo interno.

Assim, as crianças que crescem em lares desestruturados têm maior probabilidade de aceitar a violência como uma forma afectiva de obter poder e controlo sob os outros, tolerando facilmente o comportamento agressivo e podendo agir da mesma forma perante os pares e adultos (Sudermann et al., 1996). As atitudes e os comportamentos dos pais possuem um papel crucial no desenvolvimento afectivo e comportamental dos filhos (Grych e Fincham, 1990) as figuras parentais são modelos poderosos e estes são protagonistas da violência para as crianças, uma vez que, podem aprender a usar violência para resolver os problemas e conflitos, assim como, imitar o que viram nas suas interacções com os outros (Grych e Fincham, 1990).

Desde a infância, que as relações familiares influenciam a capacidade para auto-regulação das emoções e dos comportamentos, podendo resultar na fragmentação da experiência e da perda de coesão do self, assim como as expectativas acerca do significado das relações interpessoais (Hurley, 2006). As crianças expostas à violência

¹² Família “é um rede complexa de relações e emoções na qual se passam sentimentos e comportamentos que não são possíveis de ser pensados com os instrumentos criados pelo estudo dos indivíduos isolados” (Gameiro 1992, cit. in Alarcão, 2006, p.39).

conjugal internalizam por sua vez a mãe como vítima e sofredora e o pai como figura mais hostil, significando para elas a perda de conexão emocional com as pessoas que poderiam dar protecção. Muitas delas vêem a mãe como desamparada e vítima de abuso físico, emocional e psicológico, outras como o alvo legítimo de violência. O agressor é visto como desrespeitando as regras da mãe e tentando dar recompensas às crianças e perante as crianças retrata-a como incompetente e ridiculariza-a (Baker e Cunningham, 2004).

Quando uma criança percebe uma figura de apego como disponível, receptiva e sensível a criança constrói, provavelmente, um modelo dessa figura como acessível e responsável, desenvolve um modelo de self correspondente, como digno competente e amável. Se as crianças, pelo contrário, vêem os pais como hostis, coercivos, envolvendo insensibilidade ou rejeição, provavelmente irá construir modelos internos negativos da figura de vinculação e do self (Waters e Cummings, 2001).

Os conflitos conjugais afectam a visão do mundo e do self e as suas ideias sobre o significado da vida, expectativas e perspectivas de futuro e o seu desenvolvimento moral (Garbarino et al., 1991, *cit. in* Margolin e Gordis, 2000). As experiências negativas da paternidade poderão contribuir para a distorção do self.

Num estudo de Hogan e O'Reilly (2007), as crianças descreveram com detalhe os episódios de violência entre os pais e a consequente separação e relataram que estavam melhor a viver separados só com a sua mãe. Os adolescentes mais novos salientam que gostavam de ver os seus pais, mas os mais velhos não queriam ver nem falaram da falta que poderiam sentir.

Grych, Wachsmuth-Schlaefler e Klockow (2002), analisou as representações de 46 crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e meio e os 7 anos de idade acerca do self, da figura materna e das relações conjugais. Os resultados apresentados apontam para o facto de o testemunho das agressões no seio familiar afectar o desenvolvimento das crenças sobre as relações de intimidade. As crianças que presenciaram conflitos familiares representam as suas mães como menos afectuosas e autoritárias, mas não as viam como mais agressivas ou negligentes. As representações do self de crianças em casa abrigo quando comparadas com crianças de lares não violentos eram também

menos positivas (mais frágeis e obedientes) mas não se descrevem como agressivos e conflituosos. As crianças que vivenciam conflitos interparentais continuados têm maior propensão para desenvolverem problemas emocionais e sociais. As crianças mais velhas avaliavam as figuras parentais de forma mais positiva comparativamente com crianças mais novas. Este resultado poderá ser justificado pelas capacidades cognitivas que a criança vai desenvolvendo ao longo do seu desenvolvimento. Os autores do estudo concluíram também que as raparigas desenvolvem representações maternas mais positivas do que os rapazes, o que poderá ser resultado da diferença da relação mãe e filha e mãe e filho ou da percepção que as crianças têm dessas relações. Outros estudos realizados não encontram diferenças significativas nas representações que a criança acerca dos pais com base no género (Oppenheim, Emde e Warren, 1997; Shamir, Du Rocher-Schudlich e Cumming, 2001).

No estudo de Shamir et al., (2001) com crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 8 anos, os resultados apresentados demonstraram que as representações das crianças acerca das relações familiares estavam relacionadas com os conflitos conjugais. Cicchetti, Macfie, Toth, Rogosch, Robinson e Emde (1999) utilizando a mesma técnica narrativa, analisaram as representações do self e dos outros acerca da criança, junto de crianças negligenciadas, abusadas fisicamente, sexualmente e de crianças não maltratadas. Os autores verificaram que as narrativas das crianças maltratadas continham mais representações negativas da mãe e do self em comparação com o grupo não maltratado. Num estudo realizado por Logan e Grahm-Berman (1999), as crianças expostas à violência conjugal retratam nas suas narrativas emoções mais negativas do que positivas. A investigação tem demonstrado que as crianças expostas a violência interparental constroem representações das relações mais negativas (Toth et al., 1997) e descrevem as figuras parentais como mais agressivas (Herzberger, Potts e Dillon, 1981).

Pouco se sabe como as crianças que vivem expostas à violência interparental percebem os seus pais ou a relação entre eles (Grych, 2002). Num estudo de Toth (2000), apresenta as narrativas das crianças expostas aos conflitos entre os pais e vítimas directas de maus tratos, faziam mais referência a temas conflituosos (*e.g.*, agressão, escalada de conflito) e menos referência a aspectos morais e afectivos (*e.g.*, carinho, afecto, obediência e empatia).

2.5.As narrativas como forma de aceder às representações das crianças

A narrativa é “um esquema organizacional que se expressa sob a forma de uma história capaz de englobar o que aconteceu, o que foi sentido e o que foi acreditado”
(Polkinhorne, 1998, p.13).

Ao longo dos últimos anos, vários investigadores têm vindo a utilizar, de forma crescente, as narrativas para aceder às representações construídas pelas crianças acerca da dinâmica familiar (Grych et al., 2002; Oppenheim et al., 1997; Sani, 2002; Sani, 2004). Diversas metodologias e instrumentos foram desenvolvidos com o intuito de analisar e estudar as representações das crianças, com base a estimular e avaliar as narrativas. Desse conjunto figuram, desde entre outras, técnicas projectivas (e.g., completar histórias) e entrevistas semi-estruturadas.

Existem vários instrumentos e técnicas que revelam ser úteis para estudar as representações das crianças, como sejam o *Parenting Perception Inventory* (P.P.I- Hazzard, Cristensen e Margolin, 1983), o *Parent Acceptance Rejection Questionnaire*, (P.A.R.Q-Rohner, 1990), a *Entrevista de Avaliação - Intervenção para Situações de Vitimação Infantil* (Sani, 2002a), o *Roberts Apperception Test for Children* (R.A.T.C- McArthur e Robert, 1994) ou o *MacArthur Story Stem Battery*, (MSSB- Oppenheim, Buchsbaum, Emde, e The MacArthur Narrative Group, 1990 cit. in Grych et al., 2002) dando especial ênfase a este último uma vez que, a história construída na nosso guião de entrevista foi elaborada a partir do seu procedimento metodológico. É uma técnica que utiliza princípios de histórias, que retratam uma série de interações familiares e são projectadas de forma a tornarem-se relevantes para cada criança. Neste sentido são várias, as metodologias utilizadas e que se afirmam com métodos fiáveis e válidos para aceder as representações das crianças.

O modo como as crianças recordam e narram as suas experiências negativas e vivências está intimamente ligado à forma como constroem significados para essas mesmas experiências, na sua história de vida (Fivush, Hazzard, Sales, Sarfati e Brown, 2003). As narrativas constituem-se como um meio crucial de aceder às representações

construídas pela criança acerca das suas experiências e interações que estabelecem (Perry, Burston, Stevens, Steele, Golding e Golombok, 2004; Emde, 2003), que por sua vez, vão tornar-se num mediador do desenvolvimento de competências de regulação do afecto e da modulação das emoções que ligam as representações internas à narrativa elaborada (Appelman e Wolf, 2003). A forma como as crianças retratam as suas personagens nas suas narrativas encontra-se implícita com as suas experiências e comportamentos interpessoais (Oppenheim, et al., 1997; Warren, 2003).

As narrativas que cada criança vai construindo acerca da própria existência estruturam-se com base na constituição do seu self (Oppenheim, 2006). Contudo à medida que as crianças crescem as suas representações mentais dos outros e do self são também reflectidas por meio dos símbolos, incluindo a reprodução a linguagem. Assim sendo, a linguagem é uma ferramenta importante sendo reconhecida como um processo central na construção da realidade. Ou seja, atribuir um significado à experiência conduz a um processo de construção, a atribuição de significados depende dos actos interpretativos. Contudo é a linguagem que dá ao experienciado um significado partilhado intersubjectivamente. A criança aprende a usar os recursos linguísticos para operar nas descrições do self (Harre, 1985 *cit. in* Sani, 2002a).

Deste modo, a linguagem é o aspecto central da construção de conhecimento, a narrativa tem sido uma metáfora mais adaptada à noção de organizador central da cognição, enquanto processo de construção de significados (Bruner, 2002; Gonçalves, 2000). Todavia a narrativa surge não como uma representação de uma realidade cognitiva essencial, mas como um elemento central da experiência do indivíduo, uma forma de construir um conhecimento indissociável da experiência de existir (Gonçalves, 2000).

2.6.Síntese Conclusiva

As narrativas são as histórias que os seres humanos constroem e organizam, acerca do conhecimento que possuímos do mundo e do que se passa em seu redor. Estas servem a função vital da organização, da multiplicidade e da experiência através da construção de significados. As narrativas desempenham um papel importante na compreensão de

como os indivíduos constroem o conhecimento sobre o self e o mundo, permitindo-nos dizer, a nós e aos ouvintes, algo significativo sobre quem somos.

Ao longo deste capítulo, foi fulcral perceber os significados atribuídos à exposição da violência interparental, ou seja, as representações construídas pelas crianças relativamente à exposição à violência interparental, já que esta compreensão poderá permitir uma intervenção preventiva e terapêutica mais específica junto desta população. A forma de aceder às referidas significações, feita através da exploração das suas narrativas, oferece a possibilidade de um entendimento ao qual não seria possível aceder de outra forma.

PARTE II

ESTUDO EMPÍRICO ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES MATEERNAS E DO
SELF DE CRIANÇAS EXPOSTAS À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO

3.1. Introdução

Neste capítulo, após apresentação do enquadramento conceptual e teórico considerado o mais pertinente para a compreensão da temática em estudo, transita-se para uma fase metodológica, apresentando-se uma descrição detalhada da metodologia adoptada. Concretamente, neste capítulo apresenta-se o objectivo geral do estudo, bem como os objectivos específicos subjacentes. Em seguida, é caracterizado o quadro metodológico da investigação, onde se faz a descrição do estudo, apresentando sucessivamente os participantes, procedimentos e o instrumento de investigação utilizado. Posteriormente, afigura-se a análise e a interpretação dos dados, tendo como linha orientadora a “*grounded theory*”.

3.2. Fundamentação Metodológica: Metodologia Qualitativa

Segundo Fortin (2009, p. 19) a metodologia de investigação é um “ (...) *processo racional e um conjunto de técnicas que permitem realizar uma investigação*”. Assim, a metodologia de um trabalho de investigação obedece a determinados pressupostos e centra-se numa sequência lógica. A metodologia de investigação tem em conta dois elementos fundamentais: o paradigma do investigador que se refere à sua visão do mundo, às suas crenças e às estratégias utilizadas, e aos procedimentos utilizados pelo investigador para estudar o fenómeno.

A opção da metodologia de investigação depende da questão a ser investigada; esta é que deve nortear na escolha do método científico a ser utilizado. Deste modo, a opção recaiu sobre a investigação qualitativa, uma vez que segundo Merriam (s/d, p.3), “*toda a pesquisa qualitativa está associada com a ideia que o significado é construído pelos indivíduos em interacção com os restantes membros que interagem com ele*”. Não era exequível o estudo com uma metodologia quantitativa, uma vez que não pretendíamos quantificar as representações das crianças. Todavia, a investigação qualitativa é a que

mais se enquadra no presente estudo, relacionando-se com os significados que os indivíduos atribuem às experiências em seu redor e como compreendem esse mundo mentalmente (Fortin, 2009).

3.3. Objectivos do estudo

Dada a amplitude da problemática, e no âmbito desta investigação, a definição dos objectivos permite-nos uma clarificação do que efectivamente se pretende estudar. O objectivo geral da presente investigação consiste em compreender como é que as crianças expostas à violência interpaparental representam a dinâmica familiar, as figuras parentais, especificamente, a figura maternal e o self, e se estas representações são afectadas por essa exposição. Para o efeito, delimitaram-se os seguintes objectivos específicos:

- a) Avaliar as representações da criança sobre a dinâmica familiar, verificando-se a existência ou inexistência de comportamentos e situações de carácter violento.
- b) Verificar se, em função da exposição à violência interpaparental, as crianças apresentam, nas suas narrativas, menos representações positivas ou negativas do self e da figura maternal.
- c) Analisar a forma como as crianças expostas à violência interpaparental perspectivam a resolução de conflitos entre o casal, com base nas suas representações acerca da relação conjugal.

3.4.Método

Em seguida será apresentada uma descrição detalhada do presente estudo, os participantes, o procedimento e a descrição do instrumento utilizado.

3.4.1.Participantes

Segundo Ruquoy (1995, *cit. in* Sani, 2002a) nas investigações qualitativas, “*os indivíduos não se escolhem em função da importância numérica da categoria que representam, mas devido ao seu carácter exemplar*”. No nosso estudo, a nossa pretensão na composição da amostra foi a de abranger várias faixas etárias, ambos os sexos, crianças que estiveram expostas aos conflitos dos seus cuidadores, procurando constitui através de amostragem teórica a representatividade desejada.

Em termos de operacionalização da pesquisa qualitativa, a primeira opção foi escolher crianças que vivem com as suas mães em Casa Abrigo, um garante de que as crianças participantes estiveram expostas, quer de forma directa quer indirecta, à violência interparental. A preocupação pela selecção criteriosa de sujeitos é indispensável para que os resultados representem fielmente o fenómeno que realmente se pretende retratar.

Um dos critérios que esteve subjacente à escolha dos participantes prendeu-se, então, com o facto de as crianças fazerem parte dos residentes em Casa Abrigo (Edleson, 2001). Metade das mulheres que estão em alojamento de emergência trazem as crianças com elas (Cunningham e Baker, 2004) e estima-se que, mais de metade dos residentes em casa abrigo são crianças (Hogan e O'Reilly, 2007). Efectivamente, no contacto para recolha da amostra percebemos que existem mães com uma ou mais crianças a residir em Casa de Abrigo, tendo por isso sido possível aceder a algumas delas, conhecer o seu o discurso sobre exposição à violência interparental e as suas experiências interiores.

Assim sendo, a amostra neste estudo é constituída por nove crianças portuguesas (representadas por E1, E2, E3, E4,E5, E6, E7, E8, E9), com idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos de idade (*Cf.* quadro 7), que se encontravam, na altura, institucionalizadas em Casa Abrigo acompanhadas pela figura materna.

Quadro 7. Caracterização breve da amostra

Menores da Amostra	Sexo		Idade	Escolaridade	TEVI*	TPCA**
	Masc.	Fem.				
E1		X	11	7º Ano	11 Anos	4 Meses
E2		X	12	8º Ano	9 Anos	4 Meses
E3		X	8	4º Ano	8 Anos	5 Meses
E4		X	13	9º Ano	13 Anos	1 Ano
E5		X	15	10º ano	15 Anos	5 Meses
E6	X		8	4º Ano	8 Anos	1 Ano
E7	X		12	9º Ano	12 Anos	1 Mês
E8		X	15	10º Ano	15 Anos	5 Meses
E9	X		11	8º Ano	8 Anos	4 Meses

Legenda:

* TEVI -Tempo de Exposição à Violência Interparental

** TPCA -Tempo de Permanência em Casa Abrigo

3.4.2. Procedimento

Para se proceder à realização deste estudo foi solicitada autorização à directora técnica da Casa Abrigo, responsável máxima desta resposta social. Todo o processo de condução da investigação foi explicado, assim como a natureza do estudo, tendo sido assegurado o respeito por todas as normas éticas e deontológicas no que se refere ao sigilo e à confidencialidade dos dados recolhidos. O processo de recolha de dados decorreu entre o dia 3 de Janeiro e o dia 5 de Maio de 2010. Este estudo realizou-se junto de uma Casa Abrigo de uma delegação da Cruz Vermelha Portuguesa.

Posteriormente realizou-se um contacto prévio com cada figura maternal de cada criança que seria entrevistada, tendo em vista a autorização explícita para contacto com os menores¹³. Foi dado a conhecer à mãe, o enquadramento e os objectivos do estudo, a que se seguiu a assinatura da declaração de consentimento informado de cada utente (Cf. anexo I). Posteriormente, foi agendada uma hora para a realização das entrevistas

¹³ O artigo 122.º do Código Penal Português considera menor toda a criança ou jovem de idade inferior a 18 anos e, portanto, os jovens de idade inferior aos 18 anos não têm autoridade ou competência legal para prestar consentimento informado, assumindo os pais ou tutores essa função.

com as crianças. Todas as questões levantadas pelas mães das crianças foram esclarecidas atempadamente, utilizando sempre uma linguagem acessível e apropriada, de acordo com o seu nível de conhecimentos.

Relativamente às questões primordiais de anonimato e confidencialidade, estas foram respeitadas de forma a não colocar em causa a identidade e a segurança física e psicológica da criança. Segundo Hill (2005 *cit. in* Hogan e O'Reilly, 2007) para o consentimento informado ser válido, a criança deve ser informada dos objectivos da investigação, do tempo dispendido para a recolha de dados, do anonimato das suas respostas, e, como tal, todas estas informações foram cedidas a todas às crianças da amostra, de forma acessível. É de salientar que nenhuma criança recusou a sua participação, apenas foram colocadas algumas questões relativas ao dia da semana em que seria realizada a entrevista, como decorreria, o que iriam fazer e muitas outras perguntas exploratórias. Percebemos que a maior parte das questões levantadas visavam diminuir a sua ansiedade perante uma nova situação.

As entrevistas com as crianças ocorreram num espaço disponibilizado pela instituição, embora lhes tenha sido dada a possibilidade de escolherem o local dentro da Casa Abrigo. Deste modo, assegurava-se um ambiente de tranquilidade, sem pressões externas nem ruídos perturbadores, cujo objectivo primordial consiste na diminuição da ansiedade da amostra, tendo em vista respostas fiéis ao mundo interno da criança.

Cada entrevista individual demorou, aproximadamente, uma hora, realizada de uma só vez e sem a presença da mãe. É de salientar que todas as crianças se dirigiram à sala de entrevista voluntariamente, de acordo com o dia e hora agendado. Relativamente à prática das entrevistas, a entrevistadora era conhecida de todas as crianças, uma vez que estava integrada já há alguns meses na equipa técnica da Casa Abrigo. Este facto facilitou a interacção entre entrevistado e entrevistador e potenciou a autenticidade das respostas, uma vez que o que se pretendia era focar a experiência da vida privada da criança e da sua família.

Antes de se iniciar a entrevista foi referido a todas as crianças que não há resposta certas nem erradas, mantendo-se sempre a preocupação central da garantia do anonimato e confidencialidade das respostas. Foi também referido às crianças que podiam terminar a

entrevista a qualquer momento. Foi ainda mencionado que só se abordariam as situações em relação às quais se sentissem mais confortáveis e tinham a liberdade de optarem por não responder às perguntas que não quisessem.

Todas as entrevistas foram gravadas em formato áudio com a devida autorização das mães e das próprias crianças, e, no início de cada entrevista confirmava-se de novo esta autorização para gravar. Desta forma, foi possível à entrevistadora estar atenta à comunicação não verbal das mesmas, facilitando assim uma transcrição integral do discurso ao longo da entrevista.

3.4.2. Instrumento

Para a realização da presente investigação procedeu-se à escolha do instrumento a utilizar. Para tal, a técnica elegida foi a entrevista, uma vez que, uma das suas principais vantagens é o contacto directo com a experiência individual das pessoas, especialmente nas entrevistas semi-estruturadas (Fortin, 2009, p.379). A opção pela entrevista de tipo semi-estruturada centrou-se sobretudo na possibilidade de serem colocadas novas perguntas pelo entrevistador, e deste poder exprimir os seus sentimentos e as suas opiniões, bem como o desejo de obter informações precisas sobre o tema (Martins e Theóphilo, 2007, p. 86).

Desta forma procedeu-se a construção de um guião de entrevista composto por *“perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma nova informação da parte do entrevistado”* (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 192). Contudo, as questões não têm que ser realizadas exactamente na ordem em que foram pensadas pelo investigador pois são um ponto de ancoragem, digamos assim, para que este consiga levar o entrevistado a debruçar-se sobre os vários temas que pretende ver estudados, evitando, ao mesmo tempo, que discorra sobre assuntos não pertinentes e se afaste, assim, do objecto que se pretende explorar. Foi com esta intenção que o guião de entrevista foi realizado especificamente para esta investigação. O guião é composto por uma série de questões semi-abertas que permitem aos entrevistados falar livremente acerca dos vários temas propostos.

Neste sentido, surgiu a necessidade de desenvolver uma entrevista semi-estruturada, construída com base no estudo de Grych et al., (2002) e de Sani, (2002a), acima já referenciados. De forma a conseguir chegar aos objectivos propostos pela investigação surgiu a “*Entrevista às Crianças, Filhas de Mães Vítimas de Violência Conjugal, em Casa Abrigo*”, o guião produto deste trabalho segue em anexo (Cf. anexo II).

A opção pela entrevista deveu-se sobretudo ao facto desta ser uma técnica de pesquisa muito utilizada na abordagem qualitativa (Fortin, 2009, p. 376), permitindo recolher dados válidos sobre crenças, opiniões e ideias dos sujeitos (Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, 2005). A entrevista ao ser eleita como uma técnica prevalecente, possibilita aceder à auto-reflexividade dos entrevistados, aos seus sentimentos, identidades e significados (Quivy e Campenhoudt, 2008; Fortin, 2009), afigura-se como um excelente meio para captar as representações e significados atribuídos pelas crianças, bem como às construções do self em relação ao mundo que as rodeia e as envolve. A metodologia aplicada é de carácter qualitativo, como já foi referido anteriormente, permitindo, assim, aceder de forma mais profunda a experiência pessoal e única de cada criança (Sani, 2002a).

A justificação para a construção da entrevista prende-se com a inexistência de instrumentos específicos para este tema, tendo como finalidade a recolha de informação da amostra. Investigaram-se diversos estudos sobre a temática em questão, no entanto só se encontrou um estudo sobre o tema específico que agora se investiga (Schechter Zygmunt, Coates, Davies, Trabka e McCaw, 2007).

Neste seguimento, apresenta-se detalhadamente a entrevista semi-estruturada para a presente investigação. Na primeira etapa realiza-se o estabelecimento da relação empática e terapêutica¹⁴ onde se realiza a apresentação do entrevistador e entrevistado, bem como um conjunto de perguntas sociais. Estas permitiam desbloquear a timidez e desfazer algumas tensões; tendo-se adoptado uma linguagem simples de forma a criar um clima confortável entre o entrevistado e o entrevistador. Seguidamente, foram realizadas perguntas abertas e neutras com a finalidade de descomprimir a tensão inicial e ao mesmo tempo ter um conhecimento mais aprofundado das capacidades de resposta,

¹⁴ Diz-se terapêutica pois sempre que alguém se sente escutado e compreendido estamos a levar a cabo uma acção terapêutica.

bem como uma adaptação às próprias respostas da criança, conhecendo assim os gostos da criança (*e.g.*, desenhos animados preferidos, desportos, amigos e actividades extracurriculares). Têm a vantagem de favorecer a livre expressão de pensamentos e de permitir uma reflexão das repostas dos participantes.

De seguida, passou-se para a segunda etapa, tendo como objectivo chegar ao discurso interno da criança através de técnicas projectivas e do princípio do discurso livre da criança sobre os acontecimentos que presenciou. Esta etapa subdivide-se em três momentos.

Em primeiro lugar é apresentada à criança o cartão 12 do *Robert's Apperception Test for Children* (RATC) (McArthur e Roberts, 1992; Roberts, 1990), designada pelo autor do mesmo teste como Conflito Parental, tendo sido considerada como a mais relevante e pertinente para a presente investigação. Este teste tem como objectivo avaliar a percepção que a criança tem do seu mundo interpessoal (Gonçalves, Morais, Pinto e Machado, 1999). A sua interpretação é baseada na hipótese projectiva, de quando são apresentadas às crianças imagens ambíguas de crianças e adultos em interacções diárias, elas projectarão os seus pensamentos, preocupações, conflitos e estilos de confronto nas histórias que criam (Gonçalves et al., 1999).

Em segundo lugar, apresenta-se uma história baseada no instrumento MacArthur Story Stem Battery (MSSB), (Bretherton, Ridgeway e Cassidy, 1990), utilizando os métodos narrativos que consideramos ser bem adoptados para avaliar as representações internas das crianças. Adapta-se um início de uma história que procura um tema relevante de forma a possuir uma validade ecológica¹⁵, tornando mais real possível o relato de acordo com circunstâncias concretas que ocorrem no seio familiar onde os conflitos parentais estão presentes. Pretendia-se saber como é que a criança, mediante a situação exposta, se sente, incentivando-a a completar a história, trazendo à superfície a experiência pessoal e a representação interna do seu mundo (Holmberg, Robinson, Corbitt-Price e Wiener, 2007). Seguem-se questões relativas às representações de violência a que as crianças assistiram, bem como às representações mentais que possuem sobre os conflitos conjugais e parentais que presenciaram.

¹⁵ Validade ecológica refere-se ao que é vivido e percebido pelo ser humano no contexto em que habita.

O terceiro momento é intitulado de representações e significados construídos pela criança, isto é, trata-se de um conjunto de questões que fazem referência às representações da criança, representações que outros têm da criança, representações acerca dos pais, de género, do relacionamentos com os pais, e dos pais com a criança e das práticas educativas e dos cuidados parentais.

Finalmente, na terceira etapa é realizada uma sumarização e finalização da entrevista para que criança saia com um auto-conceito positivo. Além de compreendermos como as crianças representam todas estas situações das suas vivências, pretende-se contribuir para o *empowerment* desta. Em suma, este instrumento oferece-nos a flexibilidade de serem exploradas naturalmente certas questões pelas crianças, servindo apenas a entrevista como referência estrutural.

3.5. Leitura e Análise dos dados

Após a realização das entrevistas, procedeu-se à transcrição integral das mesmas, um processo moroso e delicado, constituindo, assim, “ o corpus de análise” (Vala, 2003, p. 106). A verificação das transcrições foi realizada através da audição e leitura simultânea no sentido de confirmar a fidelidade das mesmas. Com este processo de transcrição, procurou-se construir uma reprodução escrita o mais aproximado possível do discurso oral de cada participante, reproduzindo-se na íntegra todo o relato da criança. É de salientar, que não se recorreu a qualquer *software* informático para a análise das entrevistas.

A leitura e análise de dados foram realizadas atendendo à ordem de apresentação das tarefas no instrumento criado para esta investigação, a saber:

A. Análise das respostas projectadas perante dois cenários apresentados, o cartão do 12 do *Roberts Apperception Test for Children* (R.A.T.C- McArthur e Robert, 1992) (cf. anexo III) e uma História do Conflito à Hora de Jantar (cf. anexo VI).

B. Análise das narrativas da criança à entrevista, relativamente a três aspectos, a violência interparental (o acontecimento), a representação de si (a criança) e a representação das relações maternas (o relacionamento familiar) (cf. anexo V).

O processo de codificação dos dados e a construção da respectiva grelha decorreu segundo uma lógica de *botton-up*, ou seja, emergiu das sucessivas leituras do material empírico. Como linha orientadora da análise dos dados, salientamos o uso da *grounded analysis*, a qual se inscreve na linha de abordagem da *Grounded Theory*. Segundo esta metodologia, o objectivo central é a construção da teoria, distinguindo-se da simples descrição e da ordenação conceptual, pois constrói um esquema explicativo que integra sistematicamente vários conceitos, e, mais do que fornecer compreensão, deve possibilitar aos utilizadores explicar e predizer acontecimentos, fornecendo por isso modelos para a acção (Strauss e Corbin, 1998).

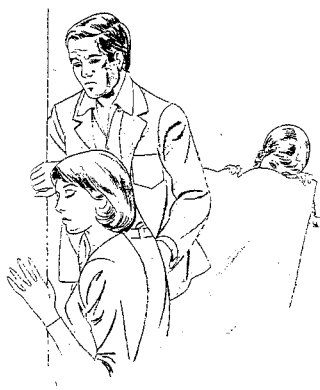
Esta técnica foi desenvolvida por Glaser e Strauss em 1967. Estes dois pesquisadores norte-americanos apresentaram a *Grounded Theory* no seu livro intitulado “*The Discovery of Grounded Theory*” (Fernandes e Maia, 2001). Este método de análise de dados é definido pelos autores como um método indutivo, trata-se de uma teoria que deriva dos dados obtidos pelo estudo do fenómeno, não existindo uma teoria à *priori* no qual o investigador se baseia exclusivamente para a análise dos dados recolhidos. Os autores pretendiam com isso, oferecer uma base empírica para teorias baseadas não em hipóteses, mas em dados, sugerindo uma lógica e especificidade para as mesmas e legitimando, deste modo, a pesquisa qualitativa (Fernandes e Maia, 2001). Na *Grounded Theory* a principal preocupação é os significados, definições e interpretações provenientes do objecto de estudo, baseia-se na vontade e habilidade do investigador, para suspender preconceitos e operar com “*o modo de descoberta*” (Fernandes e Maia, 2001).

3.5.1-Apresentação dos resultados

A apresentação dos resultados advém da análise do relato das crianças¹⁶. As categorias são apresentadas, descritas e definidas, recorrendo às verbalizações das crianças entrevistadas que exemplificam e traduzem a definição da categoria, contribuindo para uma visualização e integração mais facilitada do processo indutivo e interpretativo. Assim, as interpretações que são apresentadas emergem do discurso de cada criança. De modo a ilustrar e aprofundar as interpretações, são apresentados excertos das entrevistas.

A. REPRESENTAÇÕES EMERGENTES DE CENÁRIOS.

A1 – Narrativas perante o cartão 12 (RATC)



Relativamente ao cartão 12 da prova projectiva *Roberts Apperception Test for Children* (RATC) a análise qualitativa das narrativas versa sobre quatro aspectos, (a.1.1) Temáticas; (a.1.2) Figuras presentes; (a.1.3) Reacções da criança; (a.1.4) Perspectiva final da história, que de seguida serão apresentadas. No entanto, as respostas das crianças relativamente ao cartão 12 (RATC) podem ser visualizadas mais a frente (Cf. anexo VI).

A opção pela análise dos 4 aspectos supramencionados tem por base os tópicos referenciados no manual do instrumento, o qual inicia a sua aplicação pela seguinte instrução:

“ Tenho aqui algumas imagens que te vou mostrar, uma de cada vez e gostava que inventasses uma história acerca de cada uma [temáticas; figuras]. Diz-me o que está a acontecer e o que aconteceu antes, o que eles estão a sentir, o que eles estão a pensar [reacções] e como é que a história acaba [perspectiva final da história]. Usa a tua imaginação e lembra-te que não há respostas certas ou erradas.”

¹⁶ Quando se utiliza o conceito “crianças”, inclui-se nele também o de adolescentes.

a.1. 1.Temáticas

Surgiu o interesse em compreender quais as temáticas emergentes nas narrativas das crianças relativamente ao cartão 12 do RATC, no sentido de perceber se poderia haver alguma projecção quanto à sua experiência de exposição à violência. Verificamos que a temática exposta nas suas histórias incidem sobre o conflito paparental, [E1] – “*A senhora está a chorar e o senhor está a ralar, e o menino tem medo que o pai faça mal à mãe...*”; [E2] – “*...foi uma zanga, estão tristes.*”; [E4] – “*O senhor bateu a Camila e a Francisca era filha da Camila.*”. Para (E3,E6), a temática apresentada reflecte-se na separação dos progenitores, [E3] – “*... a menina estava com medo de ter que escolher entre um e outro. Vão-se separar*”; [E6] – “*E não quer que eles se separem eles provavelmente vão se separar porque acham que é melhor para os dois.*”. Outras duas crianças (E5,E8), apresentam outros conteúdos relacionados com o ambiente familiar desfavorável, isto pode sugerir, uma projecção da sua realidade familiar, [E8] – “*...estão a pensar que tem uma vida difícil.*” [E5] – “*A mãe está a pensar que a vida vai lhe correr mal e o pai também.*”. Para (E7), o conteúdo manifesto no cartão relaciona-se com a tristeza, apresentando uma tonalidade emocional negativa para todos os elementos representados na história. Por último, (E9) apresenta preocupação com a integridade física da mãe, [E9] – “*...e o pai mandou-o ir para baixo ou para cima, mas o filho não foi, ficou lá a espreitar, ou ralhou ou bateu, e a mãe começou a sentir-se mal...*”, no entanto, também está patente um sentimento de culpa pelo desrespeito à figura paparental, por uma ordem não cumprida. [E9] “*...o menino esta a pensar que foi mau o que ele fez.*”

a.1.2. Figuras presentes

De acordo com análise às narrativas das crianças e no que se refere às figuras presentes nas histórias apercebemo-nos da introdução de distintas personagens, uma vez que, algumas crianças referem-se a figuras próximas do seu ambiente familiar e outras mais distantes. No entanto, todas as crianças identificaram três personagens nas suas narrativas, o que significa que não evidência de distorções perceptivas (cl clinicamente significativo). Quatro crianças identificam na história as figuras paparentais e a criança, o que sugere figuras próximas do seu ambiente familiar, [E5] – “*Pai, uma mãe e um menino...*”; [E6] – “*Os pais... e o menino...*”; [E8] – “*Vejo uma mãe, um pai também e*

uma menina...”; [E9] – “*Esta é a mãe, o filho, e o pai...*”. No entanto, três crianças enunciam na sua história, figuras mais distantes, “uma senhora, um senhor e uma criança”, [E1] – “*Uma senhora, um senhor, uma criança...*”; [E7] – “*Vejo um senhor que está triste, uma menina que está triste e uma mulher...*”; [E2] – “*Uma mulher, um homem, e uma menina...*”; ainda duas crianças apresentam nas suas histórias uma conotação de família apresentando os seus membros, [E4] – “*Uma família.*” *O senhor bateu à Camila e a Francisca era filha da Camila.* ”; [E3] – “*Uma família, um homem, uma mulher e uma menina.*”.

a.1.3. Reações da criança

Considera-se que é uma categoria com elevada saliência em todos os relatos, constatando-se de uma forma geral, que é no domínio emocional que mais facilmente se evidenciam as reações da criança, sobretudo negativas e que se traduzem em manifestações de ansiedade [E1] – “*...uma criança que está com medo e tem medo do pai...*”; de medo [E2] – “*... a menina está a esconder-se, tem medo do pai...*”; [E3] – “*...a menina estava com medo...*”; [E5] – “*...o menino está preocupado com a mãe.*”; de tristeza, [E7] – “*...uma menina que está triste...*”; [E8] – “*...e uma menina que está escondida a menina esta a sentir tristeza...*”; [E4] – “*...e esta ficou triste porque esta era a mãe dela.*”. Observa-se, assim, que as crianças expõem um conjunto de emoções e sentimentos com tonalidade negativa, não mencionando emoções positivas como o bem-estar, alegria e felicidade.

No que diz respeito às cognições, centram-se na situação que expõem, surgindo pensamentos que estiveram na origem do problema, [E9] – “*...o menino está a pensar que foi mau o que ele fez.*” Algumas cognições resultam de uma antecipação de perigo pela integridade física da mãe [E1] – *o menino tem medo que o pai faça mal a mãe*, ou na integridade do sistema familiar, [E3] – “*... de ter que escolher entre um e outro, vão se separar.*”; [E2] – “*...vão-se separar.*”; [E6] – “*vão-se separar provavelmente.*”.

a.1.4. Perspectiva final da história

Quisemos compreender se as crianças atribuem um final positivo ou negativo à história por elas desenvolvida, tendo como referência a existência ou inexistência dessa

finalização. Seis crianças apresentam uma resolução para o problema. Uma criança identifica a existência de solução para o problema apresentando uma finalização adaptativa, expondo alguns passos que conduziram à resolução. [E1] – *Senhora em vez estar com o marido em casa, vai para outro sítio com os filhos, e depois nunca mais vê o marido.* Outras duas crianças apresentam uma resolução mágica para o problema, [E5] – *Começam a trabalhar a ganhar dinheiro e depois podem ter uma vida boa.* [E8] – *estão a pensar que tem uma vida difícil e acaba bem.* Outras três crianças finalizam as suas histórias com a separação das personagens [E2] – *...vão-se separar.* [E3] – *Vão-se separar.* [E6]; *Vão-se separar provavelmente.* Outras três crianças não identificam nas suas histórias uma resolução para os aspectos comportamentais ou emocionais problemáticos, [E4] – *Todos a chorarem, porque estão tristes.*, o que poderá sugerir falta de recursos que pudessem facilitar uma finalização no sentido de identificar uma alternativa para resolver as situações [E7] – *...e uma mulher que está triste e aconteceu alguma coisa.* [E9] – *...o menino está a pensar que mau o que ele lhe fez.*

A2 - História do Conflito à Hora de Jantar

“Estava na hora do jantar e o pai e a mãe começaram a discutir e o(a) menino(a) que já estava sentado à mesa com os irmãos, disse aos pais para porem de discutir. Mas, os pais continuaram.”

Da análise à História do Conflito à Hora de Jantar emergiram quatro categorias: (a.2.1) Reacções imediatas à discussão; (a.2.2) Resolução do conflito; (a.2.3) Atribuição em torno da discussão; (a.2.4) Perspectiva final do conflito.

a.2.1. Reacções imediatas à discussão

Esta categoria aborda as reacções imediatas das crianças em relação à situação experienciada. De uma forma geral, é no domínio emocional, que mais facilmente percebemos o impacto da experiência na criança. Há uma diversidade de emoções, sentimentos e sensações negativas, que são reveladas pelas nove crianças deste estudo, como a tristeza, [E4] – *Triste, (...)*; [E6] – *Muito triste à parte.*; [E5] – *Triste.*;

[E7] – “Mal, triste e *sentir-se a mais no meio deles, porque está ver o pai a discutir com a mãe.*”; [E3] – “*Desanimada, triste e talvez se sentirá a mais no meio deles.*”; [E9] – “*Mal, triste porque não queria ver os pais zangados.*”, decorrente da permanência do comportamento violento do pai sobre a mãe, sentindo-se a criança um elemento estranho a todo este processo; o medo, por vezes, emergente da instabilidade e da apreensão gerada pelos acontecimentos [E8] – “*Está-se a sentir triste, com medo.*”; a desorientação ou confusão [E1]- “*Confuso.*”; [E2] – “*Olha, está-se a sentir mal.*”.

A nível cognitivo, as reacções centram-se no evento experienciado, salientando-se aqui os pensamentos sobre as consequências associadas ao conflito. Observa-se, também, a partir de alguns excertos, que várias cognições versam sobre antecipação do comportamento do pai, relacionado com a integridade física da mãe; [E1] – “*Que o pai vai fazer alguma coisa a mãe.*”; [E4] – “*Que o pai vai fazer mal à mãe.*”; [E5] – “*Que o pai vai bater à mãe.*”. Verifica-se no entanto, no relato das quatro crianças, ainda cognições negativas relacionadas com a integridade do sistema familiar; [E7] – “*Que se vão separar.*”; [E8] – “*Está a pensar que se podem separar.*”; [E6] – “*Vai acabar por separar.*” [E9] – “*Está a pensar que se vão separar.*” As narrativas construídas em torno da imagem enunciam ainda desafeição [E2] – “*Que não são amigos.*” e a relação negativa entre as figuras parentais, [E3]- “*Que eles não se dão bem.*”.

Quanto aos comportamentos as crianças referem estratégias distintas, quatro delas enunciam a adopção de estratégias (passivas); [E1] – “*Para não se meter porque são assuntos de pessoas adultas.*”; [E3] – “*Que não se devia meter na situação.*”; [E6] – “*Vão lhe dizer para não se meter nos assuntos, porque são assuntos de adultos.*”; [E8] – “*Que não é nada com ele, são coisas de adultos.*” Três das crianças referem que, solicitavam os pais para terminarem a discussão [E2] – “*Vão dizer para ela se calar.*” [E4] – “*Para se calar, porque não tem nada a ver.*” [E9] – “*Para se calar (...)*”, identificando deste modo o desinteresse dos pais para aceitarem o seu pedido. Duas crianças responderam que os pais lhes pediam desculpa após a ocorrência dos conflitos, [E5] – “*Desculpa.*”; [E7] – “*Desculpa.*” Isto pode sugerir que os pais destas duas crianças têm consciência do sofrimento que infligem nelas quando discutem à sua frente. Nota-se que existe uma clara percepção sobre os actos experienciados como negativos, ou seja, os comportamentos prepetados, como socialmente inaceitáveis.

a.2.2. Resolução do conflito

A presente categoria foi construída com o objectivo de compreender quais as estratégias que as crianças propunham para a resolução do conflito que lhes foi apresentado. O discurso das nove crianças demonstra que estas tenderiam a adoptar uma postura activa de confronto directo com o problema (e.g., fazendo pedidos para parar; interposição no meio do casal), [E1] – “ (...) mandava parar a discussão.”; [E2] – “Mandava parar de discutir (...)”; [E3] – “Depende do que estivessem a falar, mandava parar.”; [E4] – “Mandava-os calar porque não os queria ver discutir, não queria ver ninguém discutir.”; [E5] – “Se fosse eu, eu também fazia a mesma coisa mandava os meus pais parar de discutir.”; [E7] – “Mandava-os parar de discutir também.”; [E8] – “Mandava-os parar e dizia para eles se acalmarem.” [E9] – “Eu pedia-lhes para pararem.” [E6] – “ (...) para pararem de discutir e levava a mãe para o quarto.” A opção por estratégias activas tendem a estar voltadas para a resolução do problema em si, no entanto, em cenários reais a opção por estas pode depender das características da situação (e.g., severidade da violência). Importa perceber que, em termos projectivos há intenção de mobilização recursos pessoais voltados sobretudo para a resolução do conflito.

a.2.3. Atribuição em torno da discussão

Outra categorial central emergente da análise dos dados foi a atribuição em torno da discussão, pretende-se verificar a quem a crianças atribuiu a responsabilidade pelo conflito.

A responsabilização da discussão é atribuída de forma clara por oito crianças à figura paterna (E1,E2,E3,E4, E5,E6,E7,E9). Encontrando-se na maioria uma justificação para o início das discussões. Embora uma criança tivesse referido explicitamente a ausência de motivos para o início das discussões [E7] – “Pai, porque sim.”.

Da análise realizada, revela-se apenas que uma criança não atribui explicitamente a responsabilidade à figura paterna, segundo (E8), a responsabilidade da ocorrência do

conflito é atribuída a ambos [E8] – “*Às vezes pode ser o pai outras vezes pode ser o ou a mãe.*”.

Na procura de justificações para a iniciação da discussão, algumas crianças revelam pensamentos estereotipados de género [E2] – “*Foi o pai, porque são sempre os homens que começam.*” [E3] – “*O pai, porque é sempre é o mais habitual*”. Outras duas crianças identificam a mãe como tendo feito algo que desencadeia a ira do pai e o levou a iniciar a discussão, [E1] – “*Porque se calhar a mãe tinha feito alguma coisa, ou se não o pai zangou-se por algo de nada.*”; [E5] – “*O pai, porque a comida estava péssima.*”. Outras duas crianças referem-se a causas externas à mãe e inerentes ao pai o consumo de álcool, o estatuto [E4] – “*O pai, porque estava bêbado porque bebeu.*” [E6] – “*O pai, porque pensa que é superior por trabalhar, e ganhar mais do que a mãe.*”, aparece a figura paterna identificada numa posição subalterna. Outra das crianças atribui o início das discussões ao pai, justificando-o através do desamor deste pela mãe, [E9] – “*O pai, porque não gostava da mãe.*”.

a.2.4. Perspectiva final do conflito

Esta categoria surgiu do interesse em compreender a perspectiva individual de cada criança, relativamente a existência ou inexistência de um final positivo ou negativo atribuído ao final do conflito.

A partir do relato das crianças foi possível verificar que são divergentes as respostas destas, atribuídas ao final do problema. No entanto, as respostas das quatro crianças são unânimes atribuindo a existência de um final negativo para a situação. [E1] – “*(...) os pais vão-se separar.*” [E3] – “*Separação.*”; [E7] – “*Separação.*”; [E6] – “*Se não houver compreensão provavelmente vão-se separar.*” Contudo, três crianças, limitam-se a fazer apreciações morais, como se tivessem receio de verbalizar o que realmente pensam sobre o que pode acontecer [E5] – “*Mal, porque vão continuar a discutir mais nada.*” [E2] – “*Mal, triste.*” [E9] – “*Mal, porque estão a discutir por isso vai acabar mal.*” traduzem a existência de um final mas negativo. Uma criança refere a fuga de casa, por parte da mãe, como solução para a situação, [E4] – “*Mãe vai fugir de casa.*”. Por fim, e contra as expectativas uma das crianças parece ter alguma esperança num apaziguamento, [E8] – “*Eles se acalmarem e tornarem a ser uma família sossegada.*”.

Verificou-se deste modo, que a maior parte das crianças acredita que os pais se vão separar e que esse será o final da história. Podendo sugerir que a separação poderá ser entendida como o alívio e tensão em que vivem dado estar rodeados de um ambiente hostil (Amato, 2007). As crianças apresentam um final negativo, o que poderá indicar também a falta de recursos que possibilitassem uma finalização, fuga de conteúdos emocionalmente positivos ou mesmo necessidade de ajuda no sentido de identificar uma alternativa não negativa.

B. REPRESENTAÇÕES DA CRIANÇA SOBRE A VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

A compreensão da experiência das crianças no contexto familiar surge da análise das narrativas proferidas sobre os conflitos interpaparentais, assentes em categorias que emergiram (cf. anexo V) e que remetem para três aspectos gerais:

B1 – *O acontecimento* – a análise centra-se na caracterização pela criança do ambiente familiar e inclui as seguintes subcategorias: (b1.1) a percepção da violência interpaparental; (b1.2) reacções à violência; (b1.3) atribuições em torno da violência e (b1.4) Resolução dos conflitos interpaparentais.

B2 – *A criança* – a análise foca-se na avaliação da percepção que a criança tem de si própria. Visa compreender qual a imagem que a criança construiu de si em função da exposição à violência no lar, suportada pela auto-imagem e pela imagem que ela pensa que os outros (adultos e crianças) têm dela. Descrita a partir das seguintes subcategorias: (b2.1) autopercepção e (b2.2) heteropercepção.

B3 – *O Relacionamento familiar* – a análise incide sobre a percepção da criança sobre aspectos relacionais, tais como a (b3.1) representação das figuras parentais, (b3.2) representação da relação criança – progenitor(es), (b3.3) a representação das práticas educativas parentais e (b3.4) a representação acerca dos cuidados parentais

B1 - O acontecimento

b1.1. Percepção da violência interpaparental

De acordo com análise realizada às narrativas das nove crianças, foi possível compreender que todas reconhecem existir comportamentos e atitudes de carácter violento no seu ambiente familiar. Todas as crianças evidenciam narrativas claras e explícitas que retratam a exposição a situações de violência, apercebendo-se da sua ocorrência num plano visual e auditivo recorrente. É possível afirmar, que as nove crianças foram vítimas indirectas da violência exercida do pai sobre a mãe, assim como, algumas delas também relatam ter sido vítimas directas, tópico este mais explorado adiante.

De forma a abordar o tema familiar, a primeira questão centrou-se sobretudo na forma como a criança percepção o seu contexto, optando-se por uma questão aberta, “*Do tempo em que vivias com os teus pais juntos, do que é que te lembras?*”. Verificou-se, através da análise às respostas dadas pelas crianças, que as nove caracterizam o ambiente como sendo pautado por conflitos, referindo que a violência era sobretudo dirigida à progenitora. O ambiente familiar foi descrito pelas crianças através das divergências entre os cônjuges e o mau ambiente daí decorrente, [E2] – “*Que às vezes o meu pai era muito mau para a minha mãe (...),*”; [E3] – “*Os meus pais sempre a discutir, (...)*”; – “*(...) era um péssimo ambiente.*”; [E4] – “*Pais sempre a discutir.*”; [E5] – “*Que o meu pai batia à minha mãe (...)*”; [E6] – “*Muita violência (...)*”; [E7] – “*Costumavam discutir (...)*”; [E8] – “*(...) começava a ralar com a minha mãe (...)*”, [E9] – “*(...) começou a ralar com minha mãe (...)*”.

Duas das crianças, ao descreverem o seu ambiente familiar revelaram ainda outras facetas do agressor, já mais na sua relação para com elas [E1] – “*Que o meu pai era muito mau, às vezes batia muito à minha mãe, e a mim comprava-me prendas, mas comprar prendas não significa que uma pessoa seja simpática.*”; [E2] – “*(...) sem o meu pai estar bêbado era fixe, riamo-nos, perguntava coisas (...)*”. A criança consegue identificar bons momentos sem que estes ofusquem os maus, permitindo alguma ilação sobre a relação pai-criança.

A ocorrência da violência surge associada ao domínio privado, [E1] – “...depois o meu pai mudava-nos para a cozinha e iam discutir para o quarto.”

No que diz respeito, à tipologia da violência a que a criança estava exposta, a violência psicológica, é aquela que engloba todos os actos perpetrados pelo agressor tais como humilhar, insultar, fazer com que a vítima se sinta mal, ameaças frequentes, entre outros. Na generalidade da amostra, esta é a forma mais comum de violência que as crianças enunciam, [E2] – “ (...) a minha mãe andava sempre a fugir, andava sempre atrás dela e ameaçava-a (...)”; [E2] – “ (...) o meu pai dizia à minha mãe que ela é que tinha sempre a culpa (...)”; [E4] – “ (...) e depois dizia que não queria saber mais dela (...) O meu pai chamava puta, vaca, estúpida e morcona (...)”; [E8] - “ (...) começava a ralar com a minha mãe (...)”; [E9] – “ (...) meu pai começava a chamar nomes a minha mãe.” De acordo com os casos revistos, a violência psicológica aparece associada à física através dos actos insultuosos e ameaças que acompanham a agressão física, a qual engloba todos actos de violência física perpetrados pelo agressor, como bater, puxões de cabelos, entre outros, [E1] – “ (...) às vezes batia muito a minha mãe.”; [E5] – “Que o meu pai batia à minha mãe (...)”; [E8] – “começava a puxar os cabelos à minha mãe, encostava a minha mãe à parede, ou ao armário ou ao sofá e fazia muitas coisas.”

Para além da violência a que assistem, algumas crianças também relatam ter sofrido, elas próprias, de maus-tratos físicos e violência psicológica por parte do pai, [E5] – “ (...) ele batia-me.”; [E9] - “ (...) está-me sempre a bater. (...) começava a ralar com a minha mãe e comigo.” Assim, de acordo com a análise, depreende-se que as crianças estavam expostas quer de forma directa e indirecta, aos vários tipos de violência no seio familiar, não sendo preservadas deste incidentes.

A violência é colocada em prática pela figura paterna e tinha como alvo preferencial a figura materna, apresentando um carácter unidireccional, “do pai para a mãe”, [E5] – “Que o meu pai batia à minha mãe.”; [E9] – “O meu pai começou a ralar com minha mãe.”; [E2] – “O meu pai partia para a violência e batia à mãe.”; contudo, este carácter podia alterar-se, mas os comportamentos da mãe eram entendidos como uma forma de protecção [E8] – “E à mulher para se defender das agressões, também bate.”

A generalidade das situações expõem um padrão de violência recorrente, [E6] – “ (...) *praticamente todos os dias (...)*”; [E4] – “*Pai sempre a discutir (...)*”; [E1] – “*Muitas vezes.*” e severo, se atendermos às descrições de violência pelas crianças utilizando graus (e.g., berrar alto, falar alto, etc), [E1] – “ (...) *muito barulho (...)* [E8] – “*O meu pai falava muito alto (...)*” [E9] – “ (...) *começavam a discutir começavam a berrar.*”

Pudemos ainda fazer referência ao ciclo da violência, a terceira fase do ciclo designada “de lua de mel” ou reconciliação, uma vez que se verifica por parte do agressor uma manifestação de arrependimento, tornando-se delicado como presentear a criança, numa tentativa de apaziguar a situação, [E1] – “ (...) *quer que eu goste mais dele e compre-me prendas, é uma coisa muito feia*”, e aproxima-se da mulher, verificando-se a mudança de comportamento por parte do companheiro violento [E2] – “ (...) *depois dizia que não queria saber mais dela e depois ia logo para a cama pedir lhe café.*”

b1.2. Reacções imediatas à violência

De acordo com a análise às narrativas das nove crianças, constataram-se reacções distintas ao acontecimento vivenciado. Às reacções mais comumente experienciadas verificam-se ao nível emocional, as crianças expressam o que sentem durante os momentos de violência. Revela-se assim, que a nível emocional, as descrições das crianças têm uma tonalidade negativa.

A tristeza é o sentimento predominante [E5] – “*Começavam a bater um no outro, era triste.*” [E7] – “ (...) *ficava triste porque não gostava (...)*”, [E9] - “ (...) *porque é triste, dói e depois as pessoas começam a chorar*”; contudo, também identificamos outras como a confusão: [E3] – “*Ficava atrapalhada não sabia o que fazer.*” e o aversão [E6]- “*Era horrível.*”. O medo é outra das emoções referidas por algumas crianças, desencadeado pela exposição à violência exercida sobre a mãe, [E2] – “ (...) *às vezes tinha medo do meu pai*”, “ [E3] – “ (...) *tinha medo que ele dissesse ou fizesse alguma coisa*”; a imprevisibilidade das situações que ocorrem no seio familiar, surge associada não só às crianças como também à figura maternal. São medos que se focam, sobretudo na integridade física dos outros [E6] – “ (...) *porque nós estávamos assustados porque pensamos que o pai ia magoar a mãe*”. O medo surge também associado à presença do

pai na esfera familiar, [E8] – “ (...) *já estava com o pressentimento que ele vinha (...) depois começava a ralar com a minha mãe e comigo.*” Isto revela também a falta de segurança e de controlo das situações conflituais no ambiente familiar, devido também a posição hierárquica e vulnerabilidade das crianças.

b1.3. Atribuições em torno da violência

Esta categoria surgiu do propósito de compreender a quem ela atribui a responsabilidade pelos actos violentos que ocorrem no seio familiar. Na generalidade, sete das nove crianças têm ideias muito claras quanto à responsabilidade dos eventos violentos, culpabilizam unicamente o progenitor pela ocorrência da violência, não assumindo qualquer tipo de responsabilidade pelo problema. [E1] – “*O meu pai era muito mau, às vezes batia muito à minha mãe...*”; [E2] – “*...o meu pai era muito mau para à minha mãe...*”; [E3] – “*é má, porque a minha mãe fazia tudo bem mas o pai é que tinha a culpa ...*”; [E5] – “*Que o meu pai batia à minha mãe.*”; [E6] – “*O meu pai batia a minha mãe*”; [E7] – “*...o meu pai é que tem sempre a culpa ele berra com a minha mãe*”; [E9] – “*...o meu pai começou a ralar com minha mãe, mas ele teve culpa porque não fazia sentido ele ligar e ir buscar as coisas e ir-se embora.*”

No entanto, duas crianças não atribuem a responsabilidade de forma clara e exclusiva ao pai, dado que verifica-se através dos seus discursos que a culpabilização dos comportamentos e as atitudes da figura parental resultam da interferência de terceiros, como que “desculpabilizando” a responsabilidade do agressor - [E4] – “ (...) *a culpada disso tudo era a minha madrinha, porque ela é que andava sempre a encher os ouvidos ao meu pai (...)*”; e aos amigos, [E8] – “ (...) *os amigos do meu pai quando viam alguma coisa iam sempre dizer coisas da minha mãe, quando ela falava com alguém, eles iam logo dizer ao meu pai. (...)*” “*Vêm chateadas com os amigos ou com outras pessoas e depois vêm descarregar na mulher e nos filhos.*”

Relativamente à atribuição da causalidade, ao analisarmos as respostas das crianças verifica-se que estas atribuem a ocorrência da violência a causas externas (álcool) e internas (personalidade). No entanto, segundo a perspectiva de algumas crianças, elas percebem de forma crítica as atitudes e comportamento da figura parental. Os

significados associados às causas da violência consubstanciam-se em diferentes pontos de vista e embora, não sejam lineares as respostas são convergentes.

Os excertos analisados demonstram que três crianças atribuem as causas da violência a factores externos (álcool), [E5] – “*Por causa da bebida.*”; [E4] – “*Porque o pai começou a beber o vinho (...)*” [E1] – “*Por exemplo o meu pai só batia a minha mãe quando esta muito bêbado.*”, neste último caso, a identificação de um factor externo como originário da violência, o álcool, conduz a que a criança atribua menor responsabilidade ao agressor, uma vez que se encontrava sob efeito dessa substância. Outras duas crianças salientam causas internas (personalidade) associadas ao comportamento da figura paterna, [E9] – “*Porque se zangam, o meu pai zanga-se com a minha mãe, porque não quer mais a família.*”; [E6] – “*...por exemplo o meu pai é agressivo com a minha mãe.*”.

Duas crianças referem as atitudes e os comportamentos recíprocos dos pais como estando na origem da violência, [E3] – “*Não se dão bem um com o outro, porque não fazem bem as coisas.*”; [E8] – “*Porque há coisas que os pais fazem um ao outro, e depois um não gosta e o outro também não e começam essa briga toda.*”

b1.4. Resolução dos conflitos interpapentais

Esta categoria surgiu do interesse em compreender como as crianças perspectivam a resolução dos conflitos entre o casal, atendendo a comportamentos alternativos ao acto de bater . O objectivo foi entender quais as estratégias que estas crianças apontam para a resolução dos problemas. Assim, seis crianças sugerem estratégias activas construtivas, assim como conversar/dialogar - [E1] – “*Falando, fazendo um diálogo.*”; [E2] – “*Falando direito um com outro sem brigas.*”; [E3] – “*Falar, conversam.*”; [E6] – “*Conversando, compreendendo.*”; [E8] – “*Conversar, tem conversas longas,*” e [E7] – “*Falando*” - alguns evocando atitudes de respeito e educação, [E9] – “*De forma educada e bem feita.*”. Nota-se que, apesar do conflito conjugal vivenciado por estas crianças, elas identificam alternativas construtivas para a resolução dos conflitos, por ventura resultantes de aprendizagens edificantes neste ou noutros contextos.

No entanto, duas crianças enunciam no seu discurso estratégias activas não construtivas, para a resolução de conflitos no casal, que englobam agressões verbais, [E5] – “*Discutir*” ou simplesmente não conjecturam opções - [E4] – “*Não sei, porque nunca vi ninguém assim.*” O não vislumbrar de alternativas de resolução de conflitos entre o casal ou a projecção de estratégias não construtivas afigura-se de especial relevo para a compreensão do impacto.

B2 - A criança

b2.1. Autopercepção

Surgiu do interesse em compreender qual a percepção que a criança tem a seu respeito, através das observações e das deduções que realiza, centrando-se nas suas acções, uma vez exposta ao cenário de violência interpaparental, percebendo também a partir daqui se imagem desta, foi ou não afectada, neste contexto.

Desta forma, foi-lhes pedida uma auto-descrição, e essa caracterização resultou num conjunto de características físicas e da personalidade, bem como atributos positivos e negativos que usaram para se caracterizarem. De acordo com a análise realizada às entrevistas das crianças, salienta-se que quatro enunciam apenas características físicas a seu respeito, apresentando uma descrição da imagem corporal, isto é, a forma como o corpo é percebido, [E1] – “*Não sou alta nem baixa, sou um bocadinho forte, tenho olhos castanhos e óculos, tenho cabelo escuro e tenho pele lisa.*”; [E4] – “*Tenho olhos castanhos, cabelo curto, camisola rosa, meias brancas, botas verdes, tampões nos dentes e mais nada.*” [E7] – “*Sou grande, cabelo castanho, olhos castanhos.*” [E5] – “*Tenho cabelo castanho e tenho olhos castanhos.*”

No entanto, duas crianças, além de apontarem características físicas, [E2] – (...) *magra, alta, cabelos grandes.* [E9] – “ (...) *não sou alto nem baixo, olhos azuis, cabelo claro.*” apresentam também características psicológicas, que traduzem uma percepção directa de si enquanto indivíduo [E9] – “*Sou uma criança (...)*”, remetendo-nos para uma auto-imagem clara do seu estágio de desenvolvimento. Noutra criança (E2) verifica-se uma ambivalência de características positivas e negativas, [E2] – “*Feia e engraçada (...)* má, porque saio ao feitio do meu pai porque me enervo muito.”, percebendo-se de

forma crítica e internalizando a referência do seu pai, identificando-se com ele, o que deixa claro que o acontecimento vivenciado em casa influenciou a imagem construída pela criança.

Contudo, três crianças enunciaram apenas características da personalidade, [E6] – “*Sou paciente para algumas coisas, gosto de ouvir os outros e de compreendê-los.*”; [E3] – “*Sou teimosa, gosto de brincar e ajudar os outros, (...)*”; [E8] – “*Amiga, gosto de ajudar as minhas amigas.*”

Quando explorada esta questão e solicitando-as para uma descrição de atributos positivos e negativos, voltam a enunciar, por vezes, as mesmas características físicas e da personalidade mas também acrescentam novos atributos. Assim, no que diz respeito aos atributos positivos, referem-se à prática de actividades culturais [E1] – “*Artes, leitura e artista.*”, características da personalidade, a amizade e o auxílio aos outros [E6] – “*Sou amiga.*”; [E3] – “*Ajudar os outros.*” e ainda características físicas, [E2] – “*Engraçada, magra, cabelos grandes.*”; [E8] – “*Sou bonita.*”

Relativamente aos atributos negativos, uma criança aponta a sua aparência física e apreciação sobre o seu próprio corpo, [E1] – “*Barriga, porque não gosto de ser assim e os óculos ficam-me mal.*”, verifica-se que identifica uma dupla vertente, cognitiva (conhecimento do corpo), e afectiva (avaliação negativa do corpo, pela forma que é experienciado e sentido). Outra criança aponta uma dificuldade na área escolar [E9] – “*O não saber nada de inglês*”. Na generalidade (cinco crianças) remetem o seu discurso para características da personalidade [E2] – “*Má (...)*” [E3] – “*Ser teimosa e refilona.*”; [E5] – “*(...) que me porto mal.*”; [E6] – “*Impaciente para algumas coisas.*”; [E8] – “*(...) irritar-me muito, fico muito stressada.*”

Para uma das crianças, [E4] a percepção de si é somente negativa, revelando que a imagem que tem de si está afectada pelos acontecimentos vivenciados em casa; quando questionada acerca de aspectos negativos salienta que é tudo negativo, [E4] – “*São todas, todas, tudo, tudo porque é tudo.*” e quando questionada sobre aspectos positivos salienta que não tem nada de positivo, [E4] - “*Nada*”.

Relativamente à percepção que a criança tem a seu respeito, sobressai a ideia que os atributos positivos salientados são diminutos, comparativamente aos aspectos negativos com uma clara predominância. O ambiente familiar constitui uma forte influência na construção do self, as experiências negativas vivenciadas pelas crianças vão contribuir para a percepção negativa de si. A criança tem maior probabilidade de construir uma representação do self positivo, quando surge merecedora de cuidados, quando as necessidades de proximidade emocional, de protecção e segurança estão presentes.

b2.1. Heteropercepção

Utilizando a analogia do espelho social, quisemos conhecer qual a imagem reflectida que a criança acha que os outros têm de si. De acordo com o relato das crianças, estas caracterizam-se segundo aspectos positivos e negativos. Cinco crianças referem que os amigos vêm-nas de forma positiva, [A1] – *“Bem e não dizem que estou feia nem nada.”* [A2] – *“Engraçada e divertida.”* [A6] – *“Uma pessoa muito alegre sempre a sorrir, muito divertida às vezes.”* [A9] – *“Bem, porque não ando triste.”* [A5] – *“Olham para mim como um ar de conhecido.”* No entanto, duas crianças consideram que os amigos os vêem de forma negativa, [A3] – *“Como teimosa, brincalhona e que às vezes não sei aproveitar os amigos que tenho”*; [A8] – *“As minhas amigas dizem que eu tenho uns tiques e uma maneira de ser que não me conseguem entender, uma maneira de ser que nem eu me consigo compreender, às vezes nem eu me consigo compreender, e eu começo-me a rir sem saber porquê.”*

Uma criança salienta que nunca ninguém a caracterizou, por isso não sabe, [A4] – *“Sei lá bem, nunca me disseram.”* Pelo seu discurso é notável que só comunica uma realidade que lhe dizem existir, só fala daquilo que lhe dizem ser.

Quanto pelos adultos, estes apresentam mais aspectos negativos do que positivos, [E5] – *“Acho que me vêem com cara de esquisito.”*; [E6] – *“Às vezes têm inveja por eu ser uma adulta e de resolver os problemas todos da minha mãe.”*; [E3] – *“ (...) às vezes sou mal-educada.”* [E8] – *“(...) às vezes tenho algumas coisas más”*. No que diz respeito aos aspectos positivos, [E9] – *“Bem, porque eu não lhes falto ao respeito, não os aleijo e nem faço cara feia quando eles vão a passar.”* [E8] – *“Rapariga animada (...)”*; [E3] – *“Que gosto de brincar (...)”*; [E1] – *“Quando digo que fico mal eles dizem que não,*

que estou bonita que faço coisas muito giras.”A mesma criança que afirma não saber como os amigos a vêm, salienta também não saber como os adultos a vêm, porque nunca lhe disseram, [E4] – *“Nunca me disseram também.”*

Desta análise, salienta-se que as crianças, em relação aos amigos reconhecem obter percepções mais positivas e em relação aos adultos acham que são avaliadas de forma mais negativa.

B3 – O Relacionamento familiar

b3.1. - Representação das figuras parentais

No conjunto das respostas cedidas pelas crianças, os significados acerca das figuras parentais estão demarcados por aspectos positivos e negativos, características físicas e psicológicas. Relativamente à figura maternal, quatro crianças enunciam no seu discurso apenas características físicas, [E1] – *“Mãe é um bocadinho mais alta que eu, é magra não usa óculos, tem cabelo castanho, olhos castanhos, pele lisa.”*; [E3] – *“Alta, tem cabelo curto, cabelo com madeixas, gorda mais ou menos.”*; [E7] – *“é alta cabelo louro, tem olhos castanhos.”*; [E9] – *“Alta, tem cabelo preto, tem olhos castanhos.”*

Paralelamente, seis crianças utilizam características psicológicas para descreverem a figura maternal e num registo de afectividade positiva e amiga, com interesse pelos problemas das crianças [E9] – *“Amiga, carinhosa mais nada.”*, [E3] – *“(…) e também gosta de saber como a gente anda, quer saber tudo sobre nós”*; [E6] – *“gosta muito de mim e dos meus irmãos e faz tudo por nós.”* Auxílio aos outros, [E8] – *“A minha mãe é uma senhora simpática, gosta muito de ajudar as outras pessoas.”* é trabalhadora [E3] – *“A minha mãe é fixe, gosta de trabalhar(…)”*. Nos relatos das entrevistas, observou-se também que a representação do amor maternal se dava através do carinho e da compreensão, [E6] – *“A minha mãe é muito compreensível nunca me bate.”*; [E1] – *“(…) quando está comigo dá-me muitos mimos.”*

No entanto, ressalta-se que, para as crianças, as mães podem ser qualificadas a partir da sua competência na realização da função maternal. Ela é a figura predilecta destas

crianças, é considerada como “boa”, “amiga” e “constante na presença das suas vidas”. Por sua vez, duas crianças têm uma imagem que parece um tanto idealizada, descrevendo-as como uma figura sem defeitos, [E1] – “*A minha mãe não tem negativas.*”; [E3] – “*Não tem nenhuma.*”.

As restantes crianças, pelas suas experiências, têm uma visão mais realista da mãe, ponderando entre seus defeitos e aspectos negativos, mas também como alguém que faz coisas boas e más. Uma parte das crianças descreve as mães como mulheres bonitas, simpáticas e carinhosas, o que parece evidenciar características socialmente atribuídas à mulher.

No que concerne à figura paterna também enunciam características físicas e psicológicas, bem como, atributos negativos como positivos. Seis crianças enunciam apenas características físicas, [E1] – “*Ele parece um balão, (...) ele tem barba e bigode e pica muito, tem cabelo castanho escuro, tem olhos castanhos, tem a pele lisa ele é baixo e um bocadinho mais alto que a minha mãe.*”; [E2] – “*Grande, gordo um bocadinho, com bigode, barba, cabelo curto pequeno.*”; [E3] – “*Alto tem olhos verdes, olhos castanhos é forte, (...)*”; [E7] – “*Alto cabelo preto, olhos castanhos forte.*”; [E9] – “*Alto, sem cabelo, olhos azuis e tinha a cara muito vermelha e as mãos.*”.

Reconhecem a existência de comportamentos negativos fortes por parte do progenitor, “incita os filhos no trabalho” e “violento”, [E3] – “*só queria que a gente andasse a trabalhar.*”; [E6] – “*É bastante agressivo, incompreensível e só pensa nele e pronto.*”; bem como a presença de factores externos o (álcool) condicionante dos seus comportamentos. [E3] – “*Tem muitas, beber muito e resolver as coisas à porrada (...).*”, [E8] – “*Beber.*” [E5] – “*O meu pai é bater.*”

Quando questionados sobre os aspectos negativos, referentes à figura parental, as crianças utilizam características da personalidade [E1] – “*Primeiro é ser muito mau (...).*” [E2] – “*Mau.*”; [E6] – “*Agressivo e incompreensível.*” Manipulador através da recompensa instrumental, [E1] – “*(...) quer que eu goste mais dele e compra-me prendas é uma coisa muito feia*”; [E4] – “*Tudo negativo.*” [E8] – “*Andar sempre triste, outras vezes magoado e beber.*” e identificação de comportamentos socialmente reprováveis, isto é, os comportamentos perpetrados são visto como actos negativos,

[E9] – *“Dizia muitos palavrões, depois fazia xixi em qualquer sítio, batia e ralhava muito mais nada.”*

Desta forma, as crianças têm uma imagem do pai que não se baseia tanto no papel presente e afectivo de pai, mas na de agressor. Pelas expressões utilizadas compreende-se, no geral, que a imagem da figura paterna é afectada pela vivência de situações de carácter violento.

Aspectos positivos atribuídos à figura parental relacionam-se com as brincadeiras, com o trabalho, mas com pouca predominância, [E2] – *“Quando era para brincar era muito divertido.”*; [E3] – *“Trabalhador, mais nada.”*; [E8] – *“(…) às vezes é risonho, também é alegre divertido.”*; [E6] – *“Às vezes dá tudo.”*; [E5] – *“Compra-me coisas às vezes.”*; [E4] – *“Nada, nenhuma, tudo negativo.”*; [E9] – *“Nada, porque ele batia-me e ralhava-me.”*

De uma forma geral, as crianças representam o pai com uma conotação mais negativa, ao contrário da figura maternal que representam de forma positiva explícita. As crianças descrevem a figura paterna num registo mais de afecto negativo, distanciamento e incompreensão, comparativamente à descrição que usam para a figura maternal.

b3.2 Representação da relação criança – progenitor(es)

A relação dos progenitores com a criança foi caracterizada pelos filhos como que apresentando aspectos “positivos”, “negativos” e “ambivalentes”. Os relatos das crianças adquirem contornos diferentes quando se referem à relação “mãe – criança” e “pai – criança”.

Quanto à figura materna é de salientar que oito referem claramente que se relacionam de forma positiva com a sua mãe (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E8, E9). Apenas duas crianças justificam a relação apontando-lhe algumas características positivas, assim como, cooperativas [E8] – *“Dou-me bem, ela ajuda-me e eu ajuda-a a ela.”*, é comunicativa [E3] – *“Antigamente não lhe contava nada, agora não, já falo com ela, e já lhe pergunto o que ela tem e ela diz-me, falo assim com ela.”*

Já em relação à figura paterna, as respostas são díspares: três referem que se dão mal, [A4] – “*Mal.*” [E5] – “*Mal, porque ele batia-me.*”. [E9] – “*Mal, está-me sempre a bater, depois eu dizia qualquer coisa mandava-me calar, um dia qualquer, atirava-me com um prato.*”. Cinco consideram a relação ambígua, [E8] – “*Dava-me bem, às vezes mal porque o meu pai tem aquelas coisas da bebida.*” [E7] – “*Mais ou menos.*” [E3] – “*Às vezes, por exemplo, se tivesse sem o vinho falava bem para ele, se ele quisesse ir dar uma volta íamos, agora com o vinho nem falava tinha medo que ele disse-se ou fixe-se alguma coisa.*” [E1] – “*Dava-me bem, às vezes.*” [E2] – “*Dou-me bem, às vezes mal, porque somos do mesmo feitio, às vezes tinha medo do meu pai.*” Uma criança enuncia que não tem relação próxima com o pai [E6] – “*Falo, mas não há relação próxima.*”.

Pode-se concluir que, da percepção das crianças, as relações de maior proximidade são estabelecidas sobretudo com a figura materna, comparativamente à figura paterna. A comunicação e a partilha de momentos de forma fomentar a qualidade da relação são restritos.

Questionadas quanto à forma como se dão com as figuras parentais, de acordo com as respostas cedidas às questões, são percepcionadas de forma “positiva”, “negativa” e “ambivalente”. Algumas crianças apresentam justificações na qualidade da relação que estabelecem com cada figura parental.

A maior parte das crianças referem-se à relação com o pai como sendo negativa e justificando-a através de comportamentos violentos, (bater e ralhar, insultar) [E3] – “*Não falava bem dizia que eu era malandra, dava-se bem era com minha irmã mais velha dizia que ela era a maior.*”; [E4] – “*Mal.*”; [E5] “*Mal, porque ele batia-me.*” [E9] – “*Mal, porque começava sempre a ralhar.*” [E1] – “*Que o meu pai era muito mau, às vezes batia muito à minha mãe, e a mim comprava-me prendas, mas comprar prendas não significa que uma pessoa seja simpática.*”; [E2] – “*(...) sem o meu pai estar bêbado era fixe, riamo-nos, perguntava coisas (...)*”.

Apenas duas crianças percepcionam ter uma relação positiva com a figura paterna, [E6] – “*Dá-se bem.*” ; [E8] – “*O meu pai também fazia coisas que me ajudava e quando eu fosse maiorzinha ele ajudava no meu sonho.*” Outras duas respondem de forma mais

ambivalente, referindo diferentes tipos de relação em momentos distintos [E1] – “Às vezes dava-me bem, outras vezes já me ralhava um bocadinho, sem eu fazer nada.”; [E2] – “Às vezes bem.” [E2] – “ (...) sem o meu pai estar bêbado era fixe, riamo-nos, perguntava coisas (...)”.

Na generalidade, oito em nove crianças respondem de forma clara quando questionados quanto à relação da figura materna com eles, caracterizando-a como positiva, atribuindo à mãe a razão de ser de algum bem-estar [E3] – “A minha mãe dá-se bem.” [E7] – “Bem.” [E8] – “Dá-se bem.” [E9] – “A minha mãe dá-se bem.” [E5] – “Bem.” No entanto, três crianças apresentam justificações quanto ao motivo de se relacionarem de forma positiva, com afectividade [E1] – “Dá-se bem, quando está comigo dá-me muitos miminhos.” e satisfação das necessidades básicas [E4] – “Bem, porque a minha mãe deixa-me comer e o meu pai não me deixava depois ia tudo para o lixo.” percepção de um forte sentimento de estima e valorização para com a criança, [E6] – “Dá-se bem, muito bem comigo acha que sou essencial para ela.” Apenas uma criança apresenta uma resposta ambivalente sem explicação aparente [E2] – “Às vezes bem.”.

b3.3 Representação das práticas educativas parentais

A forma como os pais se relacionam com os filhos, para além da transmissão de afecto, implica a partilha de valores e atitudes que influenciam o comportamento das crianças e dos jovens. As práticas que os pais utilizam para com os filhos podem ser promissoras e ter consequências a nível da relação da criança consigo e com os outros.

De um modo geral, as crianças entrevistadas percebem as práticas educativas como os comportamentos exercidos em resposta a uma atitude manifestada pelos pais em relação a si próprios, tais como punição, diálogo ou outras, para lidar com eles numa determinada situação.

Para algumas crianças, a figura materna utiliza o diálogo e condutas mais ajustadas e positivamente reforçadas (explica a criança o que fez mal); [E1] – “Falava comigo, dizia para não para não fazer mais asneiras, por exemplo se partia alguma coisa dizia-me para a próxima tens cuidado e não faças isso.”; [E8] – “A minha mãe conversava para não eu não voltar a fazer ou punha-me de castigo.” Verifica-se que na imposição

de limites, esta postura é acompanhada de uma explicação. [E2] – “Mãe, falando, às vezes metia-me de castigo para eu aprender.” Porém, outras crianças referem que a progenitora usa o diálogo mas não apresenta qualquer explicação. [E3] – “A minha mãe falava comigo.” [E4] – “A minha mãe falando.”; [E5] – “A minha mãe a falar.”; [E6] – “A minha mãe falava.”; [E9] – “A minha mãe falava.”.

Segundo as descrições das crianças, seis identificam a figura parental como recorrendo a medidas mais punitivas e coercivas pelo uso de punição física e por ameaças verbais, como assustar ou amedrontar a criança. [E1] – “Berrava muito alto.”; [E2] – “Às vezes berrava.”; [E3] – “Berrar ou a bater.”; [E5] – “Bater e a ralhar.”; [A6] – “Às vezes grita (...)”; [E8] – “Pai, ralhava-me ou batia-me.”; [E9] – “Pai, batia.” Uma criança expressa que o pai recorre ao auxílio de objectos, incluindo o cinto como forma de actuar perante os castigos infligidos à criança [E4] – “Sempre a bater com um cinto.”.

Apenas uma criança enuncia que as práticas educativas das figuras parentais eram similares, mas, de forma construtiva, através do diálogo, [E7] – “Pai e a mãe a falar.”.

Deste modo, podemos concluir que a percepção das crianças é a de que mãe adopta geralmente estratégias educativas mais construtivas (e.g., o diálogo), comparativamente ao pai, que utilizava práticas mais punitivas (e.g., punição física).

b3.4. Representação acerca dos cuidados parentais

No que concerne à percepção das crianças sobre os cuidados da díade parental, relacionam-se sobretudo com a noção do que são, em que consistem para as crianças; os cuidados parentais restringem-se, para estas crianças, sobretudo às necessidades básicas. No entanto, os cuidados pelas crianças são percebidos de forma “positiva”, “negativa” e “ambivalente”.

Quando questionados sobre cuidados parentais, fazem referência às duas figuras parentais, mas atribuem à figura maternal uma clara predominância sobre os cuidados parentais ao invés da figura paterna, os quais se traduzem sobretudo na satisfação das necessidades básicas (e.g. higiene, alimentação) para além da afectividade e

comunicação positiva para com eles, [E4] – *“Alimentando-me. Dando-me o comer na cama, tudo.”*; [E1] – *“Toma muito bem, não quer que eu faço asneiras está sempre ao pé de mim e dá-me muitos miminhos.”*; [E9] – *“De manhã ela põem-se a pé, e põe a minha roupa em cima da cama para me vestir, vamos tomar o pequeno-almoço e leva me à escola.”* [E5] – *“Bem, porque ela prepara-me a roupa e faz -me rir.”* Percebe-se que a imagem da mãe é evidenciada pelo seu papel tradicional, de mãe cuidadora, que se preocupa com as necessidades básicas e o bem-estar.

Já à figura paterna atribuem uma desvalorização dos cuidados sobre eles, descrevem-no como não dá auxílio nem corrobora nas orientações escolares [E5] – *“Mal, porque o meu pai nunca me ajudou nem fazia nada, nos trabalhos de casa, (...)”*; assim como nas actividades diárias da criança (incluindo para esta as necessidades básicas), [E9] – *“ (...) ele nunca me fez nada nunca me levava a escola nunca me ponha a roupa nunca me mandava vestir, nunca me mandava fazer nada.”*; [E8] – *“Era diferente, completamente diferente, pouco cuidava de mim.”* Recorrendo a medidas punitivas (que podem incluir a agressão física e/ou psicológica), [E4] – *“Cuidando sempre a bater era assim que ele cuidava das pessoas a bater.”*

No entanto, duas crianças referem-se ao cuidados parentais como uma ambivalência quanto a esta questão relativamente às figuras parentais, ([E6] – *“ A minha mãe confia muito em mim, quase não liga, dá-me bastante liberdade e eu gosto disso”*; e [E6] – *“Ele cuidava bem ia me buscar à escola.”*) este aspecto pode sugerir que o cuidado parental adequado, traduz-se no discurso da criança como um menor controlo parental (“dar liberdade aos filhos”) é percebido como um factor determinante no desenvolvimento de comportamentos anti-sociais, à semelhança do que a literatura nos indica (Lewis e Fremouw, 2001), esta última não apresenta qualquer descrição dos cuidados parentais apenas salienta que é de forma positiva ([E7] – *“Bem.”*; [E7] – *“Toma bem.”*)

Assim, foi de notar, nos relatos das crianças, o fato de que suas mães aparecerem mais directamente envolvidas em tais cuidados básicos da criança (e.g., alimentação, higiene) Notamos que são pouco reforçados por estes pais assim como, atenção, alegria, interesse pelas actividades dos filhos, brincadeiras (e.g., passear e jogar à bola). Nota-se que no caso da figura paterna, é evidente o uso de práticas coercivas, não sendo

relatados exemplos reforçadores positivos. Aqui há que salientar que as crianças não se referem à partilha na família de momentos agradáveis e descontraídos.

3.6. Discussão dos resultados

Após a apresentação dos dados obtidos, reconhece-se que é fundamental a interpretação dos resultados no seu todo e não de forma isolada. Neste seguimento, será realizada uma leitura compreensiva sobre os mesmos, reflectindo em torno deles, de modo a conferir-lhes um sentido integrador que possibilite compreender as representações maternas e do self de crianças expostas à violência interpaparental em casa abrigo.

No entanto, permite-nos desde já, referir que a entrevista desenvolvida para o presente estudo, estimulou uma diversidade de respostas nas crianças. A narrativa desempenha um papel fundamental na construção de significados dos seres humanos, emerge como um processo mediador entre o significado e a existência humana, as histórias que relatam são fruto de uma experiência de violência no seu seio familiar.

A análise, centra-se agora, na interpretação dos dados, expondo os constructos emergentes que melhor traduzem esta realidade, surgem categorias abrangentes que permitem traduzir um conhecimento mais latente deste fenómeno (cf. anexo VII). Estes constructos surgem do relato de nove crianças unidas pela mesma situação.

A família é o primeiro contexto em que ocorre a socialização da criança, e, por isso, desempenha um papel fundamental no comportamento que esta adoptará futuramente, na percepção do mundo envolvente e nas relações interpessoais, desenvolvidas ao longo das suas vivências (Alarcão, 2006). Da investigação depreende-se que todas as crianças abordam o ambiente familiar, a que estão expostas e exprimem de forma clara e explícita a existência de comportamentos e situações de carácter violento. É importante lembrar que foram anos de exposição à violência, pelo que a sua vivência é reveladora acerca dos acontecimentos.

Na análise relativa às representações da criança sobre a violência interpaparental, as nove crianças reconhecem o ambiente familiar pautado por conflitos e discórdias parentais. Estas crianças não descrevem momentos de união, cordialidade, amor e partilha, remetendo o seu discurso para situações conflituosas, em que as relações interpessoais comprometem o bem-estar familiar, tal como documenta o estudo de Toth (2000), que

as crianças expostas aos conflitos entre os pais e vítimas directas de maus tratos, fazem alusão a temas mais conflituosos (*e.g.*, agressão, escalada de conflito) e menos referências a aspectos morais e afectivos (*e.g.*, carinho, afecto, obediência e empatia). Quando o clima emocional é negativo, coercivo ou imprevisível, as crianças estão em risco de se tornarem emocionalmente reactivas, devido às exposições emocionais frequentes e inesperadas ou às manipulações emocionais. Neste tipo de ambientes, as crianças não só observam desregulação das emoções nos seus pais, como se sentem emocionalmente inseguras (Davies e Cummings, 1994). Em contraste, quando as crianças vivem num ambiente responsável, consistente, em que se sentem aceites e protegidas, sentem-se emocionalmente seguras e livres para expressar as suas emoções (Davies e Cummings, 1994).

À semelhança do que indica a literatura, este estudo também confirma que algumas crianças eram alvos directos de violência física e psicológica exercida pelo pai. Das narrativas destas crianças emerge a combinação de múltiplas formas de maus-tratos, com predominância para exposição à violência psicológica e física. No entanto, segundo Grych e Fincham (1990) constataram que a exposição a situações conflituosas frequentes e intensas, envolvendo agressão física, acarreta mais sofrimento para a criança. Por sua vez, as crianças expostas à violência parental têm maior risco de desenvolver problemas de saúde mental na vida adulta comparativamente com aqueles que nunca presenciaram esta situação. Como referido por (Jaffe et al., 1990) e (Buckley, Holt e Whelan, 2007), as crianças expostas aos conflitos parentais apresentam um risco acrescido de sofrer de abuso emocional, físico e sexual. Estes resultados são consistentes com os dados obtidos por (Walker, 1994 *cit. in* Matos, 2002), onde expõe que crianças expostas ao conflito interpaparental perpetuam um conjunto de formas de violência que apesar de distintas estão interligadas: maus-tratos físicos (*e.g.*, empurrar, atirar objectos), maus tratos emocionais, verbais e psicológicos.

Este estudo mostra-nos que a violência tem um carácter unidireccional do pai contra a mãe e um padrão de violência contínuo; este facto pode sugerir à criança crenças sobre a continuidade e escalada da violência, aspectos estes ligados à severidade do acontecimento. A percepção da ideia de perigo é construída como base nas características particulares do conflito, como por exemplo a intensidade, afectando o

sentimento de segurança das crianças, nomeadamente o receio da integridade física da mãe (Cummings et al,2006).

Relativamente às reacções emocionais, as mais salientes são a tristeza, o medo e a confusão, e derivam da percepção de perigo e insegurança no subsistema paparental, da obrigatoriedade de fazer face à situação, acontecimentos estes geradores de sofrimento porque são conhecedores da criança como incontroláveis. O estudo de Logan e Grahman-Berman (1999), corrobora como os nossos resultados onde identifica que as crianças expostas à violência interpaparental retratam nas suas narrativas emoções mais negativas do que positivas.

As narrativas das crianças permitem verificar que a responsabilidade pela ocorrência dos conflitos é predominantemente atribuída à figura paterna, e uma pequena minoria da amostra atribui este facto à interferência de terceiros, não havendo referência em nenhum momento à descrição de responsabilidade da própria criança pela ocorrência dos conflitos, percebendo-se assim a ausência de culpa pelo sucedido. No entanto, Bancroft e Silverman (2002) afirmam que a vítima se culpabiliza a si mesma pela ocorrência da violência, pela acção do comportamento ou pelas verbalizações do agressor. Na origem dos incidentes, as crianças identificam causas internas (e.g., personalidade) e externas (e.g., álcool) atribuídas ao agressor pela ocorrência da violência, o que não deixa de atenuar o grau de responsabilidade atribuída à figura paterna.

Pode considerar-se que as crianças utilizam predominantemente duas estratégias para a resolução dos conflitos interpaparentais: uma construtiva e outra não construtiva. A maior parte das vezes, as crianças utilizavam estratégias construtivas que ilustram claras tentativas de interferência directa no problema com vista à sua resolução (e.g., mandar parar a situação; e interposição no meio do casal). Este achado é documentado na literatura como uma estratégia usualmente utilizada por crianças com história de exposição à violência (Grych e Fincham, 1990). Alternativas construtivas ao conflito são importantes no ajustamento da criança para amenizar o impacto negativo que este tem nela. Uma pequena minoria refere estratégias não construtivas, nomeadamente, a discussão e a ausência de modelagem paparental construtiva.

A família detém um papel crucial na aprendizagem de resolução dos conflitos, e os pais ocupam um lugar de destaque. Eles constituem-se como os primeiros modelos sociais. Apesar da ausência de modelos construtivos, estas crianças possuem respostas alternativas (*e.g.*, falar) provavelmente pela aprendizagem noutros contextos sócias, como por exemplo a escola. Contudo, alguns autores afirmam que tendo em conta as representações das crianças acerca da resolução do conflito conjugal, este suporta a hipótese de que as crianças desenvolvem crenças acerca da resolução dos desentendimentos entre os pais, com base nas suas observações sobre o conflito (Grych e Cardoza-Fernandes, 2001; Esfandyari et al., 2009) podendo ter repercussões no funcionamento sócio-emocional das crianças em vários aspectos.

De acordo com a análise, depreende-se que estas crianças se definem a si mesmas com recurso a atributos negativos ou socialmente pouco desejáveis e positivos. Globalmente, mostraram grande dificuldade em falar sobre si mesmas e, quando o fazem, utilizam sobretudo atributos ou características negativas ou referem desejar atributos ou qualidades socialmente valorizadas com a finalidade de obter aceitação dos outros. Este achado é consistente com os dados obtidos por Grych et al., (2002), onde apresenta que as crianças expostas à violência interpaparental se descrevem dando maior predominância aos atributos negativos. Na autopercepção, nenhuma criança remete o seu discurso para a honestidade, bondade e sinceridade, o que parece sugerir que tem fracos recursos para se percepcionarem de forma positiva e não valorizam esses aspectos. O acontecimento em si (exposição à violência interpaparental) influencia a imagem que a criança constrói acerca de si própria (Margolin e Gordis, 2000). Estes resultados demonstram que o ambiente familiar pode ser determinante na formação do self das crianças e que as vivências negativas contribuem para a autodefinição inadequada da criança. Uma vez que a violência é um acto de poder e dominação que anula a confiança da pessoa em si mesma, ela tende a causar mais dano quando se manifesta no interior da família. Esta deveria constituir o lugar seguro da criança e revela-se, afinal, como um lugar de sofrimento e insegurança.

Relativamente à representação das figuras parentais, o estudo verifica diferenças claras ao nível das representações acerca dos progenitores. Os dados obtidos vão de encontro ao que refere Durning e Fortin, (2000); que evidenciam a existência de diferenças ao nível de representações relativas ao pai e à mãe.

No que diz respeito à representação da figura materna, esta é apresentada de forma positiva, isto é, na sua maioria, fazem referência a uma figura disponível e percebem-na com afectividade (e.g. carinhosa e amiga). Alguns estudos apontam que as mães vítimas de maus-tratos podem ser menos capazes de proporcionar um cuidado sensível e receptivo aos seus filhos devido aos seus próprios recursos emocionais estarem fragilizados (Holden, et al., 1998; Levandosky e Graham-Bermann, 2000); mas este facto não se verifica neste estudo. Relativamente às práticas educativas parentais, as crianças percebem no geral práticas indutivas, isto é, o cuidado parental é percebido como suficiente mas restringindo-se apenas às necessidades básicas e à sobrevivência da criança.

Em relação às representações da criança acerca da figura paterna, as características da personalidade são apontadas como negativas, não o descrevendo de forma positiva no papel activo de pai, mas de agressor. No discurso das nove crianças salienta-se que a relação com a figura paterna é marcada pela falta de afectividade e de sentimentos calorosos, e as práticas educativas são punitivas e coercivas. A figura paterna tende a ser representada como recorrendo a medidas mais punitivas e a comportamentos mais severos quando comparado com a figura materna; bem como, o cuidado paterno é manifestado como sendo insuficiente ou nulo.

Interações conjugais conflituosas podem influenciar a criança tanto directamente, através de um processo de modelação (aprendizagem de comportamentos pela observação de modelos), quanto indirectamente, através de práticas parentais inconsistentes e discordantes (Fincham e Grych, 1994). Também a ausência de práticas educativas parentais adequadas, traduzida no discurso dos participantes como um menor controlo parental (“os pais dão muita liberdade aos filhos”), é percebida como um factor determinante no desenvolvimento de comportamentos violentos, à semelhança do que a literatura sugere (Lewis e Fremouw, 2001).

Sobressai a ideia de linearidade quanto ao uso do diálogo pela figura materna, mas não se verifica reflexão conjunta, comportamentos interactivos, socialização, apoio e brincadeiras referentes à relação “pais-criança”. Além disso, o uso frequente de estratégias coercivas pelo pai no ambiente familiar pode gerar uma tendência na criança

a utilizar estas mesmas estratégias nas suas tentativas de resolução de problemas com os seus pares, provocando rejeição e consequente isolamento. A forma como as figuras parentais lhes transmitem afecto e lhes ensinam a reagir é importante para o desenvolvimento de futuras interacções (Almeida, 2000).

Braz et al. (2005) demonstraram que o estabelecimento de um bom relacionamento conjugal favorece a divisão das tarefas domésticas e das práticas de educação entre ambos os cônjuges, o que, por sua vez, promove o desenvolvimento de sentimentos de segurança nos seus filhos. Este achado também suporta a ideia de que as crianças testemunhas de violência entre cuidadores experienciam uma ameaça à sua segurança emocional que condiciona o seu senso de competência e autonomia (Grych e Fincham, 1990).

Por isso, os pais devem procurar não só fomentar a comunicação com os filhos, através da partilha de momentos de lazer, mas também pôr em prática um estilo autoritário-democrático, uma vez que, práticas educativas demasiadas rígidas ou permissivas perturbam o desenvolvimento psicossocial da criança, podendo até desenvolver comportamentos agressivos.

4. Conclusão

A violência interpaparental continua a ser uma realidade que faz parte de muitas famílias, as crianças sofrem em silêncio durante anos afins, com inevitáveis repercussões no seu bem-estar e desenvolvimento. A criança é sobretudo um agente indefeso e vulnerável e condicionada pela autoridade das figuras parentais. O conceito de família vai sendo desconstruído à medida que as crianças presenciam episódios violentos entre as figuras parentais, e, em alguns casos, ela própria também é vítima directa desses mesmos maus tratos.

A primeira parte deste trabalho, iniciado com a revisão teórica, que foi seleccionada por ser considerada pertinente para a obtenção de um conhecimento mais sustentado da problemática da violência interpaparental e das representações das crianças, proporcionou uma perspectiva mais lata do fenómeno, fundamental para o desenvolvimento do enquadramento teórico e para a condução científica do estudo. Na segunda parte, explicamos todo o processo metodológico, e privilegia-se a narrativa como forma de facultar a apreensão do mundo interno da criança.

O objectivo geral do presente estudo foi perceber quais as representações das crianças acerca do self e da figura materna expostas à violência interpaparental em casa abrigo. De acordo com os resultados obtidos, as representações acerca do self exibem com maior predominância aspectos da personalidade negativos, o que sugere estarmos perante um precursor de baixa auto-estima. No que diz respeito à representação da figura materna, apontam-na como afectuosa, amiga e preocupada com os filhos. Curiosamente, as crianças identificam a figura materna atendendo a práticas parentais positivas e percebem um relacionamento positivo com ela e vice-versa. As suas respostas não sugerem que a vítima primária, além de estar afectada pela violência, dê origem na criança a uma imagem negativa, menos competente e poderosa, uma vez que é vítima e está submetida ao poder e controlo do agressor. Contudo, é preciso notar que quando a criança apresenta uma representação da mãe como apoiante e pouco severa, não se sabe se ela se está a referir à sua mãe ou a uma figura ideal imaginária ou a uma imagem positiva que ela concebe para regular as suas emoções.

A construção das representações das crianças acerca das figuras parentais e do self é um processo interdependente na medida em que não ocorre num vácuo, mas no contexto de relações significativas que as crianças estabelecem com o pais e com os outros que participam nos diversos ecossistemas (Toth et al, 2002). Nesta faixa etária as representações mentais das crianças acerca de si próprias e dos seus cuidadores são maleáveis e podem ser alteradas, para que a sua trajectória seja mais adaptativa e o ciclo transgeracional da violência seja quebrado.

No que respeita à entrevista desenvolvida para o presente estudo, ela evidencia propriedades que permitem a sua utilização em investigações futuras, traduzindo-se num instrumento útil que permite estimular e aceder às representações das crianças acerca das figuras parentais e do self.

São várias as limitações que podem prevalecer e que importa considerar, apesar da preocupação em manter o rigor científico e metodológico, e do tempo disponível para desenvolver um trabalho que requer especial atenção, reflexão e dedicação.

Para além das limitações que já foram anteriormente avançadas, importa ainda salientar outras. A primeira prende-se com o instrumento utilizado, mais especificamente a Entrevista (elemento central da investigação). Dada a natureza verbal, poderá estar adstrita a todos os condicionantes da comunicação humana, e, além disso, a informação a que dá acesso poderá ser difícil de obter através duma metodologia de observação directa.

Seria interessante em estudos subsequentes dar continuidade ao trabalho até agora desenvolvido, conciliando as representações das crianças com as das figuras parentais, fazer o cruzamento destas duas perspectivas, pois apesar de percepcionarem a mesma realidade de vitimação podem ter representações distintas.

Também seria curioso debruçar-se sobre uma amostra mais significativa e ainda conseguir uma homogeneidade da amostra, verificando, deste modo, se as representações do género feminino ou masculino expostos à violência interparental em casa abrigo divergem quanto às figuras parentais. Pode-se ainda estudar dois grupos (em

casa abrigo e sem estar em casa abrigo) de forma a compreender se as representações são similares ou diferem em algum aspecto.

No entanto, à medida que a criança se vai desenvolvendo, tornam-se mais hábeis na avaliação dos comportamentos parentais e das intenções subjacentes aos mesmos, o que implica a (re)construção de novas representações acerca das figuras parentais. Neste sentido, poderá ser interessante o desenvolvimento de estudos longitudinais que permitissem uma avaliação da estabilidade e da mudança das representações mentais acerca das figuras parentais e do self. Tal possibilitaria aprofundar o conhecimento acerca dos progenitores e clarificar se as alterações das representações das crianças estão relacionadas efectivamente com alterações na qualidade dos comportamentos e relações com a criança ou com alterações resultantes do processo de desenvolvimento da criança (Grych et al, 2002).

As relações familiares disfuncionais, promovem um desajustamento e impacto negativo, principalmente através da internalização de crenças e representações negativas, importa, então, identificar e modificar tais representações erróneas que são criadas pelas crianças, implementar/desenhar programas de intervenção parentais no sentido de amenizar a vulnerabilidade da criança a futuros problemas a nível emocional, afectivo e social.

Ao nível da intervenção clínica, seria importante trabalhar com cada uma delas diferentes modelos e alternativas e maneiras de lidar com as divergências e frustrações que inevitavelmente ocorrem nos relacionamentos, através de brincadeiras, histórias ou discussões de situações hipotéticas ou reais interpessoais, para que desta forma as crianças pudessem aprender maneiras mais construtivas de gestão da raiva e do conflito. Em contexto educativos, é importante que se faça a desconstrução de estereótipos e preconceitos inerentes ao género e à violência na família e se eduquem as pessoas, numa perspectiva de igualdade de género e de cidadania, desenvolvendo capacidades de comunicação e de resolução pacífica dos conflitos.

Este estudo dá a conhecer que as crianças não podem ser vistas como sujeitos passivos, passando, portanto, para uma visão onde é reconhecida a sua capacidade de exercerem

um papel activo no fornecimento de informação de interesse científico, reconhecendo-as como participantes capazes, competentes para falarem acerca do self e das suas vivências familiares, marcadas, neste caso, pela disfuncionalidade do sistema familiar. Considerando a atitude epistemológica da *Grounded Theory*, ou seja, a aceitação de que o conhecimento é sempre contextual e provisório, entende-se que os dados recolhidos se constituem como um importante contributo e uma mais valia para a compreensão deste fenómeno estudado (Fernandes e Maia, 2001); a experiência subjectiva acerca das representações das crianças, uma realidade pouco desenvolvida no nosso país, aqui revelada pela voz das crianças entrevistadas, que partilharam as suas experiências e significados delas resultantes e por elas construídos. Espera-se que os resultados ajudem, de alguma forma, os técnicos de instituições de Casa Abrigo a dar especial atenção a estes aspectos, tendo em vista trabalhar junto desta população as necessidades específicas das vítimas secundárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ablow, J. C., Measelle, R.J., Cowan, A.F. e Cowan, P.C. (2009). Linking marital conflict and children's adjustment: The role of young children's perceptions. *Journal of Family Psychology*, 23, (4), 485-499.
- Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios Familiares*. 3.^a Edição. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, A. N., André, I. M e Almeida, H. N. (1999). Famílias e maus tratos às crianças em Portugal. *Relatório Final*. Instituto de Ciências Sociais: Universidade de Lisboa.
- Amato, P. (2008). *Recent Changes in Family Structure: Implications for Children, Adults and Society*. [em linha] Disponível em <http://www.healthymarriageinfo.org/docs/changefamstructure.pdf>. (consultado em 15/8/ 2010).
- American Psychiatric Association. (2002). *DSM-IV-TR: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. Lisboa: Climepsi Editores.
- APAV - Associação Portuguesa Apoio à Vítima .(2009). *Relatório Anual de Estatísticas*. Lisboa.
- Atkinson, R. L., Atkinson, R. C., Smith. E. E. e Bem, D. J.(1995).*Introdução à Psicologia*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Appelman, E. e Wolf, D. P. (2003).Emotional apprenticeships: The development of affect regulation during the preschool years. In: Emde, R.N., Wolf, D, e Oppenheim, D. *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur story stem battery and parent-child narratives*. NY: Oxford University Press. 182–200.

- Baker, L. L. e Cunningham, A. J. (2004). Helping children thrive: Supporting *woman abuse survivors as mothers*. London, On: Centre for Children e Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- Baker, L. L. e Cunningham, A. J. (2009). Inter-Parental Violence: The Pre-Schooler's Perspective and the Educator's Role. *Early Childhood Educacional Journal*. 37, 199-207.
- Baker, L. L. e Cunningham, A. J. (2005). *Learning to Listen, Learning to Help: Understanding Woman Abuse and its Effects on Children*. London, On: Centre for Children e Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- Bourassa, C. (2007). Co-occurrence of interparental violence and child physical abuse and its effect on the adolescent's behavior. *Journal of Family Violence*, 22, (8), 691 -701.
- Bretherton, I., Ridgeway, D. e Cassidy, J. (1990). Assessing internal working models of the attachment relationship: An attachment story completion task for 3-year olds. In Greenberg, M. T., Cicchetti, D. e Cummings, E. M. (Ed.), *Attachment in the preschool years: Theory, research, and intervention* (pp.273-308). Chicago: University of Chicago Press.
- Bronfenbrenner, U. e Ceci, S. J. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model. *Psychological Review*, 101, 568-586.
- Bruner, J. (2002). *Atos de significação*. 2ª Edição. São Paulo: Artmed.
- Buckley, H., Holt, S. e Whelan, S. (2007). Listen to Me! Children's Experiences of Domestic Violence. *Child Abuse Review* 16, (5), 296-310.

- Canha, J. (2008). A criança vítima de violência. In. R.A. Gonçalves e C. Machado.(Org) *Violência e Vitimas de Crime,, Vol.II. (3º.Ed). (17-37). Coimbra Quarteto Editora.*
- Caridade, S. e Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perpeção. *Análise Psicológica, 24*, 485-493.
- CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2010). [em linha] Disponível em <http://www.cig.gov.pt/> (consultado em 2 /8/2010).
- Cicchetti, D. e Tucker, D. (1994). Development and self regulatory structures of the mind. *Development e Psychopathology, 6*, 533–549.
- Cicchetti, D., Macfie, J., Toth, S., Rogosch, F., Robinson, J. e Emde, R. (1999). Effect of maltreatment on preschoolers' narrative representations of responses to relieve distress and of role reversal. *Developmental Psychology, 35*, 460-465.
- Coutinho, M. J. e Sani. A. I. (2008). A experiência de vitimação de crianças acolhidas em casa abrigo. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa, 5*,188-201.
- Cummings, E. M. e Davies, P. T. (1994). Maternal depression and child development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 35*, 73 - 112.
- Cummings, E. M. e Davies, P. T. (2002). Effects of marital conflict on children: recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 43*, (1), 31 - 63.
- Cummings., E.M, Schermerhorn., A.C, Davies., P.T, GoekMorey, M.C. e Cummings, J.S. (2006). Interparental discord and child adjustment: Prospective investigations of emotional security as explanatory mechanism. *Child Development, 77*, 132–152.

- Cummings, J. E., Pepler, D. J. e Moore, T. E. (1998). Behaviour, problems in children exposed to wife abuse: gender differences, *Journal of Family Violence*, 14, 133-156.
- Cunningham, A. e Baker, L. (2004). *What About Me: Seeking to Understand the Child's View of Violence in the Family*. London, On: Centre for Children e Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- Cunningham, A. e Baker, L. (2007). *Little eyes, little ears: how violence against a mother shapes a children as they grow*. London, On: Centre for Children e Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- Davies, P. T. e Lindsay, L. L. (2004). Interparental conflict and adolescent adjustment: Why does gender moderate early adolescent vulnerability? *Journal of Family Psychology*, 18, 170-180.
- Davies, P. T. e Cummings, E. M. (1998). Exploring children's emotional security as a mediator of the link between marital relations and child adjustment. *Child Development*, 69, 124-139.
- Davies, P. T., Sturge-Apple, M. L., Winter, M. A. e Cummings, E. M. (2005). *Pathways Between Marital Conflict, Child Internal Representations, and Child Adjustment*. [em linha] Disponível em <http://www.psych.rochester.edu/faculty/davies/daviesetal2.pdf>. (consultado em 14 /6/2010).
- Davies, P. T., Harold, G. T., Goeke-Morey, M. C. e Cummings, M. E. (2002). Child emotional security and interparental conflict. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 67, (3), 1-115.
- Davies, P.T. e Cummings, E.M. (1994). Marital Conflict and Child Adjustment an Emotional Security Hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116, (3), 387-411.

Davies, P.T., Sturge-Apple, M.L., Winter, M.A., Cummings, E.M. e Farrell, D. (2006). Child adaptational development in contexts of interparental conflict over time. *Child Development*, 77, 218-233.

Decreto de Lei nº323/2000-*Diário da República*, 1.º Série-A-N.º291-19 de Dezembro de 2000.

Decreto Regulamentar nº 1/2006- *Diário da República*, 1.º Série-B-N.º18- 25 de Janeiro de 2006.

Dehon, C. e Weems, C.F.(2010). Emotional Development in the Context of Conflict: The Indirect Effects of Interparental Violence on Children. *Journal Child Family Stude*, 19, 287-297.

Dias, I. (2004). *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica*. Porto. Edições Afrontamento.

Du Rocher Schudlich, T. D. e Cummings, E. M. (2003). Parental dysphoria and children's internalizing symptoms: Marital conflict styles as mediators of risk. *Child Development*, 74, (6), 1663-1681.

Edleson, J. L. (1999). Children's Witnessing of Adult Domestic Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 14, (8), 839-870.

Edleson, J. L. (2001). Studying the co-occurrence of child maltreatment and domestic violence in families. In. Graham-Bermann, S. A e Edleson, J. (Ed.), *Domestic violence in the lives of children. The future of research, intervention and social policy*. (pp.91- 110). Washington: American Psychological Association.

Edleson, J.L., Ellerton, A.L., Seagren, E.A., Schmidt, S.O., Kirchberg, S.L. e Ambrose, A.T. (2007a). Assessing child exposure to adult domestic violence. *Children and Youth Services Review*, 29, 961-971.

- Edlson, J.L., Johson, K. e Shin, N. (2007b). Children's exposure to domestic violence scale. User Manual. [em linha] Disponível em <http://www.mincava.umn.edu/cedv/cedvmanual.pdf> (consultado em 4 /8/2010).
- Edmond., V. Fitzgerald, M. e Kracke, K. (2005). Incidence and Prevalence of Children Exposed to Violence. Research Review. [em linha] Disponível em <http://www.safestartcenter.org/pdf/incidence.pdf>. (consultado em 20 /6/2010).
- Eisikovits, Z., Winstok, Z. e Enosch, G. (1998). Children's experience of interparental violence: A heuristic model. *Children and Youth Services Review*, 20, (6), 547-568.
- El-Sheikh, M., Cummings, E. M., Kouros, C., Elmore-Station, L. e Buckhalt, J. (2008). Marital Psychological and Physical Aggression and Children's Mental and Physical Health: Direct, Mediated, and Moderated Effects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 76, (1), 138-148.
- El-Sheikh, M. e Reiter, S. L. (1996). Children's responding to live inter-adult conflict: The role of form of anger expression. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 24, 401-415.
- Esfandyari, B., Baharudin, R. e Nowzari, L. (2009). The Relationship between Interparental Conflicts and Externalizing Behaviour Problems Among Adolescents. *European Journal of Social Sciences*, 12,(1),121-126.
- Evans, S. E., Davies, C. e DiLillo, D. (2008). Exposure to domestic violence: A meta-analysis of child and adolescent outcomes. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 131-140.
- Emde, R. N. (2003). Early narratives: A window to the child's inner world. In. Emde, R.N., Wolf D. e Oppenheim. D (Ed.), *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur Story Stem Battery and parent child narratives*. New York: Oxford University Press. 3-26.

- Fantuzzo, J.W. e Mohr, W.K. (1999). Prevalence and Effects of Child Exposure to exposed to family violence. *Development and Psychopathology*, 13, 83-96.
- Fincham, F.D. e Hall, J.H. (2005). Parenting and the marital relationship. In T. Luster e L. Okagaki (Ed.), *Parenting: An ecological perspective* Hillsdale, NJ: Erlbaum. 205-234.
- Fivush, R., Hazzard, A., Sales, J. M., Sarfati, D., e Brown, T. (2003). Creating coherence out of chaos: Children's narratives of stressful and positive events. *Journal of Applied Cognitive Psychology*, 17, 1-19.
- Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Fosco, G.M., DeBoard, R.L, e Grych, J.H. (2007). Making sense of family violence: Implications of Children's aggression for their short and long-term functioning. *European Psychologist*, 12, 6-16.
- Goeke-Morey, M. C., Cummings, E. M., Harold, G. T. e Shelton, K. H.(2003).Categories and continua of destructive and constructive marital conflict tactics from the perspective of US and Welsh children. *Journal of Family Psychology*, 17, 327-338.
- Gomulak-Cavicchio, B., Davies, P.T. e Cummings, E.M. (2006). Communication patterns about conflict in associations between interparental conflict and child psychosocial adjustment. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 34, 757-771.
- Gonçalves, M., Morais, A.P., Pinto, H. e Machado, C. (1999). Teste Aperceptivo de Roberts para Crianças (R. A.T.C.), In M.R. Simões, M.M. Gonçalves e L.S. Almeida (Ed.), *Testes e Provas Psicológicas em Portugal* (Vol.2), Braga, APPORT/SHO.
- Gonçalves, M.J. (2003). Aumentar a resiliência das crianças vítimas de violência. *Análise Psicológica*.1 (XXI). 23-30.

- Gonçalves, O.(2000). *Viver narrativamente: a psicoterapia como adjectivação da experiência*. Coimbra: Quarteto.
- Gordis, E. B., Margolin, G., e John, R. S. (1997). Marital aggression, observed parental hostility, and child behavior during triadic family interaction. *Journal of Family Psychology*, 11, 76-89.
- Graham-Bermann, S. A. (2002). Child abuse in the context of domestic violence. In Myers, J. E. B., Berliner L., Briere J., Hendrix C. T., Jenny C. e Reid T. A. (Ed.), *The APSAC handbook on child maltreatment (2ªEd)* Thousand Oaks, CA: Sage Publications. 21-54.
- Graham-Bermann, S. A. (1996). Family Worries: The assessment of interpersonal anxiety in children from violent and nonviolent families. *Journal of Clinical Child Psychology*, 25, (3), 280-287.
- Graham-Bermann, S.A. e Levendosky, A. A. (1998). Traumatic stress symptoms in children of battered women. *Journal of Interpersonal Violence*, 13, 111-128.
- Grych, J. H. (2005). Interparental conflict as a risk factor for children maladjustment: Implications for the development of intervention programs. *Family Court Review*, 43, (1), 97-108.
- Grych, J. H. e Cardoza-Fernandes, S. (2001). Understanding the Impact of interparental conflict on children. In Grych, J. H. e Fincham, F. D. (Ed). *Interparental conflict and child development. Theory, research and application*. Cambridge University Press: USA. 157-187.
- Grych, J. H. e Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108, (2), 267-290.

- Grych, J. H., Fincham, F. D., Jouriles, E. N. e McDonald, R. (2000a). Interparental conflict and child adjustment: Testing the mediational role of appraisals in the cognitive-contextual framework. *Child Development*, 71, 1648-1661.
- Grych, J. H., Harold, G. T. e Miles, C. J. (2003). A prospective investigation of appraisals as mediators of the link between interparental conflict and child adjustment. *Child Development*, 74, 1176-1193.
- Grych, J., Wachsmuth-Schlaefler, T. e Klockow, L. (2002). Interparental aggression and young children's representations of family relationships. *Journal of Family Psychology*, 16, 259-272.
- Grych, J.H., Jouriles, E.N., Swank, P.R., McDonald, R. e Norwood, W.D.(2000b). Patterns of adjustment among children of battered women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68, 84-94.
- Goeke-Morey, M. C., Cummings, E. M., Harold, G. T. e Shelton, K. H. (2003). Categories and continua of destructive and constructive marital conflict tactics from the perspective of U.S. and Welsh children. *Journal of Family Psychology*, 17, 327 -338.
- Harold, G. T., Shelton, K. H., Goeke-Morey M. C. e Cummings, E. M. (2004). Marital conflict, child emotional security about family relationships and child adjustment. *Marital Conflict and Child Adjustment*, 13, (3), 350-376.
- Harold, G.T., Fincham, F.D., Osborne, L.N. e Conger, R.D. (1997). Mom and dad are at it again: Adolescent perceptions of marital conflict and adolescent psychological distress. *Developmental Psychology*, 33, (2), 333-350.
- Harter, S. (1998). The development of self-representation. In: Damon W. e Eisenberg N. *Handbook of child psychology: Social, emotional, and personality development*. (5ªed.) New York: John Wiley e Sons, 3, 553-617.

- Hazzard, A., Christensen, A. e Margolin, G. (1983). Children's perceptions of parental behaviors. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 11, (1), 49-59.
- Hernández R. M. e Grás, R. M. L. (2005). Víctimas de violencia familia consecuencias psicológicas en hijos de mujeres maltratadas. *Anales de Psicología*, 21, (1), 11-17.
- Herzberger, S.D., Potts, D.A. e Dillon, M. (1981). Abusive and nonabusive parental treatment from the child's perspective, *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 49, 81-90.
- Hogan, F. e O'Reilly, M. (2007). Listening to Children: Children's Stories of Domestic Violence. [em linha] Disponível em http://www.omc.gov.ie/documents/publications/Listening_childrens_stories_domestic_violence_11_Oct_07.pdf (consultado em 3 /10/2010).
- Holden, G. W. (2003). Children Exposed to Domestic Violence and Child Abuse: Terminology and Taxonomy. *Clinical child and family psychology review*, 6, (3), 151- 160.
- Holden, G.W. e Ritchie, K.L. (1991). Linking extreme marital discord, child rearing, and child behavior problems: Evidence from battered women. *Child Development*, 62, 311-327.
- Holden. G. W. (1998). The development of research into another consequence of family violence. In. Holden, G. W., Geffner R. e Jouriles E. N. (Eds), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington: American Psychological Association. 1-18.
- Holmberg, H., Robinson, J., Corbitt-Price, J. e Wiener, P. (2007). Using narratives to assess competencies and risks in young children: Experiences with high risk and normal populations. *Infant Mental Health Journal*, 28, 647-666.

- Holt, S., Buckley, H. e Whelan, S. (2008). The impact of exposure to domestic violence on children and young people: A review of the literature. *Child Abuse and Neglect*, 32, (6), 797-810.
- Huetteman, M.J. (2004). *Investigation of internal representations of preschoolers who witness domestic violence*. Dissertation Abstracts International: Section -B: The Sciences and Engineering, 65, (8), 4289.
- Hurley, D. (2006). Internalized other interviewing of children exposed to violence. *Journal of Systemic Therapies*. 25, (2), 50-63.
- Hughes, H. M. e Luke, D. A. (1998). Heterogeneity in adjustment among children of battered women. In Holden, G. W., Geffner, R. e Jouriles, E. N. *Children exposed to marital violence: theory, research and applied issues*. (pp.185-221), Washington: American Psychological Association.
- Hutch-Bocks, A.C. (2008). Parenting Stress, Parenting Behavior, and Children's in Adjustment in Families Experiencing Intimate Partner Violence, *Journal of Family Violence*, 23, (4), 243-51.
- Imhonde, O. Aluede, H e Oboite, W. (2009). Domestic Violence and Adolescent Psychological Functioning Among Secondary School Students in the Benin Metropolis of Nigeria. *European Journal of Educational Studies*, 1, 1-6.
- Jaffe, P. Wolfe, D. e Wilson, S. (1990). *Children of Battered Women*. Newbury Park, CA: Sage.
- Jaycox, H.L. e Repetti, R. N. (1993). Conflict in Families and the Psychological Adjustment of Preadolescent Children. *Journal of Family Psychology*, 7,(3), 344-355.
- Jiménez. B.A. (2009). Menores Expuestos a Violencia contra la Pareja: Notas para una Práctica Clínica Basada en la Evidencia, *Clínica e Salude*, 20, (3), 261-272.

Jouriles, E. N., McDonald, R., Norwood, W. D. e Exell, E. (2001). Issues controversies in documenting the prevalence of children's exposure to domestic violence. In S. Graham-Bermann, A. e Edleson, J. (Ed.), *Domestic violence in the lives of children. The future of research, intervention and social policy*. Washington: American Psychological Association. 13-34.

Kerig, P. K. (1998). Gender and appraisals as mediators of adjustment in children exposed to interparental violence. *Journal of Family Violence*, 13, 345-363.

Kinsfogel, K. M. e Grych, J. H. (2004). Interparental conflict and adolescent dating relationships: Integrating cognitive, emotional, and peer influences. *Journal of Family Psychology*, 1, (3), 505-515.

Kitzmann, K. M., Gaylord, N. K., Holt, A. M. e Kenny, E. D. (2003). Child witnesses to domestic violence: a meta analytic review. *Journal of consulting and clinical psychology*, 71, (2), 333-352.

Klostermann, K. e Kelley, L. M. (2009). Alcoholism and Intimate Partner Violence: Effects on Children's Psychosocial Adjustment. *International Journal of Environmental Research and Public Health*. 6, 3156-3168.

Lei 107/99-Diário da República, 1.º Série-A-N.º180 - 20 de Agosto de 1999.

Lei nº59/2007, de 12 de Setembro - Alterações ao Código Penal [em linha] Disponível em [http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/sections/leis-da-justica/pdf-ult/lei-n-59-2007-de-de/download File/ file/lei%2059 .2007.pdf?nocache=1188893854.82](http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/sections/leis-da-justica/pdf-ult/lei-n-59-2007-de-de/download/File/file/lei%2059.2007.pdf?nocache=1188893854.82) (consultado em 9 /10/2010).

Levendosky, A. A. e Graham-Bermann, S. A. (2000). Parenting in battered women: The effects of domestic violence on women and children. *Journal of Family Violence*, 16, (2), 171-192.

Lisboa, M., Barroso, Patrício., J e Leandro, A. (2009). *A violência contra as mulheres numa perspectiva comparativa. (1995-2007)*. Violência -Género. Inquérito

Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Logan, D. E. e Graham-Bermann, S. A. (1999). Emotional expression in children exposed to family violence. *Journal of Emotional Abuse*, 1, (3), 39-64.

Lourenço, N. e Lisboa, M. (1992). *Representações da violência 2*. Ministério da Justiça, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

Luzes, P. (2004). *Do Pensamento à Emoção*. Lisboa: Fenda.

Maclean, M. (2004). *Together and apart: children and parents experiencing separation and divorce*. York: Joseph Rowntree Foundation.

Manita, C., Ribeiro, C. e Peixoto, C. (2009). *Violência Compreender para entrevir: Guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas*. Vol.II. Lisboa: Comissão de Cidadania e Igualdade de Género.

Margolin, G. (2005). Childrens exposure to violence. Exploring developmental pathways to diverse outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, (1), 72-81.

Margolin, G. e Gordis, E. B. (2000). The effects of family violence on children. In: *Annual Review Psychology*, 51, .445-479.

Margolin, G. e Gordis, E. B. (2004). Children's exposure to violence in the family and community. *American Psychological Society*, 13, (4), 152-155.

Martin, S. E. e Clements, M. L. (2002). Young children's responding to interparental conflict: Associations with marital aggression and child adjustment. *Journal of Family Studies*, 11, (2), 231-244.

- Martinez-Torteya., C, Bogat., A, von Eye. A. e Levondosky. A. (2009). Resilience Among Children. Exposed to Domestic Violence. *Child Development* , 80, 562-577.
- Martins, G. e Theóphilo, C.R. (2007). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In. C. Machado e R. A. Gonçalves (.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol. I: Adultos (pp.81-130). Coimbra: Quarteto Editora.
- McAlister-Groves, B. (1999). Mental health services for children who witness domestic violence. *The Future of Children*, 9, (3), 122-132.
- McArthur, D. S. e Roberts, G. E. (1992). *Roberts Apperception Test for Children. Manual*. L. A., California: Western Psychological Services.
- McCloskey, L. e Stuweg, J. (2001). The quality of peer relations among children exposed to family violence. *Development and Psychopathology*, 13, 83-96.
- McCloskey, L. e Lichter, E. (2003). The contribution of marital violence to adolescent aggression across different relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 18 (4), 390-412.
- Mccooy, K., Cummings, E. M. e Davies, P. T. (2009). Constructive and destructive marital conflict, emotional security and children's prosocial behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 50, (3), 270-279.
- McDonald, R. e Grych, H. J. (2006a). Young Children's Appraisals of Interparental Conflict: Measurement and Links With Adjustment Problems. *Journal of Family Psychology*, 20, (1), 88-99.
- McDonald, R., Jouriles, E.N., Ramisset-Mikler, S., Caetano, R. e Green. C. E. (2006b). Estimating the number of American children living in the partner-violent families. *Journal of Family Psychology*, 20, 137-142.

- McGee, C. (2000). *Childhood Experiences of Domestic Violence*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- McIntosh, J.E. (2003). Children living with domestic violence: Research foundations for early intervention. *Journal of Family Studies*, 9, 219-234.
- Merriam, (s/d). Introduction Qualitative Research. [em linha] Disponível em http://www.connecticutchildrens.org/workfiles/faculty_dev/Merriam_chapter_1-2.pdf (consultado em 2 /5/2010).
- Morato, A.C., Santos, C., Ramos, M E. C. e Lima, S. C. C. (2009). *Análise da Relação Sistema de Justiça Criminal e Violência Doméstica contra a Mulher*. [em linha]. Disponível em <http://www3.esmpu.gov.br/linha-editorial/outraspublicacoes/analise%20violencia%20domestica%20contra%20a%20mulher.pdf/view> (Consultado em 24 /5/2010).
- Moretti, M. M., Obsuth, I., Odgers, C. e Reebye, P. (2006). Exposure to maternal versus paternal partner violence, PTSD and aggression in adolescent girls and boys. *Aggressive Behavior*, 32, 385-395.
- Nighswander, M. e Proulx, J. (2007). *Children first: A guide for service providers working with children exposed to family violence*. Winnipeg, MB: Resolve Manitoba.
- Oppenheim, D., Emde, R.N. e Warren, S.L. (1997). Children's narrative representations of mothers: Their development and associations with child and mother adaptation. *Child Development*, 68, (12), 127-138.
- Oppenheim, D. (2006). Child parent, and parent-child emotion narratives: implications for development psychopathology. *Development and Psychopathology*, 18, 771-790.
- Osofsky, J.D. (1999). The Impact of Violence on Children. *Future of Children*, 9, (3), 33-49.

- Osofsky, J.D. (2003). Prevalence of Children's Exposure to Domestic Violence and Child Maltreatment: Implications for Prevention and Intervention. *Clinical Child e Family Psychology Review*, 6, (3), 161-170.
- Overlien, C.(2010). Children Exposed to Violence Domestic. Conclusions from the Literature and Challenges Ahead. *Journal of Social Work*, 10, (1), 80-97.
- Overlien, C. e Hydén, M.(2009). Children's Actions When Experiencing Domestic violence. *Childhood*, 16, (4), 479-496.
- Pepler, D. J., Catallo, R., e Moore, T. E. (2000). Consider the children: Research informing interventions for children exposed to domestic violence. In Geffner, R. A., Jaffe P. G. e Sudermann, M. (Ed.), *Children exposed to domestic violence: Current issues in research, intervention, prevention, and policy development* Binghamton, NY: Haworth. 37-57.
- Perry, B., Burston, A., Stevens, M., Steele, H., Golding, J. e Golombok, S. (2004). children's play narratives: What they tell us about lesbian-mother families. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74, 467-479.
- Phillips, B. e Phillips, A.D. (2010). Learning From Youth Exposed to Domestic Violence: Decentering DV and the Primacy of Gender Stereotypes. *Violence Against Women* 16, (3), 291-312.
- Piaget, J. (1964). *La psychologie de l'intelligence* (7ªEd). Paris: Colim.
- Piaget, J. (1977a). *A Imagem mental na Criança*. Porto: Livraria Civilização.
- Piaget, J. (1977b). *A Linguagem e o pensamento da criança*. (1ª Ed.). Lisboa: Moraes Editores.
- Polkinghorne, D. P. (1988). *Narrative psychology*. New York: Suny Press,

- Poole, A., Beran, T. e Thurston, W.(2008). Direct and Indirect Services for Children in Domestic Violence Shelters. *Journal of Family Violence*, 23, 679-686.
- Quivy, R. e Campenhoudt, V. L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (5ªEdç).Lisboa: Grávida Limitações Limitada.
- Reese-weber, M. e Kahn, J. (2005). Familial predictors of sibling and romantic-partner conflict resolution: comparing late adolescents from intact and divorced families. *Journal of adolescence*, 28, 479-493.
- Rhea, M., Chafey, K., Dohner, V. e Terragno, R. (1996). The silent victims of domestic violence: Who will speak? *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 9,(3), 7-15.
- Ribeiro, J. L. (2005). *Introdução à Psicologia da Saúde*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Ribeiro, M.C.O. Sani, A.I. (2008). *As Crenças dos adolescentes na violência interpessoal*. [em linha] Disponível <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/909/3/176-186.pdf>. (Consultado em 2/7/10).
- Roberts, G. E. (1990). *Interpretative handbook for the Roberts Apperception Test for Children*. L. A., California: Western Psychological Services.
- Rossmann, B. e Rosenberg, M. (1992). Family stress and functioning in children: The moderating effects of children's beliefs about their control over parental conflict. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 33, 699-715.
- Roustit., C. Renahy., E. Guernec, G. Lesieur., S. Parizot, I. e Chauvin, P. (2009). Exposure to interparental violence and psychosocial maladjustment in the adult life course: advocacy for early prevention. *Journal Epidemiol Community Health*, 63, (7), 563-568.

- Rohner, R. P. (1990). *Handbook for the study of parental acceptance and rejection* (3^o Ed.) Storrs, CT: Rohner Research Publications.
- Saathoff, A. J. e Stoffel, E. A. (1999). Community based domestic violence services. *The Future of Children: Domestic Violence and Children*, 9, (3), 97-110.
- Sani, A.I. (1999). As vítimas silenciosas: a experiência de vitimação indirecta nas crianças. *Psicologia: Teoria, investigação e Prática*, 2, 247-257.
- Sani, A. I.(2002a). *As crianças e a violência. Representações de crianças vítimas e testemunhas de crime*. Coimbra: Quarteto Editora
- Sani, A. I.(2002b). Crianças expostas à violência interpaparental. In. C. Machado e R. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol.II. Crianças. (pp. 95-131), Coimbra: Quarteto Editora.
- Sani, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: As construções de crianças expostas à violência interpaparental*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Sani, A. I. (2004). O discurso de crianças expostas à violência interpaparental – Estudo Qualitativo. *Psychologica*, 36, 109-130.
- Sani, A. I. (2006). O problema da vitimação indirecta de crianças no contexto familiar. *Análise Social*, Vol. XLI (180), 849-864.
- Sani, A. I. (2008). Mulher e mãe no contexto de violência domestica a experiência de parentalidade. Ex. aequo. *Revista de Associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres*, 18, 123-133.
- Sani, A. I. e Gonçalves, R. (2000). Representações da violência construídas por crianças. *Revista Portuguesa de Ciências Criminais*, (10), 437-453.

- Shamir, H., Du Rocher Schudlich, T. e Cummings, E. M. (2001). Marital conflict, parenting styles, and children's representations of family relationships. *Parenting: Science and Practice*, 1, (12), 123-151.
- Shelton, K. H. e Harold, G.T. (2008). Interparental conflict, negative parenting and children's adjustment: Bridging links between parents' psychological symptoms and children's psychological symptoms. *Journal of Family Psychology*, 22, (5), 712-724.
- Schechter., D.S. Zygmunt., A. Coates., S.W. Davies., M. Trabka., K.A, e McCaw, J.(2007). Caregiver traumatization adversely impacts young children's mental representations on the MacArthur Story Stem Battery. *Attachment and Human Development*, 9,(3), 187-205.
- Simon, V. A. e Furman, W. (2010).Interparental Conflict and Adolescents' Romantic Relationship Conflict. *Journal of Research on Adolescence*, 201, 188-209.
- Smith, C. L., Calkins, S. D. e Keane, S. P. (2006). The relation of maternal behavior and attachment security to toddler's emotionality and emotion regulation. *Research in Human Development*, 3, 21-31.
- Sox, R. (2004). Integrative review of recent child witness to violence research. *Clinical Excellence for Nurse Practitioners*, 8, (2), 68-78.
- Stadelmann, S., Perren, S., von Wyl, A., e von Klitzing, K.(2007). Associations between family relationships and symptoms/strengths at kindergarten age: What is the role of children's parental representations. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48, (10), 996-1004.
- Stephens, N., McDonald, R. e Jouriles, E. N. (2000). Helping children who reside at shelters for battered women: Lessons learned. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, 3, 147-160.

- Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Gutterman, E., Abbott, C. B. e Dawud-Noursi, S. (2006). Adolescents' perceptions of attachments to their mothers and fathers in families with histories of domestic violence: A longitudinal perspective. *Child Abuse e Neglect*, 29, 853-869.
- Strauss, A., e Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory* (2ed.). Thousand Oaks, CA: Sage
- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T. e Cummings, E. M. (2006). Hostility and withdrawal in marital conflict: Effects on parental emotional unavailability and inconsistent discipline. *Journal of Family Psychology*, 20, 227-238.
- Sudermann, M. e P.G. Jaffe. (1999). *A Handbook for Health and Social Service Providers and Educators on Children Exposed to Woman Abuse/Family Violence*. Ottawa: Family Violence Prevention Unit, Health Canada.
- Sudermann, M., Jaffe, P. e Hastings, E. (1996). *A.S.A.P. A school-based anti-violence program*. London, ON: London Family Court Clinic.
- Summers, A. (2006). *Children's exposure to violence domestic*. A guide to research and resources .National Council of Juvenile e Family Court Judges, Permanency Planning for Children Department.
- Thompson, M.P, Saltzman, L.E. e Johnson, H. (2003). A comparison of risk factors for intimate partner violence-related injury across two national surveys on violence against women. *Violence Against Women*, 9, 438-457.
- Toth, S., Sheree, L., Cicchetti, D. e Macfie, J. (2000). Narrative representations of caregivers and self in maltreated pre-schoolers. *Attachment e Human Development*, 2, 271-305.
- Toth, S.L., Cicchetti, D., Macfie, J. e Emde, R. N. (1997). Representations of self and other in the narratives of neglected, physically abused, and sexually abused preschoolers. *Development and Psychopathology*, 9, 793-796.

- Vala, J. (2003). Análise de conteúdo. In Silva, A. e Pinto, M. (Org). *Metodologia das ciências sociais*. (12ª Ed.). Santa Maria da Feira. Edições Afrontamento.
- Waldinger, R., Toth, S. e Gerber, A. (2001). Maltreatment and internal representations of relationships: Core relationship themes in the narratives of abused and neglected children. *Social Development*, 10, 41-58.
- Waters, E. e Cummings, E. M. (2000). A secure base from which to explore close relationships. *Child Development*, 71, 164-172.
- Winter, M. A., Davies, P. T., Highower, A. D. e Meyer, S. C. (2006). Relations among family discord, caregiver communication, and children's family representations. *Journal of Family Psychology*, 20,(2),348-351.
- Wolak, J. e Finkelhor, D. (1998). Children exposed to partner violence. In: J.L. Jasinski, L.M. Williams (Ed.), *Partner Violence: A Comprehensive Review of 20 Years of Research* (pp.73-112). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Wolfe, D. A., Crooks, C. V., Lee, V., McIntyre-Smith, A. e Jaffe, P. G. (2003). The effects of children's exposure to domestic violence: a meta-analysis and critique. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6, (3), 171- 186.
- Yates, T., Dodds, M., Sroufe, L. A. e Egeland, B. (2003). Exposure to partner violence and child behaviour problems: Controlling for child- directed abuse, child cognitive ability, family income, and life stress. *Development and Psychopathology*, 15, 199-218.

ANEXOS

Anexo I

Declaração de Consentimento Informado às Mães

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente documento insere-se no âmbito do projecto de investigação para conclusão do Mestrado em Psicologia Jurídica pela Universidade Fernando Pessoa, da Dra. Tânia da Costa Mendes, cujo tema é “*As representações de crianças, filhas de mães vítimas de violência conjugal em Casa Abrigo*”.

Declaro que ao assinar este documento, eu, _____
(Mãe da criança/Adolescente), aceito que o meu filho/a _____
(Nome da Criança/Adolescente) participe na investigação. Autorizo por isso que o meu filho/a seja entrevistado e a entrevista gravada em formato áudio.

Fui informada de todos os objectivos e procedimentos do mesmo estudo, do seu carácter anónimo e sigiloso, além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a qualquer momento a minha participação na investigação.

Segundo as explicações concedidas, dou a minha autorização e concordância em permitir a participação de meu (minha) filho(a) na investigação.

Por ser verdade, assino o presente consentimento.

Data: ____/____/2010

Assinatura da Mãe de Criança/Adolescente

Assinatura da Investigadora responsável

Anexo II
Guião de Entrevista

**Guião de Entrevista às Crianças, Filhas de Mães Vítimas de Violência Conjugal
em Casa Abrigo (Construído por Mendes & Sani, 2010)**

1º Etapa – Estabelecimento de uma relação de confiança e empatia

Tem como objectivo colocar questões abertas e tranquilizar a criança para se sentir o mais à vontade possível. Evidenciar o papel do entrevistador.

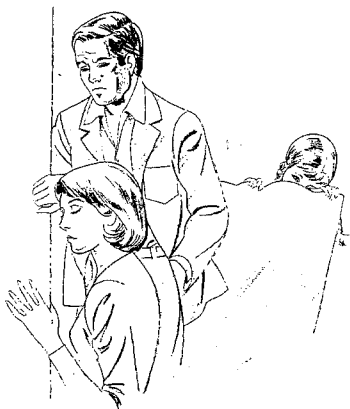
* **Apresentação:** da psicóloga perante a criança e conhecimento desta (Como é que te chamas? Que idade tens? Andas na escola? Em que ano? E como é que está a correr? Tens irmãos? Quantos?)

* **Desenvolvimento de uma relação empática:** Iniciar a entrevista com questões abertas e neutras, que não estejam relacionadas com os factos, baseando-se em actividades (desenhos animados preferidos, desportos, amigos, extracurriculares) que ajudem no relacionamento com a criança.

2º Etapa – Princípio do discurso livre da criança sobre os acontecimentos.

Consiste em utilizar técnicas projectivas, e um conjunto de questões sobre os acontecimentos que a criança presenciou, que por sua vez sejam relevantes.

Apresentar à criança o cartão 12 do *Robert's Apperception Test for Children (RATC)* e anotar a história



Instrução: “Tenho aqui uma imagem que te vou mostrar e gostava que inventasses uma história. Diz-me o que está a acontecer e o que aconteceu antes, o que eles estão a sentir, o que eles estão a pensar e como é que a história acaba. Usa a tua imaginação e lembra-te que não há respostas certas ou erradas.”

I. Representações da criança acerca dos conflitos interparentais

Agora vou-te contar uma pequena história. Pode ser? (Se a resposta for não, avançar para a etapa seguinte). *“Estava na hora do jantar e o pai e a mãe começaram a discutir e o(a) menino(a) que já estava sentado à mesa com os irmãos, disse aos pais para parem de discutir. Mas, os pais continuaram.”*

1. Porque é que o(a) menino(a) pediu aos pais para pararem de discutir?
2. E o que é que achas que os pais vão dizer ao menino?
3. Como é que achas que o menino se está a sentir?
4. O que é que achas que o menino está a pensar?
5. Se fosses tu o que fazias nesta situação?
6. Quem achas que começou a discussão? Porquê?
7. Como achas que vai terminar a situação?

* **Representação da violência (antes da saída de casa):** Do tempo em que vivias com os teus pais juntos, o que é que te lembras? (Os teus pais costumavam discutir? Como era quando eles discutiam?)

* **Representação do conflito conjugal:** Achas que todos os pais se batem? Porquê? Os pais que não se batem como achas que resolvem os problemas? Porque é que achas que há pais que batem um no outro? E que é que tu achas de eles se baterem?

II. Representações e significados construídos pela criança

* **Representação que a criança tem de si:** Se te pedisse para me dizeres como tu és, o que me dizias? Quais as tuas qualidades positivas? Quais as tuas qualidades negativas?

* **Representação que os outros têm da criança:** Como é que achas que os teus amigos te vêem? Como é que achas que os adultos te vêem?

- * **Representação da mãe/pai:** Descreve-me a tua mãe/pai. Diz-me que qualidades positivas tem o teu pai / a tua mãe? E qualidades negativas (mãe/pai)?
- * **Representações de género:** Para ti, como é que são os homens? Como é que são as mulheres? Quais as diferenças entre eles?
- * **Representação sobre a relação da mãe e pai:** O que é que tu achas da relação actual dos teus pais?
- * **Representação sobre a relação da mãe e pai com a criança:** Como é que tu te dás com o teu pai /com a tua mãe? Como é que o teu pai / a tua mãe se dá contigo?
- * **Representação sobre práticas educativas:** Quando tu fazes alguma asneira como é que o teu pai/ a tua mãe resolve a situação? Quando tu fazes alguma coisa bem-feita o que é que o teu pai/ a tua mãe te diz? Como é que achas que o teu pai /a tua mãe podem resolver os problemas?
- * **Representação sobre o cuidado da criança:** A tua mãe como é que toma conta de ti? E o teu pai em casa como é que ele cuidava de ti? Se tivesses de cuidar de ti o que é que era o mais importante? Como é que cuidavas de ti?

3ª Etapa – Sumarização e conclusão da entrevista.

Ajudar a criança a terminar a entrevista com auto-conceito positivo e deixar claro que tudo que aconteceu não é culpa dela.

- * **Sumariar a entrevista:** Dar feedback à criança recorrendo às suas palavras, felicitá-la pela sua colaboração e reforçar o seu empenho ao longo da entrevista.
- * **Regresso a tópicos neutros e uma ambiente positivo:** Conta-me alguns desejos para o teu futuro. Gostava que me fizesses uma lista de pessoas que podes confiar e falar quando quiseres. Há alguma questão que queiras colocar.

Anexo III

Grelha de apoio à codificação do cartão 12 do RATC

Grelha de apoio à codificação do cartão 12 do RATC

	Categorias	Tópicos de análise
R.A.T.C <i>(Roberts Apperception Test for Children)</i>	Temáticas emergentes	Conflito paparental; Separação; Outras
	Figuras presentes	Próximas; Distantes
	Reacções da criança	Emocional; Cognitiva Positiva; Negativa
	Perspectiva final da história	Positiva; Negativa Existência; Inexistência

Anexo IV

Grelha de apoio à codificação da História do conflito à Hora de Jantar

Grelha de apoio à codificação da História do conflito à Hora de Jantar

	Categorias	Tópicos de análise
<i>História do Conflito à Hora de Jantar</i>	Reacções imediatas à discussão	Emocional; Cognitivo; Comportamental
	Resolução do conflito	Activa; Passiva
	Atribuição em torno da discussão	Responsabilidade e Causalidade
	Perspectiva final do conflito	Existência; Inexistência Positivo; Negativo

Anexo V

Grelha de apoio à codificação das representações da criança sobre a violência interparental

Grelha de apoio à codificação das representações da criança sobre a violência interparental

Categorias		Tópicos de análise
O acontecimento	Percepção da Violência Interparental	Contexto; Tipo de violência; Alvos da violência; Ciclo da violência
	Reacções à violência	Emocional; Cognitivo
	Atribuições em torno da violência	Figura Materna; Paterna; Criança
	Resolução dos conflitos interparentais	Construtiva; Não construtiva
A criança	Autopercepção	Positiva; Negativa Afectada; Não afectada Características Físicas; Personalidade
	Heteropercepção	Positiva; Negativa Afectada; Não afectada Características Físicas; Personalidade
Relacionamento familiar	Representação das figuras parentais	Positiva; Negativa Características Físicas; Personalidade
	Representação da relação da criança - progenitor (es)	Positiva; negativa; Ambivalente Emocional; Comportamental
	Representação das práticas educativas parentais	Positiva; Negativa; Ambivalente Coercitivas; Indutivas
	Representação dos cuidados parentais	Positiva; Negativa; Ambivalente

Anexo – VI

Placa 12-Narrativas do RATC

Placa 12-Narrativas do RATC

[E1] -Uma senhora, um senhor, uma criança que está com medo, [ANX] e tem medo [ANX] do pai [PROB]. A senhora está a chorar [DEP] e o senhor está a ralar [AGG], e o menino tem medo [ANX] que o pai faça mal [PROB] à mãe, por isso está escondido atrás do sofá. Senhora em vez estar com o marido em casa, vai para outro sítio com os filhos, e depois nunca mais vê o marido [REJ/RES-2].

[E2] – Uma mulher, um homem, e uma menina ali atrás, foi uma zanga, [PROB] estão tristes. [DEP] Havia uma homem e uma mulher, que estavam numa casa e estavam tristes [DEP] e tem medo [ANX] do pai e da mãe está triste [DEP], vão-se separar [REJ/UNR].

[E3] -Uma família, um homem, uma mulher e uma menina, estão a sentir tristeza. [DEP] Aconteceu alguma coisa de mal, a menina estava com medo [ANX] de ter que escolher entre um e outro [PROB]. Vão-se separar [REJ/UNR].

[E4] – Uma família, este aqui, bateu [AGG] a esta, e esta ficou triste [DEP] porque esta era a mãe dela. O André esta nervoso, [ANX] a Camila está chorar [DEP], e a Francisca esta triste. [DEP] O senhor bateu a Camila e Francisca era filha da Camila [PROB]. Estão tristes. [DEP] Todos a chorarem [DEP], porque estão tristes [DEP].

[E5] -Pai, uma mãe e um menino, o menino está a espreitar e a mãe agarrada a parede, o pai está a olhar para a mãe e o menino está preocupado [ANX] com a mãe. A mãe está a pensar que a vida vai lhe correr mal e o pai também. Começam a trabalhar e a ganhar dinheiro e depois podem ter uma vida boa [RES-1].

[E6] -Os pais estão a discutir, eles gostam um do outro, estão muito tristes [DEP] e o menino também está porque não quer que os pais discutam. [PROB/AGG] E não quer que eles se separem [PROB] eles provavelmente vão se separar [REJ], porque acham que é melhor para os dois. Vão-se separar provavelmente [REJ/UNR].

[E7] -Vejo um senhor que está triste [DEP], uma menina que está triste [DEP] e uma mulher que está triste [DEP] e aconteceu alguma coisa [UNR].

[E8] – Vejo uma mãe, um pai também e uma menina que está escondida a menina esta a sentir tristeza [DEP] e a mãe e o pai também, estão a pensar que tem uma vida difícil e acaba bem [RES 1].

[E9] – Esta é a mãe, o filho e o pai mandou-a ir para baixo ou para cima, mas o filho não foi, [PROB] ficou lá a espreitar ou ralhou ou bateu [AGG], e a mãe começou a sentir-se mal [ANX] e o menino está a pensar que mau o que ele lhe fez [UNR].

Anexo VII

Constructos Emergentes

Constructos Emergentes

Responsabilização	Constructo centrado na responsabilidade atribuída à figura paterna e aos outros, pelos acontecimentos conflituosos no seio familiar. Identificação de um quadro de atribuições causais, um conjunto de causas internas (personalidade) e externas (álcool) ao progenitor.
Estratégias	Constructo centrado na forma de resolução do conflito. Dele emergem duas visibilidades: uma construtiva, (um alternativa ao conflito) e outra não construtiva, (manutenção do conflito).
Auto-Imagem	Constructo focalizado na percepção que a criança tem de si. Este constructo resulta da percepção que a criança tem a seu respeito e da percepção dos outros sobre si. Alguns “outros”, sobretudo quando coincidem com a figura paterna contribuem para uma auto-imagem inadequada da própria criança. É centrado em características físicas e da personalidade redutoras ou em imagens em espelho do próprio pai.
Tríade Parental	Constructo que abrange as representações das relações inter-familiares, pai-mãe-criança. Tríade marcada pela imagem positiva da figura materna e negativa da figura paterna, quer no que diz respeito à ideia da criança acerca da relação criança - progenitores, bem como da representação das práticas educativas parentais e dos cuidados parentais.